

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DA
CULTURA REGIONAL
MESTRADO EM HISTÓRIA**

BIANCA NOGUEIRA DA SILVA

**O SER E O FAZER: OS INTELLECTUAIS E O POVO NO
RECIFE DOS ANOS 1960**

Recife
2010



BIANCA NOGUEIRA DA SILVA

**O SER E O FAZER: OS INTELLECTUAIS E O POVO NO RECIFE DOS
ANOS 1960**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como parte dos requisitos obrigatórios à obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof. Dra. Lúcia Falcão
Barbosa

Recife
2010

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DA CULTURA
REGIONAL
MESTRADO EM HISTÓRIA**

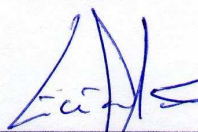
O SER E O FAZER: OS INTELLECTUAIS E O POVO NO RECIFE DOS ANOS 1960

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO ELABORADA POR

BIANCA NOGUEIRA DA SILVA

APROVADA EM 01/03 /2010

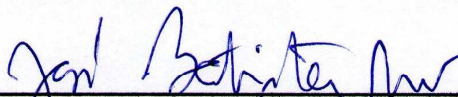
BANCA EXAMINADORA



Profª Drª Lúcia Falcão Barbosa
Orientadora – Programa de Pós-Graduação em História – UFRPE



Profª Drª Fabiana de Fátima Bruce da Silva
Programa de Pós-Graduação em História – UFRPE
Examinadora Interna



Profª Drª José Batista Neto
Programa de Pós-Graduação em Educação – UFPE
Examinador Externo

Ao Criador dos pára-quadras

A Deíllio, quem melhor dobra os meus pára-quadras

AGRADECIMENTOS

Esse trabalho carrega as digitais de muitas pessoas. Gente muito querida que ao longo dos dois últimos anos foram os grandes pilares em que me apoiei emocional e profissionalmente... ajuda imprescindível para um desafio do tamanho de um mestrado. De forma especial segue o meu agradecimento à minha família: meu pai Gerson, minha mãe Marinês, e meus irmãos Bruno, Bárbara e Gércica, pelos incentivos constantes. Ao meu melhor amigo, Deíllio, que por um “ACASO” se tornou meu marido, pelo grande suporte, por dividir comigo os melhores e piores momentos da construção desse trabalho e da vida.

Na esfera acadêmica, gostaria de fazer um agradecimento muito especial à professora Lúcia Falcão, não apenas pela orientação neste e em outros trabalhos, mas pela amizade, profissionalismo e grande carinho com que sempre cuidou da nossa parceria. Sem sombra de dúvidas o meu melhor referencial do ser professora!

À Alexandra Souza, secretária da pós-graduação em História, pela amizade, pelo sorriso fácil e principalmente pela competência no seu ofício. Aos professores Artur Perruci (UFPB), Flávio Weisntein (MEC), Fabiana Bruce (UFRPE) e José Batista (UFPE), meus leitores formais e informais, sujeitos que, com suas interpelações, contribuíram muito para o amadurecimento das idéias aqui postas. Agradeço a atenção e o cuidado na leitura do texto assim como nas sugestões postas. À Universidade Federal Rural de Pernambuco, lugar que me recebeu nos últimos sete anos (graduação e mestrado) de forma muito acolhedora. Aqui pude conhecer e conviver com incríveis professores e colegas que sob diversas formas contribuíram para minha formação e conseqüentemente para a subida de mais um degrau na carreira profissional. Alguns merecidos frisos: as professoras Sueli Almeida, Giselda Brito e Vicentina Ramires (pelo constante compartilhar do conhecimento e da vida). Aos colegas Juliana, Rômulo, Jordana e Paulo Henrique (com vocês a vida acadêmica foi mais feliz). À Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, pelo financiamento dessa pesquisa, ajuda fundamental principalmente na reta final do processo.

E finalmente aos meus entrevistados Abelardo da Hora, Silke Weber, Wilton de Souza e Germano Coelho, por dividirem suas memórias comigo, sobre um Recife “efervescente” como eles gostam de frisar.

A todos vocês, minha gratidão

RESUMO

A década de 1960 compõe um dos capítulos polêmicos e efervescentes da história da cidade do Recife em sua fase republicana. Várias iniciativas políticas e culturais têm lugar nesse cenáculo urbano, como o Cinema Novo, o Teatro de Rua, os Sindicatos, o Movimento de Educação de Base, as Associações de Bairro, as Praças de Cultura etc. Movimentos culturais que utilizam os dramas e relações cotidianas como matéria-prima para suas obras e, com isso, constroem uma percepção diferenciada do conceito de cultura e educação popular, assim como o seu papel político na sociedade. Entre essas organizações, a experiência da criação do Movimento de Cultura Popular - MCP (1960 a 1964) é tomada aqui como objeto principal desse trabalho; o foco escolhido para análise é o papel desempenhado pelos seus principais idealizadores: os intelectuais, bem como sua principal fabricação: o povo. O MCP, neste sentido, constitui-se no nosso entendimento como um rico ponto de observação da cidade do Recife, na primeira metade dos anos 1960, não só em seus aspectos culturais, mas também do ponto de vista social e relacional entre os chamados *Intelectuais* e o *Povo*. Desta forma, o principal objetivo do nosso trabalho é oferecer uma contribuição historiográfica no que se refere à análise das categorias históricas “povo” e “intelectuais”, e dos seus empreendimentos na construção e desenvolvimento de um projeto de sociedade democrática para a cidade do Recife, do início dos anos 1960. Para tal, utilizamos os discursos jornalísticos, os documentos oficiais da Câmara Municipal do Recife e da Assembléia Legislativa do Estado e o estatuto do MCP, como um dos campos de atuação e formação ideológica desses intelectuais sobre o povo. Lastreados por um ideal iluminista, onde através da educação popular o desenvolvimento social se fazia possível, esses intelectuais empreendem uma série de esforços na tentativa de fazer elevar culturalmente o povo, e se vêem obrigados a recuar com o golpe civil-militar no dia 1º de abril de 1964.

Palavras-chave: Movimento de Cultura Popular; Intelectuais; Povo; Recife.

ABSTRACT

1960 consists of an effervescent and controversial chapters in the history of the city of Recife in its early republic. Several policy initiatives and cultural activities are held in urban upper chamber, as the New Cinema, Theatre Street, unions, the Movement for Basic Education, Neighborhood Associations, the Cultural Squares etc. Cultural movements that use dramas and everyday relationships as raw material for their works and thereby build a differentiated perception of the concept of popular culture and education, as well as its political role in society. Among these organizations, the experience of creation of the Popular Culture Movement - MCP (1960-1964) is taken here as the main object of this work, the focus chosen for analysis is the role played by its main creators: the intellectuals, as well as its main manufacturing: the people. The MCP in this sense, it constitutes in our view as a rich vantage point from Recife, in the first half of the 1960s, not only in its cultural aspects, but also from the standpoint of social and relationship between the so-called intellectuals and the public. Thus, the main goal of our work is to provide a historiographical contribution as regards the analysis of historical categories "people" and "intellectuals" and of their enterprises in the construction and development of a project of democratic society for the city of Recife of the early 1960s. To this end, we use the journalistic discourses, official documents of the Municipality of Recife and the State Legislative Assembly and the status of the MCP, as one of the fields of performance and ideological formation of these intellectuals on the people. Backed by an Enlightenment ideal, where through popular education to social development was made possible, these intellectuals have launched a series of efforts in trying to raise culturally the people, and are forced to retreat with the coup civil-military on the 1st of April 1964.

Keywords: Popular Culture Movement; Intellectuals; People; Recife.

Bibliotecas e Acervos de Pesquisa

Arquivo da Assembléia Legislativa do Recife

Arquivo da Câmara Municipal do Recife

Arquivo do Departamento de Ordem e Política Social

Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano

Biblioteca do Centro de Arte e Comunicação da UFPE

Biblioteca do Centro de Educação da UFPE

Biblioteca do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFPE

Biblioteca Estadual Castello Branco

Fundação Joaquim Nabuco

Entrevistados

Abelardo Rodrigues da Hora

Germano Vasconcelos Coelho

Silke Weber

Wilton Andrade de Souza

Lista de Ilustrações

Fig.1: Propaganda política de Miguel Arraes	39
Fig.2: Ponte Maurício de Nassau	46
Fig.3: Mocambos sobre os alagados do Recife	46
Fig.4: Série Meninos do Recife	55
Fig.5: Série Meninos do Recife	55
Fig.6: Propaganda política de João Cleofas	62
Fig.7: Propaganda política de Miguel Arraes	62
Fig.8: Cartilha do MCP	71
Fig.9: Cartilha do MCP	72
Fig.10: Sigla do MCP	100
Fig.11: Símbolo do Partido Comunista	100

Lista de Tabelas

Tab.1: Resultado das eleições municipais de 1959	58
Tab.2: Resultado das eleições estaduais de 1962	61

Lista de Siglas

ABC	Ação Básica Cristã
CEPLAR	Campanha de Educação Popular da Paraíba
CPC	Centro Popular de Cultura
CNBB	Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
DAP	Departamento de Arte Popular
DP	Diário de Pernambuco
FPS	Fundação de Promoção Social
IBAD	Instituto Brasileiro de Ações Democráticas
ICP	Instituto de Cultura Popular
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
JC	Jornal do Commercio
JUC	Juventude Universitária Católica
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MAMAM	Museu de Arte Moderna Aluísio Magalhães
MCP	Movimento de Cultura Popular
MEB	Movimento de Educação de Base
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrata
PNA	Programa Nacional Alfabetização
SUDENE	Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste
UH	Última Hora

SUMÁRIO

RESUMO	5
ABSTRACT	6
INTRODUÇÃO	11
1 A TRAJETÓRIA DOS CONCEITOS.....	18
1.1 Os intelectuais: Categorias e Histórias	19
1.2 O povo: Substantivações e Adjetivações	277
1.3 Populismo, Povo e Intelectuais	344
2 COTIDIANO, IDEOLOGIAS E POLÍTICA NO RECIFE DOS ANOS 1960.....	41
2.1 A cidade dos contrastes.....	422
2.2 As ondas ideológicas: o Romantismo e o Nacional-desenvolvimentismo.....	499
2.3 As bandeiras partidárias no cenário político	555
3 OS INTELLECTUAIS E O POVO NA ESTRUTURAÇÃO DE UM PROJETO DE SOCIEDADE	644
3.1 A intelligentsia brasileira nos anos 1960	655
3.2 Os empreendimentos sociais – pedagógicos.....	755
3.3 A Revolução “Verde-Amarela”	89
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	1011
FONTES	1023
1.Jornais	1033
2.Documentos Oficiais	1033
REFERÊNCIAS	1044

INTRODUÇÃO

Nasci nos anos 1980. Período em que, de forma sistemática, o Brasil se preparava para voltar ao regime democrático, depois de 20 anos mergulhado no autoritarismo. Os militares que, com o apoio de parte da sociedade civil, deram um golpe de Estado se preparavam para “largar o osso”, e declaravam que a sucessão aconteceria, mas de forma “lenta, gradual e segura”, atendendo assim a interesses próprios.

Não tenho lembranças desse período, confesso. O que minha memória consegue alcançar já remonta ao ano de 1989 quando o país se assanhava para eleger seu primeiro presidente pelo voto direto depois da era militar, época em que os principais candidatos à disputa foram Fernando Collor de Melo, do Partido da Reconstrução Nacional (PRN) e Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT). Não sabia que aquele era um momento importante para a afirmação do Brasil como Estado democrático, soberano, livre. O universo político nacional não era definitivamente a preocupação de uma menina, ocupada demais com suas bonecas e brincadeiras de criança.

Política, ideologias, sociedade, cultura... só vieram a ser objeto de minha reflexão de forma mais sistematizada a partir de 2002 quando ingressei no curso de História da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), e logo me encantei por um tempo em que não vivi, os anos 1960. Emocionava-me (e ainda me emociona) ouvir histórias de vida, que de forma tão apaixonada narravam um tempo em que havia uma preocupação com as “causas coletivas”, com um engajamento político pautado numa crença ideológica, apregoada por uma legenda partidária, e não ao sabor das conveniências do momento. Histórias de greves, passeatas e protestos na defesa daquilo que acreditavam ser o melhor para o Recife, para o Brasil, para o mundo. Meu olhar de principiante buscava na historiografia os mocinhos e bandidos que compunham esse capítulo da história contemporânea, percepção que foi sendo pouco a pouco diluída com a descoberta da história como objeto não factual, fabricada, conflitiva, dinâmica, composta por muitas faces e verdades.

O que ora apresento, com esse trabalho, é parte dessa trajetória de investigações, encantamento e desencantamento com os anos 1960, especialmente em sua primeira metade. Coloco em destaque os elementos que permeiam os

aspectos políticos, ideológicos e culturais que proporcionaram à cidade do Recife dessa época experiências como o Movimento de Cultura Popular, os Teatros de Rua, as Praças de Cultura entre outras tantas organizações, que alçavam a um lugar de destaque uma difusa categoria social, o *povo*.

A década de 1960, por esses e outros aspectos, compõe um dos capítulos polêmicos e efervescentes da história da cidade do Recife em sua fase republicana. Tal adjetivação é uma constante entre os trabalhos historiográficos já produzidos sobre esse recorte geográfico e temporal, assim como entre as memórias dos que viveram esses tempos idos e que saudosamente relembram um Recife que inspirava e aspirava uma peculiar ebulição social. O ar de modernidade, crescimento cultural, avanços científico e tecnológico, intensificados a partir dos anos 1920 no Brasil, chegam aos anos 1960 contrastando com a miséria de boa parte da população (principalmente) nordestina. Essa discussão é parte constitutiva do embate ideológico desencadeado num plano global pela Guerra Fria: qual a lógica intrínseca que permite a convivência entre desenvolvimento e miséria? Como se esta dicotomia fosse constituída pela polarização do mundo entre o capitalismo e o socialismo, argumento aproveitado como catalisador das reflexões dos nossos personagens sobre os métodos utilizados para se chegar a esse “desenvolvimento” e a quem ele seria destinado.

No Brasil, vários pontos de tensão são observados, subprodutos dos atritos entre tais explicações diferentes acerca da “realidade brasileira”, materializados no surgimento de Movimentos Sociais que discutem e problematizam, a partir da realidade nacional, a questão da cidadania e da soberania do país; e pelos programas educacionais que lutam pela ampliação do acesso (bem como pela permanência) da população não alfabetizada na escola, como um direito a ser garantido de acordo com a recém construída Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional¹.

¹ Com o fim do Estado Novo (1945), o restabelecimento das liberdades democráticas do país e a promulgação da Constituição de 1946, renasciam as condições e os motivos para a retomada das discussões sobre os problemas nacionais. Conforme Romanelli (1990), o retorno à normalidade democrática redundou na promulgação da nova Constituição de cunho liberal democrático. Esta Constituição, em consonância com a abertura democrática, estabelece: descentralização do ensino, um percentual de recursos a ser investidos na área educacional, concurso público para o provimento de cargos do magistério, e principalmente que caberia à União legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional. Foi com base nessa prerrogativa estabelecida pela Constituição de 1946, que o então ministro da educação na época, Clemente Mariani, constituiu uma comissão de educadores para estudar e propor um anteprojeto de reforma geral da educação nacional. O documento apresentado por Mariani em linhas gerais delimitava a competência dos poderes

No universo cultural, o país ainda contou com as produções do Cinema Novo, do Teatro de Rua e da Música Popular que utilizam os dramas e relações cotidianas como matéria prima para suas obras, e com isso constrói uma diferenciada percepção do conceito de cultura popular bem como do seu papel e lugar político na sociedade. Essas e outras questões impulsionaram a fomentação de uma série de ações e reações da sociedade civil que, através de sua mobilização, possibilitou no Recife experiências como os sindicatos, o Movimento de Educação de Base, as Associações de Bairro, as Praças de Cultura, o Movimento de Cultura Popular entre outras tantas organizações que apontavam como centro de suas preocupações o *Povo*, numa perspectiva menos assistencialista e mais *revolucionária*.

Entre essas organizações, a experiência da criação do Movimento de Cultura Popular-MCP (1960 a 1964) é tomada como objeto principal desse trabalho e com isso seu recorte temporal; entretanto, o foco escolhido para análise é o papel desempenhado pelos seus principais idealizadores: Germano Coelho, Abelardo da Hora, Paulo Freire, Silke Weber, Norma Coelho dentre outros intelectuais portadores de grande prestígio na esfera pública e social, adquiridos e/ou ampliados a partir do Movimento. A escolha pelo MCP, como principal laboratório de nossas observações, é explicada a partir de algumas constatações sobre a história do Movimento: a) é a organização civil de maior expressividade no Recife dos anos 1960 no âmbito cultural e educacional; b) reúne entre seus sócios/fundadores boa parte dos chamados *Intelectuais* da cidade, amalgamados pela missão de promover “a elevação cultural do povo”; c) é a organização que alcança mais resultados diante dos objetivos estabelecidos; d) é o movimento que mais voluntários recrutou em torno de suas atividades, o que indica uma grande aprovação pública; e) é o que mais adesão conseguiu da população, indicativo do sucesso de suas atividades; f) é o projeto que mais atividades e serviços oferece ao público, embora tivesse na alfabetização o maior foco de sua atenção.

Essas e outras características, que serão pontuadas ao longo dessa narrativa, fazem do MCP um rico ponto de análise da cidade do Recife na primeira metade dos

Federal e Estadual, os objetivos da educação nacional, as funções a serem exercidas pelos diversos ramos e níveis do ensino, a criação do Conselho Nacional de Educação, escolas privadas sob o controle dos poderes públicos, a forma pela qual o estado deveria providenciar a democratização do ensino, o sentido da “educação democrática e outras de menor alcance”. O referido anteprojeto encaminhado ao Congresso em 1948, depois de muitos recuos e discussões, irá resultar na primeira Lei de Diretrizes e Bases, nº 4.024 promulgada em dezembro de 1961. Para mais detalhes, ver LDB (BRASIL, 2009).

anos 1960, não só em seus aspectos culturais, como também sob o ponto de vista social e relacional entre os chamados *Intelectuais* e o *Povo*.

Desta forma, definimos como principal objetivo do nosso trabalho oferecer uma contribuição historiográfica no que se refere à análise das categorias históricas “povo” e “intelectuais”, bem como dos empreendimentos realizados na construção e desenvolvimento de um projeto de sociedade democrática para a cidade do Recife do início dos anos 1960, o MCP.

Para tanto, alguns elementos conceituais foram suscitados com a intenção de oferecer um lastro à discussão ora proposta. Entre eles, destacamos os conceitos de “Povo” e de “Intelectuais”, categorias que concentram as principais representações no universo cultural e educacional levantado (não só, mas principalmente) pelo Movimento de Cultura Popular, além do conceito de “Populismo”, fenômeno político-ideológico que caracteriza o recorte temporal proposto, 1960 a 1964. Ou seja, ser intelectual, na década de 1960, seria uma construção dependente dessa idéia de povo? E o que isso significa?

Desta feita, enxergamos na obra de Antonio Gramsci um considerável ponto de ancoragem para nossa reflexão sobre as macrocategorias de análise. Isso porque ele cria uma conceituação e categorização dos Intelectuais, assim como do Povo, a partir das concepções de um “mundo orgânico”, ou seja, um espaço dinâmico, vivo e em movimento (GRAMSCI, 1984, p. 83), cenário típico, no nosso entendimento, do Recife dos anos 1960. E não somente. A descrição do papel social dos intelectuais construída pelo autor nos parece compatível com a postura pública adotada por esses indivíduos ao longo da década, e dessa forma nos ajuda a entender como e porque os “intelectuais” se aproximam do “povo” e movem algumas ações que objetivam, de forma geral, a sua elevação social e cultural. E como eles, enquanto intelectuais, definem o seu papel social através da construção de ações voltadas para esse “povo”.

A perspectiva a partir da qual o autor constrói sua narrativa é o marxismo, traço característico do tempo histórico em destaque. Nos anos 1960, mesmo com os percalços das perseguições políticas, o marxismo é assaz debatido nas universidades, organizações populares e principalmente dentro do Partido Comunista do Brasil, principal agência da popularização de suas teorias e princípios de ação. Essa proposta metodológica não descarta, no entanto, a necessidade que

tivemos de aproximar outros autores da nossa discussão, seja relacionando, seja confrontando a proposta gramsciana.

Quanto às fontes documentais, nossa análise partiu da observação de duas possibilidades em especial: a escrita e a oral. Entre as escritas, destacamos o discurso jornalístico veiculado na imprensa pernambucana e, com esse exercício, nos deparamos com diversas opiniões e conjecturas sobre os aspectos mais plurais da sociedade, entre eles o ser Povo e o ser intelectual. De moda à política, da economia à religião, a grande preocupação nos jornais do período é o *povo brasileiro*, na sua dimensão mais pura, mais ingênua e mais revolucionária. Entre os periódicos aqui utilizados está o *Diário de Pernambuco*, o *Jornal do Commercio*, o *Última Hora* e algumas edições do jornal *A Hora*².

Nossa análise também contou com os documentos oficiais da Câmara Municipal do Recife (CMR) e da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, de onde partiu boa parte das nossas construções sobre a esfera política do período e a máquina administrativa do Estado. Com as possibilidades do uso da história oral, buscamos através de entrevistas ouvir alguns dos personagens que participaram desse momento histórico, entre eles estão: o professor Germano Coelho e o escultor Abelardo da Hora que, além de dividirem conosco suas memórias, suas experiências na vida privada, nos colocaram a par das questões de ordem pública que caracterizaram os anos 1960; Wilton de Souza, pintor e desenhista que viveu ao lado de Abelardo muitas das inquietações culturais do Recife pré-golpe; e Silke Weber que, no período, pedagoga em formação, participou ativamente da estruturação e projeção do Movimento de Cultura Popular ao lado de Germano Coelho, Abelardo da Hora, Paulo Freire, Paulo Rosas e tantos outros.

Concebendo a memória como uma construção do presente, nosso exercício ao ouvir esses personagens constrói-se nas possibilidades de confronto entre as narrativas orais e as fontes historiográficas dispostas, e não na ingênua possibilidade de “resgate” de suas experiências. Ainda gostaríamos de lembrar que o número de entrevistas, assim como os sujeitos aqui destacados, está atrelado às condições de acessibilidade encontrada por nossa pesquisa, bem como às condições de produção e coleta. Com tal cautela, acreditamos poder, de forma

² Os jornais *Diário de Pernambuco* e o *Jornal do Commercio* são de propriedade das elites oligárquicas do período, fato que nos ajuda a entender sua posição conservadora frente às questões políticas e sociais. Já os jornais *A Hora* e o *Última Hora* são de uma linha mais crítica e progressista, servindo muitas vezes de porta-voz das linhas esquerdizantes do Recife.

inteligível, compreender a dinâmica social do Recife em questão a partir das ações do MCP.

A categoria povo no Recife dos anos 1960 é alvo de inúmeras representações tanto nos relatos orais como nos discursos jornalísticos que, resumidamente, congregam-se em dois perfis: “os vitimizados” tidos como: pobres, desalmados, coitados, ingênuos, ignorantes, desvalidos, analfabetos entre outras definições; e os “causadores dos problemas sociais” que aparecem com o fenótipo de: malfeitores, bandidos, marginais, criminosos, assassinos, gatunos, comunistas e agitadores sociais. Representações essas que, segundo o historiador Roger Chartier, objetivam interpretar as práticas sociais que as produzem, ou seja, traduzir os eventos sociais a partir da construção de quem os constrói e nessa prática estabelecer perfis sociais (CHARTIER, 1985, p. 26).

Uma vez apresentado nosso caminho metodológico e documental, a distribuição do texto por capítulos ficou assim estabelecida: **no capítulo um** trazemos uma reflexão sobre os conceitos-chave do nosso trabalho: os intelectuais, o povo e o populismo. Entretanto, não vamos nos ater a uma descrição conceitual sobre essas questões apenas, mas principalmente perceber as caracterizações e apreensões possíveis no recorte proposto. Para tal, além de Gramsci, incorporamos à nossa discussão as problematizações de Michel Löwy, Norberto Bobbio e Daniel Pécaut, em aproximação com os discursos veiculados à mídia jornalística, buscando a localização no tempo e no espaço das categorias e suas (muitas) representações na atmosfera populista onde estão imersas.

O segundo capítulo apresenta no seu enredo a análise estrutural, política, ideológica, econômica e social do espaço de atuação dos intelectuais e do povo: a cidade do Recife. Caracterizada pelo seu desarranjo cósmico³, a cidade chega aos anos 1960 como o epicentro das contradições sociais do Nordeste brasileiro, lócus ímpar para a fomentação de ideologias como o nacional-desenvolvimentismo e o romantismo revolucionário. E, para pensar os feitos da cidade numa atmosfera macro, consideramos a tônica nacional pró-desenvolvimento construída pelo governo federal através da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), dos projetos ideológicos do Instituto Superior de Estudos Brasileiros

³ Expressão é utilizada por Flávio Teixeira, em alusão ao médico/geógrafo Josué de Castro que dedicou parte de sua obra a pensar e problematizar, a partir de questões geográficas, o subdesenvolvimento do Nordeste e seu tradicional tipo humano, o nordestino (TEIXEIRA, 2007).

(ISEB) e das intervenções externas, como o Instituto Brasileiro de Ações Democráticas (IBAD), no combate ao comunismo.

No terceiro capítulo, apresentamos a construção da identidade da intelligentsia brasileira nos anos 1960, privilegiando com essa análise os personagens que atuaram na região do Recife, em especial aqueles engajados nos movimentos sociais pró-educação como Germano Coelho, Paulo Freire e Abelardo da Hora, dentre outros. Ainda nesse capítulo, discutiremos o estreitamento desses grupos intelectualizados com as camadas populares e as representações discursivas sedimentadas a partir dessas aproximações. Esse capítulo ainda se destina a explorar os empreendimentos social-pedagógicos que resultaram da relação entre as categorias em questão no cenário recifense. Entre eles, damos destaque para o Movimento de Cultura Popular que serviu de exemplo para outros projetos pelo Brasil, num trabalho de democratização do ensino e da propagação e valorização da cultura popular brasileira⁴. Essas questões, entre outras, impulsionaram o país para uma discussão sobre a “Revolução Brasileira”, definida e defendida pelos intelectuais como um programa de mudanças a serem realizadas, em nome do povo, pelo povo e para o povo.

É a partir da criação, representação e apropriação do povo pelos intelectuais, que muitas atividades, tais como as aulas de alfabetização, dança, artesanato, teatro e outras, de caráter profissionalizante, se multiplicam na década de 1960, numa tentativa de elevá-lo culturalmente, transformando-o em sujeitos livres, autônomos e conscientes, fator pretensamente inerente a um Estado democrático, mas que no Brasil parecia deficitário em muitos aspectos. É na crença de uma frágil e até em certa medida ausente democracia que os intelectuais agem e lançam suas apostas na educação popular como ferramenta chave para a solução dessa questão social.

⁴ Importante considerar que, embora se apresente como principal mote, a alfabetização não era a única preocupação do MCP. A proposta vislumbrava uma definição de educação mais ampla onde ela fosse utilizada para o pleno desenvolvimento das virtualidades humanas, além de colaborar para a melhoria do nível material do povo. No capítulo três apresentaremos em detalhes essas ações.



1 A TRAJETÓRIA DOS CONCEITOS

1.1 Os intelectuais: Categorias e Histórias

Construir e discutir conceitos são atividades inerentes ao ofício do historiador. O que não implica dizer que esse é um papel fácil de ser desempenhado, afinal nenhum conceito fecha-se em si mesmo e todos eles carregam sua própria história. Manejá-los exige, sobretudo, cuidado e precaução, pois carregam em suas construções as percepções de quem os produz, sujeitos movidos pela necessidade de oferecer respostas aos fenômenos sociais, assim como compreender as relações humanas.

Os conceitos de *Intelectuais e Povo*, assim como a maioria dos conceitos de uso das ciências sociais, são constitutivamente polêmicos, fluidos e por isso passivos de análise. Por terem história, por serem construídos na tensão entre grupos sociais distintos que fabricam as suas identidades a partir da definição do outro, eles são dotados de uma instabilidade tanto na sua definição quanto na sua aplicação a um dado grupo ou camada social. Entretanto, apesar das inúmeras fragilidades acerca dos usos e abusos de conceitos como *intelectual e povo*, não invalida a problematização das suas utilizações no exercício de observação dos fatos históricos, pois contextualiza a polêmica em torno da sua utilização ou do seu “silêncio”. Pois definir-se enquanto intelectual envolve a ascensão de práticas sociais que validam esse título.

Nosso interesse ao problematizar essas categorias está em localizar no tempo e no espaço aquilo que as fontes historiográficas apresentam e representam como sendo intelectuais e povo, bem como a trajetória dos sujeitos sociais autores dos discursos que produzem essa distinção. O que define o ser intelectual nesse período histórico? Por que essa definição acontece a partir da idéia de “povo”? Com tal preocupação, discutiremos nesse primeiro capítulo a construção dos conceitos das nossas macrocategorias de análise ao longo da história, assim como o conceito de *Populismo*, fenômeno político-ideológico inerente ao recorte temporal proposto (1960-1964) não apenas numa perspectiva local ou regional, mas global, onde tanto os intelectuais quanto o povo assumem um papel de destaque nas tramas sociais.

Sobre o termo “intelectuais”, é preciso alertar que a sua origem é tão antiga quanto polêmica. Para alguns dos estudiosos que já se aventuraram na busca da genealogia do conceito, o sentido da palavra é o mesmo aplicado por Platão em “A República” quando este define as competências de um filósofo e o seu papel na vida

pública da Grécia Antiga. Entretanto, a fim de contemplar os objetivos indicados por esse trabalho, não se faz necessário um recuo até o século IV a. C. e as concepções platônicas. Vamos nos ater à discussão sobre o conceito de intelectuais construído na Modernidade, mais especificamente no século XX. Das tentativas já empreendidas com a finalidade de identificar e definir as características dos intelectuais ao longo da história, destacamos para este estudo, mediante a pertinência do recorte temporal, as obras de Michel Löwy, Antonio Gramsci e Norberto Bobbio. Apesar de apresentarem abordagens distintas, esses autores trazem consigo um curioso ponto de interseção entre suas análises a respeito da *intelligentsia*, que pode ser aplicada ao perfil desses sujeitos nos 1960: a afirmação de uma auto-atribuição da liderança moral e a capacidade de representação das camadas sociais supostamente sem voz, ou seja, o povo.

Bobbio é o único que, ao analisar a categoria “intelectual”, se preocupa com a sua etimologia, possibilitando uma compreensão minuciosa da história do termo através de uma linha de análise sociológica e política. No livro “Os intelectuais e o poder”, ele afirma que a atual concepção do termo *intelectuais* teve sua origem na chamada “Grande Polônia” do fim do século XIX, região até então constitutiva do império prussiano, sendo utilizada para representar os membros bem educados da sociedade que, apoiados na razão, assumiriam as responsabilidades de defender os interesses da pátria e de educar o povo (BOBBIO, 1997, p. 109).

A partir da Rússia, o termo *Intelligentsia* oriundo possivelmente do latim (*intelligentia*) se popularizou pela Europa, associando-se a uma concepção de elite definida por seu grau de educação e formação, em contraste com a elite de sangue ou posição econômica. Já na França do século XIX o termo ganhou reforços com a criação de um documento batizado de “Manifesto dos Intelectuais” (*Manifeste des intellectuales*), que foi publicado no jornal diário Aurora em 1898, com o objetivo de firmar a posição de um grupo de influentes estudiosos da época sobre o caso do oficial judeu Alfred Dreyfus⁵.

⁵ Em 1894, uma empregada da limpeza na Embaixada Alemã em Paris descobriu uma carta suspeita no cesto do lixo do militar alemão, o tenente-coronel Schwarzkoppen. Ela entregou os papéis aos serviços secretos franceses, que logo concluíram que existia um traidor entre os oficiais franceses, que fazia espionagem para os alemães. Quando o caso se tornou conhecido, a carta passou a ser conhecida como “*le bordereau*”. Alfred Dreyfus era o único oficial judeu entre os que poderiam ter escrito a carta. Por isto, foi considerado o principal suspeito e levado a julgamento e condenado à prisão perpétua. Em 1898, as evidências da inocência de Dreyfus possibilitaram um segundo julgamento. A permanência da sentença de condenação provocou a indignação de Émile Zola. O escritor expôs o escândalo ao público geral no jornal literário *L'Aurore* numa famosa carta aberta ao

Na virada para o século XX, o termo *intelectuais* foi incorporado aos dicionários e difundido pela sociedade ocidental, sendo objeto de reconhecimento e reflexão entre muitas autoridades públicas, principalmente no que compete à ação desses indivíduos no acompanhamento e ordenação das massas populares (BOBBIO, 1997, p. 123). A identidade do intelectual está quase sempre atrelada ao seu papel político, ou seja, à função maior de tutelar os não intelectuais (o povo) através do seu conhecimento e sensibilidade para interpretar o mundo. Por mais distintos que sejam entre si (tanto pelo tempo histórico, quanto a metodologia das análises e as condições de produção) os pontos observados por Michel Löwy, Antonio Gramsci e Norberto Bobbio encontram-se na necessidade de pensar como política, social e ideologicamente o povo foi (e é) um elemento constitutivo da concepção do ser e do fazer dos intelectuais.

Dentre as clássicas definições que ajudam a elucidar essa questão, destacamos a proposta de Löwy ao afirmar que os intelectuais

Não são uma classe, mas uma categoria social, não se definem por seu lugar no processo de produção, mas por suas relação com as instâncias extra-econômicas da estrutura social, do mesmo modo que os burocratas e os militares se definem por sua relação com o político, os intelectuais situam-se por sua relação com a superestrutura ideológica. Quer dizer: [é] uma categoria social definida por seu papel ideológico (...) e compreendem grupos como os de escritores, artistas, poetas, filósofos, sábios, pesquisadores, publicistas, teólogos, certos tipos de jornalistas, certos tipos de professores e estudantes etc. (LÖWY, 1998, p. 1-2).

Os fundamentos de Michel Löwy são frutos de anos de pesquisa sobre o comportamento da intelectualidade europeia, e nela observou, em diferentes casos,

Presidente da República Félix Faure, intitulada *J'accuse!* (Eu acuso!) em 13 de Janeiro de 1898. O jornalista Theodor Herzl, que posteriormente se tornaria o criador do Sionismo, fora cobrir o caso do julgamento de Dreyfus para um jornal Austro-Húngaro e ficou impressionado com o anti-semitismo na França. Após o segundo julgamento houve manifestações em Paris em que muitos cantaram "Morte aos Judeus" pelas ruas. Theodor Herzl e Émile Zola partiram para o ataque, denunciando os culpados pela farsa. O caso Dreyfus dividiu a França entre os apoiantes de Alfred Dreyfus e os contra ele. A disputa foi particularmente violenta, uma vez que envolvia vários assuntos no clima controverso e agitado de então. De certa forma, estas divisões seguiam a linha de demarcação entre uma direita apoiando frequentemente o retorno à monarquia - e uma ala de esquerda apoiando a República. Uma boa parte da virulência das paixões levantadas pelo caso deveu-se ao anti-semitismo existente na França, onde, em 1886, havia sido publicado o livro anti-semita de Edouard Drumont, "La France Juive". Vários professores, estudantes, artistas, escritores, aliaram-se aos defensores de Dreyfus e assinaram pedidos intercedendo por sua liberdade. Em 1906 as investigações mostraram que Charles-Ferdinand Walsin Esterhazy, outro major do exército francês, fora o verdadeiro autor das cartas e que agia como espião dos alemães. Dreyfus foi restabelecido parcialmente no exército. Seus cinco anos de aprisionamento não foram considerados para a reconstituição da sua carreira. Por conseguinte foi forçado a uma dolorosa demissão em junho de 1907. Para este tema ver: WINOCK, Michel. **O Século dos Intelectuais**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

uma tendência, presente, sobretudo a partir do século XIX, caracterizada por uma postura crítica frente aos moldes capitalistas, diante da ameaça que este sistema representava para a estrutura comunal de uma sociedade, bem como para o trabalho qualitativo e não quantitativo dos intelectuais. Isso teria provocado, segundo Löwy, o surgimento de inúmeras teorias anticapitalistas que não derivaram necessariamente do socialismo de Karl Marx. Suas raízes poderiam estar presentes tanto na postura política da burguesia jacobina, quanto nos ideais de tradição iluminista ou nas propostas políticas democrático-revolucionárias (LÖWY, 1998, p. 36-37). Em suma, um romantismo político que teria como pano de fundo comum apenas um sentimento anticapitalista que, no entanto, redundaria em diferentes matizes de projetos de sociedade alternativos ao modelo de Estado liberal.

Ele afirma que os intelectuais estariam (ou ao menos deveriam estar) “organicamente” em contradição com o universo capitalista, posto que este é dirigido rigorosamente por valores quantitativos da produção máxima voltada para o máximo lucro no mínimo tempo, enquanto suas tendências e valores estariam firmados numa filosofia qualitativa. Dessa incompatibilidade filosófica nasceria, segundo Löwy, os *intelectuais revolucionários*, que atraídos pelo marxismo, seja pelo seu rigor científico, seja pelo caráter global e universal de sua concepção de mundo, se engajam num processo de revolução onde o cerne da questão é a revolução proletária. Para ele, o intelectual do tipo revolucionário deveria assumir um papel de destaque na sociedade como agente produtor de suas ideologias, fenômeno observado e exemplificado numa de suas obras pela figura de Georg Lukács, intelectual húngaro que, seguindo a tendência ideológica romântica presente na Alemanha do século XIX, adere à ala mais radical do processo, o partido comunista (LÖWY, 1998, p. 30).

Numa postura diferente, não necessariamente contrária, o italiano Antonio Gramsci afirma que todo o ser humano é um intelectual, pois

Não existe atividade humana da qual se possa excluir toda e qualquer intervenção intelectual: não se pode separar o *homo faber* do *homo sapiens*. Fora de sua profissão, afinal, todo homem realiza alguma atividade intelectual, quer dizer, é um ‘filósofo’, um artista, possui determinado gosto, participa de uma concepção do mundo, tem uma linha consciente de conduta moral e, portanto, contribui para manter ou modificar um modo de conceber o mundo, isto é, para suscitar novos modos de pensar (GRAMSCI, 1995, p. 7).

No pensamento gramsciano, essa divisão da sociedade entre intelectuais e não intelectuais, ou seja, o povo, estaria comprometida se não fosse por uma ressalva feita por ele linhas depois “*mas nem todos têm na sociedade a função de intelectual*”. Inevitavelmente após tal afirmativa, nos fazemos a seguinte questão: e qual seria essa função, segundo tal perspectiva? Para o autor, é promover a unidade orgânica entre teoria e prática social, ou seja, caberia aos intelectuais não só a construção das ideologias, mas também (principalmente, talvez) uma tomada de posição frente à história, e dessa forma trabalhar na materialização de suas idéias.

Ao desenvolver os argumentos para sua interpretação de qual seria em termos ideais o papel da *intelligentsia*, Gramsci infere que os intelectuais podem ser distribuídos em dois grupos: *os tradicionais* e *os orgânicos*. Em ambos há inegavelmente uma bagagem cultural, uma capacidade de análise, compreensão e interpretação das relações sociais, assim como a franca possibilidade de oferecer resposta às questões conflitivas do presente, habilidades que ambos os grupos admitem ter, assim como a consciência da importância do próprio papel na sociedade e da sua missão na história.

A grande distinção entre os grupos estaria, segundo o teórico, na ação (ou a ausência dela) empreendida por esses indivíduos a partir do capital cultural que possuíam. Enquanto os intelectuais orgânicos estariam num envolvimento profundo, eficiente e explícito com as questões políticas, sociais e culturais do seu tempo, os tradicionais aparentemente não se posicionariam frente a tais questões, mantendo-se em suas “Torres de Marfim”⁶. Na tentativa de esclarecer a postura do intelectual orgânico, ele ainda acrescenta que este

1. Não [deve] se cansar jamais de repetir o próprio argumento (variando literariamente sua forma); 2. Trabalhar incessantemente para elevar intelectualmente as camadas populares cada vez mais vastas, isto é, para dar personalidade ao amorfo elemento de massa, o que significa trabalhar na criação de elites de intelectuais do novo tipo, que surjam diretamente da massa e que permaneçam em contato com ela para tornarem-se os seus sustentáculos (GRAMSCI, 1991, p. 27).

A aposta na elevação cultural das massas como elemento chave para a construção de uma sociedade mais justa, possível com a intervenção dos

⁶ Torre de Marfim: Linguagem metafórica utilizada desde os anos 1930 pelos intelectuais “orgânicos” para criticar os intelectuais que aparentemente não se engajavam nas questões polêmicas de seu tempo, que preferiam manter-se no seu status social.

intelectuais, é quase um lugar comum entre os escritores que discutem a categoria. Por outro lado, a defesa e o desenvolvimento de uma consciência histórica das massas são apresentados como uma condição prévia para que o intelectual se coloque no exercício pleno de sua atividade, como sujeito moral diante de conflitos e de suas responsabilidades sociais (LOSURDO, 1999, p. 196). Essa relação de interdependência entre as categorias serve (principalmente nos anos 1960) como um catalisador de projetos político-sociais que aproximam os intelectuais e o povo juntamente com suas possibilidades de ação.

Não podemos esquecer que Gramsci está entre os escritores de maior referência e influência nos estudos das Ciências Sociais na América Latina. Entre os clássicos de linha marxista ele foi muito utilizado nas questões de politização e possibilidade de transformação social através do despertar da consciência popular, executável a partir de uma intervenção dos intelectuais, principalmente entre os anos 1960 a 1980. Essa é uma concepção em grande medida inerente aos intelectuais brasileiros que, munindo-se de tais prerrogativas, reafirmam sua posição de destaque no tecido social. Ainda que este sentido seja levemente mutável no curso da história, é possível afirmar que não foram poucos os intelectuais que procuraram justificar suas obras e ações num *ethos* de *missão* civilizatória ou nacional, como se fossem portadores especiais dos interesses gerais da sociedade⁷.

No intuito de oferecer uma maior clareza ao que se concebe como intelectuais e a vida intelectual no Brasil dos anos 1960, tomaremos como gancho duas distintas concepções do termo, distintas no que se refere à metodologia da análise da ação desses indivíduos no espaço público nacional e, conseqüentemente, nos resultados das definições: o argumento de Sérgio Miceli que classificamos como sociológico-cultural e o argumento de Daniel Pécaut que chamamos de político-social⁸.

No primeiro autor, a análise sobre a intelectualidade brasileira é balizada

⁷ O termo *ethos* ora empregado remete-se aos valores éticos e morais que permeiam a esfera pública, espaço majoritariamente ocupado pelos intelectuais e que por sua vez mantém uma relação intrínseca com a identidade de uma nação. No Brasil, há uma preocupação específica dos intelectuais com essa questão, pois eles identificam e classificam o espaço público nacional como frágil, pois é ocupado fisicamente pelo povo, mas este estaria ausente politicamente. Sobre a questão do espaço público brasileiro, ver Lavallo (2004).

⁸ Nos últimos trinta anos, a intelectualidade brasileira foi objeto de muitas análises e caracterizações no que se refere à sua identidade. As universidades produziram alguns trabalhos problematizando tanto a morfologia e a composição do universo intelectual, quanto as suas atuações nas esferas de poder e gerenciamento cultural. Nomes como os de Marcelo Ridenti, Luciano Martins, Daniel Pécaut, Sergio Miceli entre outros estão nessa galeria que traz significativas contribuições para as credenciais da inteligência nacional e suas condições de existência.

principalmente pelo âmbito cultural e abarca os anos de 1920 a 1945, ou seja, compreende o declínio das oligarquias brasileiras da política do café-com-leite e a ascensão do modelo corporativista de gestão de Getúlio Vargas até o fim do Estado Novo. Segundo Miceli, os intelectuais desse período, freqüentemente originários dessas famílias em decadência, confrontados pela rarefação das carreiras tradicionais, temiam, à medida que experimentavam, a perda de seu status social, político e cultural (MICELI, 2001, p. 77-78).

No livro "Intelectuais à brasileira", que reúne um conjunto significativo de trabalhos de Sergio Miceli publicados originalmente entre 1977 e 1999, o autor centra sua abordagem nas relações entre as suas origens sociais e as posições garantidas nas estruturas de poder a partir do capital social familiar (redes de influência), sobretudo no âmbito do Estado. Partindo desses históricos, o autor questiona a tese da desvinculação social dos intelectuais, demonstrando a lógica das regras cotidianas das estratégias de inserção e de viabilização das carreiras dentro dos marcos institucionais dominantes (BOTELHO, 2002).

Trajetória exatamente feita por Pécaut nos anos 1990, em "Os intelectuais e a política no Brasil", apresenta como principal objetivo de sua produção a constatação do sentido de uma "missão social" da qual a intelectualidade brasileira estava imbuída. Seu estudo parte de observação de duas gerações de intelectuais no país, no século XX: uma entre as décadas de 1920 a 1940, preocupada com a criação de uma identidade nacional brasileira, e outra de 1954 a 1964, caracterizada pela proteção dessa identidade ameaçada, internamente, pela modernização do país e, externamente, pelo imperialismo cultural, sobretudo dos Estados Unidos e Europa. Entre as duas gerações, o autor tece uma análise comparativa, restringindo seu campo de observação aos intelectuais que atuaram no eixo Rio de Janeiro e São Paulo, fazendo pontuais referências a Minas Gerais e ao Recife.

Ainda sobre o trabalho de Pécaut, é importante sublinhar a pertinente definição sobre o ser intelectual defendida por ele, onde o reconhecimento público da sociedade é ressaltado; ele afirma que "intelectual é aquele que se identifica e é identificado como tal" (PÉCAUT, 1989, p. 11), idéia possivelmente inspirada do sociólogo alemão Karl Mannheim, um dos clássicos autores que influenciou seu trabalho. Segundo Mannheim, a identidade dos sujeitos públicos é também construída (principalmente) pelo reconhecimento da sociedade, e corrobora sua teoria ao afirmar que

Eu não saberia o que responder se me perguntassem quem sou ou o que sou; seria outro o caso porém, se a pergunta fosse o que sou aos olhos de A ou B. É através das visões dos outros que nos compreendemos a nós mesmos. A questão decisiva, entretanto, é saber quem é esse outro em cujos olhos nos vemos (MANNHEIM, 2001, p. 70).

Isso nos parece um forte indício da preocupação dos intelectuais com a sua própria identidade, constituída em grande medida no espaço público, uma vez que parte dele a legitimação da sua condição de autoridade. No caso do Brasil, era preciso solidificar esse espaço para que seu lugar social estivesse assegurado, e isso só era possível com o desenvolvimento da consciência popular para a importância do seu papel na vida política nacional. No que se refere ao Recife, por exemplo, a ação dessa intelectualidade é tão latente na esfera pública que não podemos dissociá-la dos principais episódios político-sociais dos anos 1960: pleitos eleitorais, programas de ação social, movimentos sindicalistas, organização de associações de bairro, movimentos artísticos entre outros, que fazem da cidade um laboratório de experimentos sociais cerceados em grande medida pelo golpe civil-militar de 1964, dado seu caráter "revolucionário" e pela aproximação que estabelece entre as camadas marginalizadas da sociedade, principal caracterização atribuída ao que se chamava de povo.

Nesse sentido, se levarmos em conta essa concepção de Michel Löwy de que os intelectuais fazem parte de uma categoria social que se define a partir do exercício de um papel ideológico, podemos inferir que os nossos intelectuais com as suas posturas políticas nos anos 1960 fazem, então, uma espécie de pacto com a sociedade. Caberia aos intelectuais, como condição para sua existência, a atuação na esfera pública, agindo na construção daquilo que acreditavam ser valores universais tais como: paz, justiça, liberdade, razão e verdade. Valores que dizem respeito a um ideal de organização social baseado no Estado moderno, ao mesmo tempo em que são valores ratificados e institucionalizados, em 1948, pela Declaração dos Direitos Humanos, documento base da Organização das Nações Unidas (ONU), cujo contexto de criação está atrelado ao clima ideológico do pós-segunda guerra. Ao longo dos seus trinta artigos, esses valores são citados e colocados como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações.

Outra atribuição desses intelectuais seria a interpretação dos fenômenos sociais formadores da realidade nacional, enquanto à sociedade caberia o reconhecimento e a legitimação da autoridade desses indivíduos, na medida em que

ela reconhece as orientações traçadas por eles. Dessa forma, a idéia de pacto aqui utilizada está balizada no aparente acordo estabelecido entre os “intelectuais” e parte de uma classe média urbana, consumidora não só dos discursos publicados nos jornais e livros da época, como também das obras artísticas e eventos culturais produzidos por essa intelectualidade.

Considerando a idéia de um sentimento anticapitalista (LOWY), é possível construirmos uma análise da presença dos ditos intelectuais nos anos 1960, principalmente nas suas atuações no espaço público, opinando, criando, criticando, produzindo ideologicamente os pilares de uma sociedade democrática, onde o “povo” deveria atuar nos âmbitos políticos de maneira consciente e autônoma, e nessa prática social os intelectuais cumpririam seu papel político.

Sendo assim, embora resulte numa consistente contribuição historiográfica, no nosso entendimento, as análises de Pécaut bem como as de Miceli são marcadas por generalizações do Sudeste sobre todo o Brasil. Acreditamos que as especificidades de cada região possibilitariam a qualquer pesquisador um denso estudo sobre o ser intelectual e o ser povo dentro do seu lócus, sem desprezar, com isso, as articulações e associações que numa esfera nacional se fazem inevitáveis.

1.2 O povo: Substantivações e Adjetivações

No dia 27 de junho de 1962, o *Última Hora*, um dos periódicos de circulação na cidade do Recife e Região Metropolitana, jornal simpático à linha política de esquerda, noticia uma manifestação de trabalhadores brasileiros que em passeata ocupam a recém criada sede do poder público federal, Brasília. Intitulada como “A PRAÇA É DO POVO”, a matéria afirma que

Os milhares de trabalhadores brasileiros que se concentram, desde ontem, em Brasília, oferecem, em verdade um belo espetáculo de civismo e democracia. Ali, na Praça dos Três Podêres, entoando o Hino Nacional, o que se viu ontem a tarde foi mais do que uma manifestação de classe, mais uma representação do próprio povo a postular, às portas do Congresso uma reivindicação legítima. Convencionaram os círculos reacionários, da política e da imprensa, chamar de “pressão sobre o congresso” o movimento dos trabalhadores brasileiros, esquecidos de que a própria constituição, que assegura a todos os cidadãos o direito de participar da vida política nacional, e pior ainda, esquecidos de que, ao se deslocarem para Brasília, o que visavam os trabalhadores, era o contato direto e imediato com três centenas de parlamentares que o povo escolheu para representá-los no parlamento. (...) Brasília vive nesses dias um espetáculo de democracia e maturidade política: é o povo representado por delegações de

trabalhadores, cobrando dos podêres o direito constitucional de participar das grandes decisões políticas nacionais. “Mais do que nunca a praça é do povo”. (...) E quando o povo vai a praça e pode erguer a voz e falar diretamente aos que o governam, isto sim é sintoma de que o regime democrático funciona e se afirma e se fortalece, para melhor resistir as arremetidas dos seus inimigos (UH 27/06/1962)⁹.

A narrativa construída pelo jornal faz uma sutil associação entre a ocupação feita pelos trabalhadores em Brasília com o modelo clássico de democracia que o mundo conheceu a partir da Grécia, no século V a. C. Com isso, despreza as discrepâncias que envolvem o comparativo entre os modelos. O filósofo e cientista político Renato Janine Ribeiro, ao analisar o perfil político grego, lembra que em “Atenas e nas outras cidades democráticas (não era toda a Grécia: Esparta sempre foi monárquica), o povo exercia o poder, diretamente na praça pública”. Não havia assembleia representativa, todos os legítimos cidadãos gregos poderiam tomar parte das decisões (RIBEIRO, 2001, p. 9).

A expressão “A praça é do Povo”, da qual se apropria o jornal, foi cunhada a partir da rotina política estabelecida pela democracia grega, que destoa em muito da proposta de democracia adotada na Modernidade, e conseqüentemente do episódio em Brasília. Mas quem é esse *povo* que ocupa as praças na Grécia? Teria ele alguma aproximação com o *povo* na Praça dos Três Poderes? Sobre qual diferença repousam tais eventos, já que ambas as ações são rotuladas de democráticas? A resposta para essas questões está em certa medida arrolada nas diferentes feições que a democracia enquanto governo assumiu ao longo da história.

Não nos deteremos numa minuciosa análise comparativa entre os modelos de democracia da Grécia Antiga e da Modernidade, mas consideramos importante ao menos lembrar que o princípio fundante que antagoniza tais versões é a representatividade. Enquanto nas assembleias atenienses as decisões eram tomadas por todos os “legítimos cidadãos” (homens, adultos, filhos de pai e mãe também gregos) que vão à praça para discutir as questões de ordem pública que permeavam aquele contexto, na democracia Moderna o povo elege seus representantes que, por um dado espaço de tempo, passam a ser responsáveis por tomar as decisões em nome de todos, o que acaba por provocar o distanciamento e, conseqüentemente, o esfriamento das paixões das discussões e decisões diretas que envolvem o universo político.

⁹ As fontes de jornais utilizadas ao longo de todo nosso trabalho foram transcritas *ipsis literis* dos originais, preservando assim a grafia e eventuais vícios de linguagem do período selecionado.

Apesar dos distanciamentos entre as propostas é possível perceber, tanto na Grécia do século V como na manifestação em Brasília do século XX, que, quando tratamos da categoria povo independentemente do tempo histórico envolvido, estamos indubitavelmente ocupando um território político. Não considerar essa vertente constitui-se num grave erro que tenta encobrir o universo conflitivo que permeia as ciências políticas e seus conceitos relativos à organização social. Sobre a dimensão política do conceito de povo é com propriedade que Ernesto Laclau pontua que “O povo é uma categoria política e não um dado da estrutura social (...) o povo é (...) o protagonista central da política, e a política é o que impede que o social se cristalize em uma sociedade plena, uma entidade por suas próprias distinções e funções precisas” (LACLAU, 2005, p. 32).

Ora, pensar e questionar a categoria povo admitindo a dimensão do seu alcance conceitual nos leva a uma série de tomadas de decisões teóricas e metodológicas frente ao nosso objeto, entre elas está a idéia de que: a) a depender do tempo e momento histórico, a concepção de povo muda, logo o que concebemos e apreendemos hoje como sendo povo está fatalmente distante do sentido atribuído ao povo nos anos 1960; b) essas mudanças no conceito ao longo do tempo tornam o seu uso complexo e falível; c) as apropriações sobre o conceito feitas pelas esferas de poder público atendem aos interesses dessa minoria privilegiada; d) o povo ocupa zonas de conflito (esfera política) e por isso é objeto de interesses e constante disputa; e) o povo, por ser um instrumento político, faz com que se fabrique em nome dele a política e a consciência política, por isso, seu emprego não pode se dar de forma ingênua.

Como se não bastassem tais ressalvas é preciso ainda lembrar que o conceito de povo é construído por intelectuais, ou seja, por sujeitos que organizacionalmente não constituem esse grupo social. Em termos práticos, temos: os intelectuais que se auto-afirmam no campo conceitual e criam outra categoria para os que destoam de suas reflexivas definições. Tal constatação faz com que, na visão de alguns teóricos, o conceito de *povo* seja tão questionável quanto a sua legitimidade, uma vez que não são os sujeitos do povo (enquanto ser histórico) quem o constroem e sim o outro, intelectual, que a tudo nomeia, conceitua e explica.

O historiador Jacques Le Goff consagrou a polêmica com a seguinte afirmativa: “o conceito de povo assim como o de popular foram feitos para serem fluidos” e justifica sua afirmação lembrando algumas das inúmeras possibilidades de

tradução e apreensão do termo ao longo da história (LE GOFF, 1988, p. XI). O mesmo autor, ao definir o que é ou quem é povo, ressalta a façanha empreendida pelos intelectuais que através do seu poder de triagem segregam a sociedade e com isso corroboram a definição com a máxima: “povo é, sobretudo, aquilo que não é intelectual, erudito, científico, racional, nobre etc.” (LE GOFF, 1988, p. VI)¹⁰.

A declaração de Le Goff está no prefácio do livro “O povo por escrito”, da historiadora Geneviève Bollème, clássico da historiografia sobre a literatura popular europeia entre os séculos XVII e XIX, referência na discussão sobre tais invenções do que seja popular. Procurando entender o sentido do vocábulo povo, Bollème faz consultas em diversos dicionários e constata que a raiz da palavra povo significa dentro de suas variações: muralha, cidade, lugar, encher. Mas, num sentido complexo, povo designava o lugar que era preenchido por homens, por pessoas, numa metáfora de lugares e cidades que vão sendo tomados por povos, como um recipiente que é preenchido por água.

Percebe-se, portanto, a estreita ligação entre o meio físico e os moradores do lugar, sendo a raiz destes dois elementos o que constitui o chamado *povoamento*. A questão chave (política) segundo a autora está em como representar o homem que ocupa um dado lugar e constitui dessa forma o *povo*. Só há um modo: representá-lo em sua universalidade. Logo, a palavra povo irá assumir, em última análise, este sentido e, com o passar do tempo, irá remeter-se à “multidão” estabelecida em um lugar definido. Com essa denotação, o termo passa a ser representado por números, e isso acarreta, em certa medida, a perda da identidade humana (BOLLÈME, 1988, p. 16). Deixar de ser “humanidade” para ser “o outro” leva o homem a um grande déficit na escala social e sobre a possibilidade de ser um dado quantificado, acaba recebendo o adjetivo de massa¹¹.

¹⁰ Vale a pena atentar para a curiosa forma de definição aqui construída sobre o “povo”, com base naquilo que ele antagoniza, ou seja, com o que ele não é. Tal metodologia fragiliza, para alguns teóricos, a tentativa de Le Goff da construção do conceito.

¹¹ Numa perspectiva pós-moderna, os neo marxistas fazem uma crítica à distinção entre os termos **Povo - Massa - Multidão**, que parece ganhar uma leve homogeneidade do discurso de Bollème, apesar da sinalizada derivação. Hardt e Negri são os principais ícones dessa linha que advogam a diferenciação entre tais termos. Para eles, “O povo tem sido tradicionalmente uma concepção unitária. A população como se sabe é caracterizada pelas mais amplas diferenças, mas o povo reduz esta diversidade a uma unidade, transformando a população numa identidade única: o povo é uno. A multidão em contrapartida é múltipla. A multidão é composta de inúmeras diferenças internas que nunca poderão ser reduzidas a uma unidade ou identidade única (...). As massas também se diferenciam do povo, pois tampouco elas podem ser reduzidas a uma unidade ou identidade. As massas certamente são compostas de todos os tipos de espécies, mas não se pode realmente afirmar que diferentes sujeitos sociais formam as massas. A essência das massas é a

Retomando o contexto grego com o qual iniciamos nossas discussões, percebemos que essa multidão só é povo na medida em que compõe ativamente a dinâmica político-social da cidade. A *Polis* designa a organização política, o lugar onde as pessoas se reúnem e, por extensão, os próprios habitantes do lugar. Mas para definir/identificar povo, os gregos se valiam de diferentes termos, como *demos*, designa a população que habita um lugar e tem interesses comuns; *ecclesia*, as pessoas reunidas por convocação para deliberar em comum; e, no caso de Atenas, o faziam na *ágora*, onde o secretário, a partir do *areópago*, informava os motivos da convocação da *ecclesia* e perguntava quem pedia a palavra. São distinções importantes, pois revelam também as diferenciações possíveis a um determinado povo, uma vez que nem todos podiam fazer parte da *ecclesia*, bem como o *laos*, o povo em armas, onde eram exigidas determinadas aptidões para se fazer parte dele.

Ainda pontuando a análise de Bollème sobre a literatura popular europeia do século XIX, outra importante questão é um “aparente divórcio” entre os pressupostos conceituais do que se convém chamar de povo e de popular que a autora admite ter constatado, discussão considerada de extrema importância para nosso objeto, uma vez que partimos da hipótese de que há uma constante construção do conceito de povo na história, sendo provocada (no caso brasileiro e não apenas) pela intelectualidade que, nos anos 1960, empreende sobre essas concepções um projeto de sociedade dita democrática, onde o povo teria então um ativo papel político.

Mas, uma grande ressalva marca a narrativa e nela está o papel dos intelectuais na materialização de um conceito de povo. Afirma a historiadora que

Quando se fala do povo, não é do povo que se fala, não é por ele que há interesse. Esse discurso se funda quase sempre numa mera idéia. De fato, ele só serve para legitimar uma supremacia, circunscrevendo e, portanto, acusando uma diferença, sem contar que confere um poder àquele que o sustenta, àquele que se coloca como porta-voz legítimo do povo. [...] O povo só existe pelos objetos por ele criados, por suas práticas... É um tema para os que dissertam sobre ele, o objeto de uma interminável controvérsia, objeto de discurso mais especulativo que pode haver: um discurso encarniçado e vão, discurso de má fé que procura justificar-se deportando-se indefinidamente para fora de si mesmo (BOLLÈME, 1998, p. 56).

indiferença: todas as diferenças são submersas e afogadas nas massas (HARDT; NEGRI, 2005, p. 12 e 13).

A observação feita pela autora com ar de denúncia dilui qualquer tentativa de aproximação e envolvimento dos intelectuais pelo tema com um ar de ingenuidade, idéia já assinalada. Curiosamente, a aplicabilidade do termo com essa conotação está presente nos muitos dos discursos produzidos e veiculados pela imprensa pernambucana nos anos 1960, principalmente (mas não somente) entre os discursos políticos partidários, onde o povo assume muitas vezes um ar de ingenuidade, pureza e subserviência, entre outras representações como um espírito revolucionário e altivo.

Convém lembrar, mesmo que resumidamente, um momento histórico em que grandes modificações feitas ao conceito de povo foram trazidas: a Revolução Francesa, episódio também lembrado por Bolléme como importante para a caracterização do termo no século XX. Esse movimento, no calor dos acontecimentos, produziu discursos muitas vezes ligados ao povo, outras vezes dirigidos ao povo, considerado ora como esteio da Revolução, ora como turba desordenada, mas que, para alguns filósofos, seriam os verdadeiros idealizadores do Estado democrático. Esses líderes sustentavam o argumento de que o poder para instituir ou destituir os governantes partiria dele, conforme se pode observar nas idéias de Jean Jacques Rousseau, para quem “o poder emana do povo e em seu nome deve ser exercido” (ROUSSEAU, 2001, p. 84).

A Revolução Francesa proporcionou uma modificação em muitos conceitos aparentemente cristalizados na história, o de povo foi um desses. Se antes dela ele era visto como massa amorfa e desregulada, um elemento perigoso, por ser destituído de razão e com isso capaz de se deixar inclinar pelos sentimentos, por outro lado, com e depois da Revolução Francesa, as idéias acerca do povo mudaram significativamente: ele passou a ser identificado com independência, força, progresso e liberdade. Com a influência de Rousseau e de outros iluministas, foram multiplicadas as citações sobre a potencialidade criadora do povo, a partir de sua espontaneidade e criatividade. Justamente aquela força popular, tão temida anteriormente, será objeto de cobiça, a partir de então, por ser capaz de fundar governos democráticos e soberanos.

A trajetória histórica do conceito de povo marcada por acidentes, construções e desconstruções, resumidamente aqui lembrados, sustenta a afirmação de Laclau de que a esteira do popular desliza sobre as esferas políticas de vários tempos históricos. O maior destaque que desejamos fazer ao reforçar essas colocações é

que o discurso do povo e para o povo revela em seus mananciais o lugar de onde se fala, sobre o que se fala e a possível (e forjada) autoridade que se tem ou se busca, para poder falar. Esse discurso proferido pelos intelectuais apresenta-se como um bem para aqueles a quem se fala, tem um caráter de ensinamento e, como tal, implica numa condução lógica para um bem que deve ser supostamente comum. Não se trata de ensinar, doutrinar, educar este ou aquele homem apenas, mas a humanidade presente naquela reunião específica de homens, denominados genericamente de povo.

O legado em mutação deixado da Grécia à Revolução Francesa em torno da idéia de povo recebe outros significados com a primeira e a segunda guerras mundiais. O século XX é marcado pela existência de países que, assim como o Brasil, tentavam se afirmar como nações independentes, sólidas, ora mais democráticas, ora mais republicanas, entretanto, sempre em desenvolvimento. As estratégias podiam ser as mais variadas: modelos liberais ou comunitaristas, ou seja, mais democráticos ou mais republicanos. Entretanto, o povo estava no centro desses modelos distintos de sociedade. Essas (in)definições políticas apresentam-se de forma desafiadora tendo o Estado Moderno chegado aos anos 1960 com uma série de questões sociais pendentes para com sua população, ou seria melhor dizer com seu povo?

Voltando à provocação inicialmente feita sobre o episódio da ocupação dos trabalhadores na Praça dos três Poderes, é notório que o conceito de povo ali apresentado se esforça para legitimar os princípios democráticos da nação brasileira. Afinal, segundo a matéria, *“a própria constituição, (...) assegura a todos os cidadãos o direito de participar da vida política nacional”*, o que não se constitui em garantia plena nem para os manifestantes nem para os 90 milhões de brasileiros. Numa análise mais criteriosa, é possível perceber outros sentidos atribuídos à idéia de povo presentes nesse contexto. Entre eles estão: os trabalhadores, os pobres, os desempregados... que, mediante uma série de disfunções sociais, se percebem explorados, marginalizados e não visíveis pelos poderes públicos, grupo social que, atendendo a impulsos, organiza-se em passeatas, sindicatos, associações de moradores, dentre outros movimentos sociais.

Essas adjetivações são muito freqüentes e servem de subsídios para entendermos a quem se chama de povo nos anos 1960 no Brasil e, mais especificamente, no Recife, questão que, para ser coerentemente respondida,

precisa considerar o discurso nacional-desenvolvimentista ou nacional-populista que serve como base explicativa para a dita realidade brasileira nesse momento histórico.

1.3 Populismo, Povo e Intelectuais

Nos anos 1970, o sociólogo Peter Worsley escreveu um ensaio que se tornou uma base para as reflexões sobre o populismo enquanto ideologia política em diversos países do mundo. Esse texto marca o início de uma série de estudos sobre o tema que ganha um relativo apelo explicativo nos meios acadêmicos entre as décadas de 1970 e 1980, que de forma sistematizada procuraram entender a natureza do que chamam de populismo e suas versões. A grande preocupação deste ensaio é apresentar a elástica utilização do termo populismo para designar experiências tão distintas ao longo da história, vivido por países de vários continentes.

Como método explicativo, Worsley enumera em quatro itens as principais manifestações as quais o termo é atribuído no mundo: a) o movimento russo “narodnik”, que surgiu na segunda metade do século XIX, visando a transferência do poder político às comunas camponesas por meio de uma reforma agrária radical (e outros movimentos da Europa ocidental); b) os movimentos norte-americanos das regiões do sul e do oeste que propunham o incentivo à pequena agricultura pela prática de uma política monetária que favorecesse a expansão da base monetária e o crédito (bimetalismo) do mesmo período; c) certos movimentos e certos tipos de Estados da África, Ásia e América Latina, principalmente nos anos 1930; d) e o uso mais amplo do vocábulo referindo-se não apenas a movimentos organizados, bem como a determinados elementos presentes em algumas organizações; movimentos de ideologias de toda espécie que se baseiam, por um lado, na noção de “vontade do povo”, sendo esta identificada com a justiça e a moral, e, por outro, na relação “direta” do povo com seus líderes, sem mediação.

Através desses pontos é possível observar que o termo foi aplicado em manifestações sociais muito distintas entre si, o que nos permite questionar em que medida seria possível encontrarmos certos atributos comuns e essenciais que permitissem juntar essas manifestações sob a mesma rubrica. Sobre essa tensão o autor orienta que, por ser expressão de camadas sociais, culturais e econômicas tão diferentes entre si, o populismo não pode ser encarado como

Uma tradição compartilhada mais ampla, no que se refere à orientação subjetiva de seus autores. Seu status tipológico é somente analítico e os movimentos populistas não possuem uma tradição comum de que tenham consciência, da mesma maneira que não são, digamos, grupos de descendência unilineares ou sociedade “sem Estado” (WORSLEY, 1970, p. 30).

Multifacetado, o termo populismo é empregado em fenômenos políticos que, de maneira geral e no seu mais alto grau de imprecisão, designam todo movimento que invoca o povo enquanto massa em oposição aos (ou ao lado dos) mecanismos de representação próprios da democracia representativa. O povo nessa perspectiva é entendido como a grande massa trabalhadora de uma nação, portadora, grosso modo, das seguintes caracterizações: pobres (cultural e economicamente), sem expressividade política, e carentes de uma orientação ideológica, sendo estes, em termos quantitativos, a fatia mais populosa da sociedade. De acordo com o autor, historicamente a ascensão do populismo se deu em países cujo contexto estava sendo marcado pela delicada transição entre uma economia agrária para uma que vagarosamente se aproximava do umbral do desenvolvimento industrial, ou seja, nações emergentes.

Ainda sobre o dilema da conceituação, Worsley lembra que a tentativa mais audaz de definir os parâmetros conceituais do populismo construída nos anos 1960/70 foi a de Edward Shils, que a partir do estudo feito sobre a experiência populista e suas variações na América do Norte define dois pontos fundamentais para caracterizar o fenômeno, são eles:

a) a supremacia da vontade do povo “em relação a qualquer outro padrão, em relação aos modelos das instituições tradicionais e a vontade de outros estratos da população. O populismo identifica a vontade do povo com a justiça e a moralidade”; b) que se considere desejável uma relação “direta” entre o povo e seus líderes, não mediada por instituições (Idem, p. 59-60).

Entretanto, é preciso frisar que por mais salutar que pareça para a consolidação de uma nação democrática, a emergência das camadas populares na vida política, como advoga o discurso populista, essa emergência não se dá de forma autônoma/natural, ela só acontece à medida que o líder carismático age na promoção dessas camadas desfavorecidas. Esta conclusão põe em xeque a legitimidade desse tipo de ascensão popular: ela poderia ser considerada “séria” ou é apenas uma “pseudo-ascensão”? Teria havido alguma possibilidade dentro do caldeirão populista de ter surgido um movimento ou organização genuinamente

popular (autônoma) ou seriam todas populistas? A linha, portanto, que separa a fronteira entre o populista e o popular é mais tênue do que se imagina e muitos movimentos populares no Brasil e no mundo caminharam por esses trilhos.

A ausência desses fundamentos identitários torna a idéia do populismo, não só no Brasil, mas principalmente nele, ambígua. Constituindo-se a um só tempo como manipulação e satisfação das classes populares, os movimentos sociais que se multiplicaram nos anos 1960 assumem muitas vezes ambas as características, tornando-se necessária a análise de um a um, observando-se elementos como ideologia, reivindicações, ações empreendidas, além do contexto político no qual surgem esses movimentos.

Uma significativa contribuição sobre essa questão no Brasil é o trabalho de Francisco Weffort que, no livro “O populismo na política brasileira”, trata do tema sob o ponto de vista ideológico e seus vértices de 1930 até 1964, partindo daquilo que o autor chama de paradoxo clássico: a classe dominante provoca a ascensão das massas que servem de suporte para um regime no qual são dominadas. A primeira versão do texto foi produzida em 1967, o que denota a idéia de vanguarda com relação ao tema, que terá amplas reflexões a partir dos anos 1970 e 1980.

Os quatro primeiros capítulos do livro de Weffort são dedicados à construção e à análise das massas populares no quadro formado pelas relações sociais e políticas, num trabalho desenvolvido na sua grande maioria pela elite nacionalista que viu no povo a categoria essencial para o estabelecimento de uma ideologia e uma filosofia política. Povo, na leitura de Weffort, é sinônimo de analfabetos, o que implica dizer, no Brasil dessa época, não eleitores.

Num clássico consenso historiográfico, Getúlio Vargas é apontado como ícone da construção e caracterização do populismo na política nacional. Da tomada do poder (1930), através de um golpe, até o Estado Novo ele sedimentou as bases do seu modelo de gestão no carisma e liderança popular, na sedução (e com isso o apoio) de diferentes segmentos da sociedade, no discurso contra a dominação do capital estrangeiro e a favor da defesa dos interesses nacionais (nacionalismo) e no forte uso da propaganda política para uma autopromoção, características típicas do populismo.

A estratégia de Vargas para arrebanhar o apoio das massas estava lastreada na barganha estabelecida pelas reformas trabalhistas empreendidas, dentre as quais, destacamos: a criação da Justiça do Trabalho (1939), a instituição do salário

mínimo, a Consolidação das Leis do Trabalho, também conhecida por CLT, a carteira profissional, a semana de trabalho de 48 horas e as férias remuneradas. Para as massas populares, a legislação do trabalho significará a primeira forma por meio da qual elas verão definidos os seus direitos de participação nos assuntos do Estado, a sua cidadania. Outro importante e estratégico campo de atuação ainda nos anos 1930 foi a criação da Justiça Eleitoral, através do decreto-lei nº 21.076, quando foram instituídos o voto secreto¹² e o Código Eleitoral¹³.

A partir de 1945, com o fim do Estado Novo, o populismo ganha uma nova versão no país. As reformas trabalhistas e eleitorais empreendidas (principalmente o voto secreto) são sentidas de forma mais intensa a partir de então. Os ideólogos nacionalistas¹⁴, figuras presentes nesse cenário, pregavam o fim do populismo com o fim da Era Vargas; entretanto, apesar de suas proclamações de identificação com o povo, continuaram vendo o povo como um elemento passivo, através de uma representação com cores românticas e potencialmente revolucionárias. Esses indivíduos viam o populismo como uma questão já superada na história brasileira, sob o argumento de que o populismo era desprovido de ideologias, e eles estariam inaugurando a fase política ideológica (WEFFORT, 2003, p. 24). Entretanto, as marcas desse perfil político continuariam na vida pública brasileira por mais algum tempo, fato observado em várias das administrações a partir de 1945, onde foi mantida a relação emocional do líder com o “seu” povo.

Contudo, Vargas não foi o único exemplo populista no Brasil. Esse perfil governamental se estendeu entre os anos 1945 a 1964, alcançando os governos de Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart, com características e formas diferenciadas. É nessa fase da história nacional que as mudanças empreendidas ao longo da administração de Vargas, mostram seus primeiros frutos. Com o fim da ditadura Estado-Novista, as reivindicações da população crescem em torno da efetivação dessas leis, acobertados agora pela legitimidade da CLT.

¹² <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/91631/codigo-eleitoral-lei-4737-65>

¹³ Além do voto secreto, o código eleitoral previa o voto feminino e o sistema de representação proporcional, em dois turnos simultâneos. Pela primeira vez, a legislação eleitoral fez referência a partidos políticos, mas ainda era admitida a candidatura avulsa. Esse código já fazia projeções sobre o uso de máquina de votar, o que só veio a se efetivar na década de 1990. Para mais informações sobre esse e outros capítulos da história das eleições no Brasil recomendamos o endereço eletrônico do Tribunal Superior Eleitoral, do qual tomamos tais informações. www.tse.gov.br, acessado em 13 de julho de 2009.

¹⁴ Com a expressão “ideólogos nacionalistas” nos remetemos principalmente aos intelectuais que compuseram o Instituto Superior de Estudos Brasileiro, o ISEB, que será discutido no capítulo 2 deste trabalho, compondo assim a atmosfera ideológica do período.

Dentro dessa nova fase (1945 a 1964), a concepção de povo continua sendo confusa. Entre os nacionalistas, afirma Weffort, havia um equívoco original da concepção de povo: eles sempre falavam em nome do povo, em nome de uma comunidade nacional, mas não o poderiam, por não fazerem parte dela, ou seja, continuavam produzindo um discurso a partir de uma visão externa. Havia um mítico apelo à visão do povo enquanto comunidade que teria em sua essência um puro sentimento de “ser brasileiro” (Idem, p. 40).

Entre os anos de 1945 a 1964 houve a ascensão de vários líderes populistas ao poder, prefeitos, governadores, inclusive três Presidentes da República. Perfis distintos de gestão, mas um ponto em comum: a conquista do voto popular e a manipulação das aspirações populares como mote. Entre a relação líder e massa é importante frisar que no populismo sempre se fala ao povo, nunca a grupos específicos da sociedade civil organizada. Um bom exemplo disso são as chamadas das propagandas políticas que circularam em período eleitoral, como exemplo destacado logo abaixo:



Fig. 1. Propaganda política do governo Arraes. Lendo-se no canto esquerdo: Você sabe que é preciso viver os problemas do povo, para conhecer de perto, a extensão dos mesmos e as soluções que o povo espera. Por isso, os pernambucanos escolheram Arraes – um homem de classe média que vive e sente os problemas, e, com a nossa colaboração, fará um governo do povo, a serviço do povo.

Fonte: UH 04/09/1962

Essa imagem compõe um cenário tipicamente populista vivido no Recife dos anos 1960, onde o povo era convidado a ser parte constituinte da rotina política da cidade. Disso decorre uma ampliação na participação popular que se transforma, em certa medida, num movimento ameaçador, pois embora desordenadamente, o crescimento da participação popular ameaçava atingir nos anos de 1962 e 1963 as

próprias bases do poder com as greves operárias e as invasões de propriedades agrárias.

Essa emergência popular revela que há uma série de limitações para a política populista, o Estado nem sempre conseguiu de forma tranqüila administrar a pressão das reivindicações populares, além do que, ainda contava com a delicada margem de compromisso que precisava estabelecer com a classe média-alta e os grupos dominantes.

Interessada na temática do populismo em sua versão brasileira, Guita Debert percebe essas inquietações e estabelece um interessante comparativo entre quatro políticos brasileiros que atuaram na vida pública do país a partir dos anos 1950, são eles: Adhemar de Barros, Miguel Arraes, Carlos Lacerda e Leonel Brizola. O trabalho tem como principal objetivo o estudo das diferentes formas encontradas pelas classes dominantes de construir um discurso que alimentasse a esperança de orientar o desenvolvimento econômico do país, através do aparelho político. Para tal, Debert utiliza-se de alguns dos discursos políticos proferidos pelos referidos governadores de estados e neles constata uma grande recorrência do uso de expressões como: povo, democracia, nação, liberdade, desenvolvimento etc.

Em meio às muitas roupagens que o populismo brasileiro assumiu ao longo da história, nos preocupa particularmente o seu desdobramento sobre o campo político e o intelectual nos projetos pedagógicos dos anos 1960, por se constituírem como parte integrante do nosso problema de pesquisa. Nesse contexto ideológico, como se dão as ações da intelectualidade?

Entre as concepções dispostas por filósofos, sociólogos e historiadores para definir o populismo na sua versão brasileira, Marilena Chauí o define como sendo

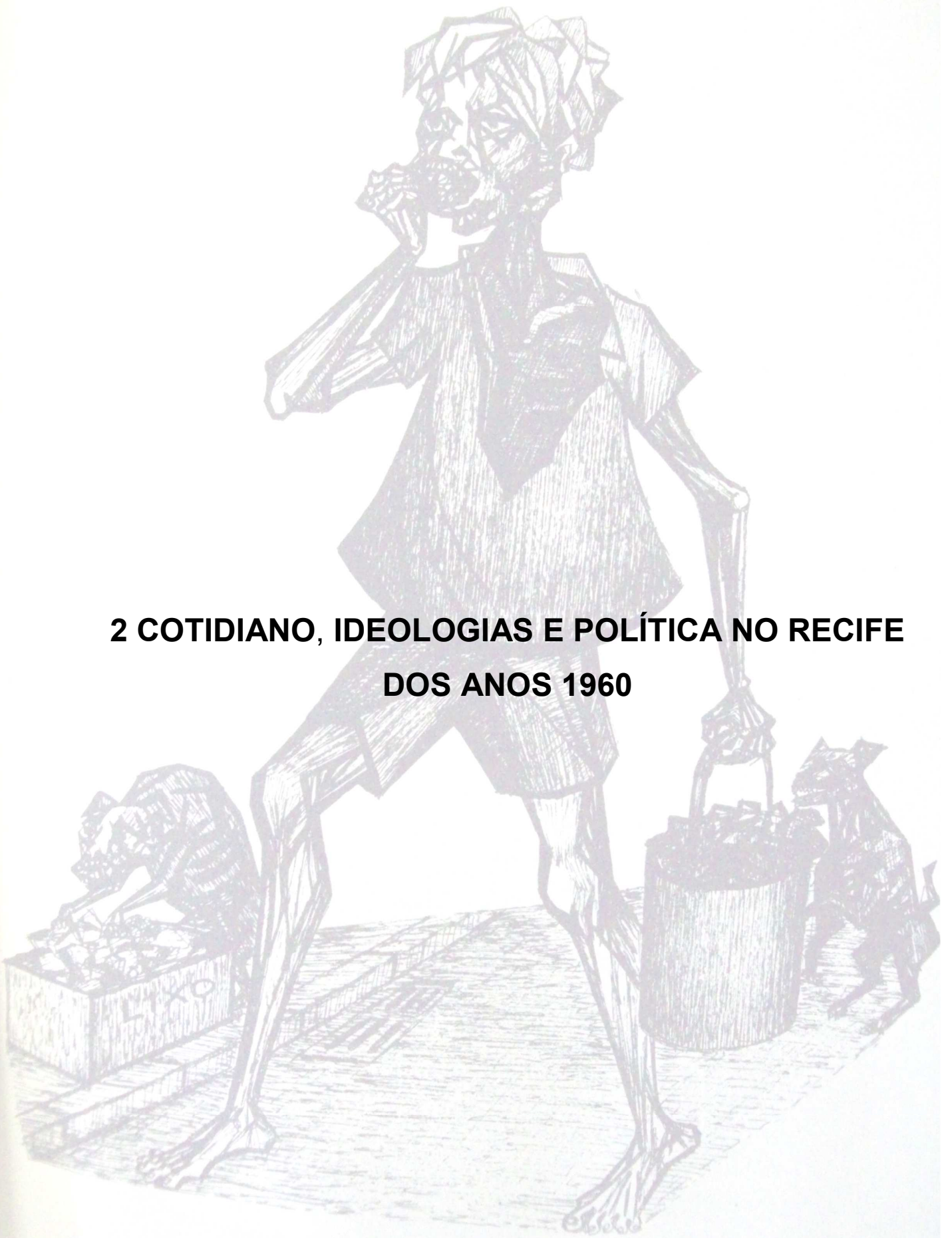
Uma política de manipulação das massas, às quais são imputadas passividade, imaturidade, desorganização e, conseqüentemente, um misto de inocência e de violência que justificam a necessidade de educá-las e controlá-las para que subam 'corretamente' ao palco da história (CHAUÍ, 1981, p. 61).

Essa definição contém em diversas vertentes aquilo que a crítica tecida nos anos 70 e 80 faz aos intelectuais envolvidos com o nacional-populismo. Assim concebidas, as massas seriam desprovidas de qualquer capital cultural e intelectual e, por isso, a ação desses homens "iluminados" se constituiriam como fundamentais para que, de forma plena, o povo ocupasse devidamente seu lugar nas questões de

ordem e interesse público. Os adjetivos empregados pela autora e atribuídos ao povo (desorganizados, passivos, imaturos etc.) são recorrentes nos discursos dos anos 1960 desses homens públicos.

Diante de tantas faces e perfis distintos, é possível encontrar alguma similaridade entre o populismo de 1930 até o período de 1964 na experiência brasileira? Qual seria a especificidade presente nos movimentos sócio-culturais em Pernambuco? Como é representado o povo brasileiro nessa fase da história em que ele ainda aparece nos discursos como ponto crucial dos projetos políticos?

**2 COTIDIANO, IDEOLOGIAS E POLÍTICA NO RECIFE
DOS ANOS 1960**



2.1 A cidade dos contrastes

A conjuntura mundial nos anos 1960 é apontada pela historiografia contemporânea como tensa, instável, efervescente e conflitiva nos mais diversos aspectos da sociedade. Na esfera política, por exemplo, os acirrados confrontos entre as ideologias capitalistas *versus* socialistas, já mencionadas em nossa introdução, polarizam o mundo, numa disputa por aceitação, domínio e influência.

A expansão soviética foi além do leste europeu, e em pouco mais de uma década a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) adentrou no continente asiático, aliando-se a estratégicos países como China e Vietnã do Norte¹⁵. No continente americano a maior preocupação era com os países latinos por apresentarem uma frágil economia e grandes contrastes sociais, fato que era entendido como forte captador das idéias socialistas. Com a Revolução Cubana em 1959 a tensão se agrava, e o medo dos países capitalistas, em especial dos Estados Unidos, era de que Cuba se transformasse num grande modelo de independência, exemplo a ser seguido.

O Brasil apresentava-se como forte candidato à sedução comunista, isso em parte devido às grandes contradições vividas pela população. O alto índice de analfabetismo e de mortalidade infantil, as péssimas condições de moradia, a falta de saneamento básico e o grande desemprego do período provocavam manifestações sociais que pela natureza de suas demandas pareciam aproximar-se de um discurso da esquerda¹⁶, disseminado principalmente pelo Partido Comunista (PCB). O Nordeste brasileiro parecia ser ainda mais receptivo a essas idéias, afinal, as disparidades sociais advindas, entre outros fatores, de uma modernização não planejada, fizeram da região, segundo os discursos da época, um barril de pólvora pronto a explodir a qualquer momento.

Foi no Nordeste que o movimento social rural se radicalizou através da mobilização em torno de uma série de demandas reivindicatórias, resultando em ações como as Ligas Camponesas e os Sindicatos Rurais, que ganham suas primeiras articulações no final dos anos 1950. Essas organizações traziam como

¹⁵ Após romper com o capitalismo em 1949, a China de Mao Tsé-Tung contou com o auxílio soviético para o início de desenvolvimento das indústrias de base. Entretanto, essa aliança foi quebrada em 1965 por divergências ideológicas, políticas e militares entre o país e o bloco comunista.

¹⁶ O sentido do termo esquerda aqui utilizado é o mesmo adotado por Marcelo Ridenti, que a define como: “forças políticas críticas da ordem capitalista estabelecida, identificada com as lutas dos trabalhadores pela transformação social” (RIDENTI, 2000, p. 17).

principal bandeira de luta a Reforma Agrária e a efetivação das leis trabalhistas para o campo, fazendo dessas discussões uma questão de debate nacional. Nos grandes centros urbanos a tensão não era menor. Greves e protestos compunham o cotidiano da cidade, mobilizando Sindicatos e Associações de Bairro que nos 1950 crescem consideravelmente¹⁷.

A cidade do Recife que, na expressão de Joseph Page, era a capital do Nordeste, se constituía num bom exemplo dos contrastes e embates sociais, além da desestruturação econômica que vitimava milhões de pessoas na região. No livro *A revolução que nunca houve*, o brasilianista produz um relatório da situação do Nordeste brasileiro, e apela para uma intervenção internacional, a fim de se evitar uma violenta insurreição. Na introdução desse trabalho, Page deixa transparecer a preocupação, não só dele, como também dos estadunidenses que acompanhavam pelos jornais do período a situação “caótica” de parte do Brasil, e “perturbados com o sucesso da revolução cubana, viam o Nordeste como iminente campo de batalha” (PAGE, 1980, p. 5).

A preocupação dos Estados Unidos, que ganha ar de histerismo nas narrativas de Page, tem lá os seus fundamentos. Os relatos historiográficos sobre o período sinalizam para a existência de um Nordeste e seu epicentro, o Recife, como socialmente preocupante pelo baixo nível de qualidade de vida da maioria absoluta de sua população¹⁸. Nessa linha de reflexão tomamos como ponto de ancoragem trabalhos como os de Amélia Cohn (1976), Francisco de Oliveira (1977), Celso Furtado (1989), Denis Bernardes (1996) e Flávio Teixeira (2007)¹⁹, que promovem uma análise sobre os aspectos econômicos, políticos e sociais da região, e

¹⁷ Para um maior conjunto de informações sobre os movimentos sociais rurais e urbanos, recomendamos o trabalho de dissertação de mestrado da Luciana Jaccoub, em especial o capítulo II, onde tal problemática é tratada com detalhes (JACCOUB, 1990).

¹⁸ Em matéria publicada no dia 17 de novembro de 1963, intitulada **A população do Recife alimenta-se mal e pouco**, o *Diário de Pernambuco* discute a dieta alimentar do recifense, com base em estudos realizados pela Fundação Joaquim Nabuco. Diz a matéria que “mais de 86% da população pobre do Recife não utiliza arroz em sua alimentação. (...) O consumo de queijo, por exemplo, alimento de elevado nível calórico, além de proporcionar ao organismo uma grande fonte de proteínas é de 27% das famílias ricas e 2,3% das camadas inferiores da população. (...) as verduras, especialmente as hortaliças e legumes verdes, não são consumidos em quantidade normal pelos recifenses”. Outro aspecto interessante da pesquisa revela que o Recife é uma cidade de magros, há um predomínio dos alimentos que não engordam sobre os que engordam. O café preto e o pão constituem o elemento básico da refeição matinal. Em quantidade decrescente, os alimentos mais procurados são: leite, cuscuz, ovos, papa, mingau, manteiga, frutas, bolacha, biscoito e carne. A galinha é um alimento especial, reservado para dias específicos da semana. Quantos aos doces, decepcionante seu consumo. Os pobres não o utilizam nas sobremesas, os ricos o consomem a uma média de 11,4%. Os mais pobres repetem a rotina matinal no jantar (p. 6).

¹⁹ Os referidos textos encontram-se listados nas nossas referências bibliográficas.

apresentam dados que nos permitem dimensionar essas crises e o alcance limitado das pontuais intervenções federais e internacionais na região.

Quanto aos aspectos econômicos, o Nordeste amargava desde o final da década de 1920 uma crescente desvalorização de seus principais produtos de exportação: o açúcar e o algodão, que frente à modernização da produção industrial do Sudeste perde muito dos seus mercados consumidores. Seu papel na estrutura econômica nacional se resumia ao fornecimento de mão de obra barata para os pólos dinâmicos de desenvolvimento do país, como eixo Rio - São Paulo, o que denota sua integração subordinada à economia nacional, característica marcante no período.

Para o que nos propomos a investigar com esse trabalho, não nos interessa um estudo detalhado sobre os aspectos econômicos nacionais, mas, apenas um quadro geral sobre as bases econômicas da região, fator que está indubitavelmente ligado aos aspectos migratórios campo-cidade, resultando numa explosão demográfica urbana nos anos 1960, nas capitais nordestinas, em especial, o Recife.

O grande deslocamento das famílias, do interior para a capital, estaria justificado pelo declínio da produção de cana-de-açúcar, nos engenhos do tipo bangüê, que, com o advento das usinas, viu seu espaço de produção ameaçado. Com a mecanização tanto da plantação, quanto da colheita e moagem da cana, muita mão-de-obra foi descartada, restando a esses trabalhadores o deslocamento para a cidade grande, como única possibilidade de sobrevivência.

A lotação dessa sobra populacional na cidade agravou consideravelmente o problema da desestruturação urbana, fenômeno que o Recife já encarava de forma acentuada desde os anos 1920. A multiplicação de mocambos, moradias improvisadas, sobre os alagados, morros e o próprio centro da cidade, favelizaram a capital pernambucana rapidamente, chegando a representar cerca de 70% das construções civis entre os anos 1950 e 1960. Segundo Flávio Teixeira (2007), de quem tomamos esses dados estatísticos, a população urbana recifense entre os anos de 1940 e 1950 cresceu 50%, chegando à incrível marca, nos anos 1960, de 800 mil habitantes. Para o alcance desse recorde dois fatores se combinam drasticamente: o crescimento vegetativo, ou seja, a inter-relação entre as taxas de natalidade e mortalidade, e o êxodo rural.

As duas imagens que destacamos abaixo exibem um pouco dessa realidade urbanística do Recife, sendo possível perceber tantos os aspectos da modernização

(imagem 1), tais como os altos prédios, as largas avenidas e os ônibus elétricos, bem como as precárias moradias (imagem 2) que caracterizavam a cidade.



Fig. 2. Ponte Maurício de Nassau - Centro do Recife, 1960.
Fonte: Arquivo da Prefeitura da Cidade do Recife.



Fig. 3. Mocambos sobre os alagados do Recife.
Fonte: Fundação Joaquim Nabuco - FUNDAJ

As intervenções político-ideológicas empreendidas pelos intelectuais tinham como pano de fundo esse cenário citadino, que de forma urgente reclamava mudanças sociais e mais especificamente sobre a população representada por esses números, sujeitos privados de questões primárias tais como saúde, educação, lazer e moradia; sujeitos que por essas e outras adversidades teriam seus direitos e

deveres como cidadãos cerceados; sujeitos que segundo os intelectuais compunham a categoria povo no Recife.

No jornal *Última Hora*, de circulação na capital e região metropolitana, foi criada uma coluna destinada aos infundáveis queixumes da população ou, melhor dizendo, *do povo*. A coluna **Fala o Povo** assumia o caráter de prestação de serviço à população mais carente seja repassando informações de interesse público, como servindo de espaço de denúncia aos dramas cotidianos²⁰. No dia 19 de julho de 1962, em pleno inverno nordestino, quando os índices pluviométricos atingem seus picos na cidade, as reclamações em torno dos estragos provocados pelas chuvas são as mais abundantes. Bairros como Ilha do Leite, Alto Zé do Pinho e Boa Vista tiveram boa parte dos seus mocambos destruídos com a força das águas, de acordo com a matéria do dia, resultando em enormes dores de cabeça para a população mais pobre da cidade.

Como se não bastassem os transtornos causados pela água, outros problemas surgem em decorrência do seu não escoamento, entre eles o recordista de reclamações são as muriçocas, que não incomodam apenas os mocambeiros, como também os mais abastados. Nessa mesma coluna do *Última Hora* é publicado:

Pra quem gosta de muriçoca, o negócio é vir morar na rua no começo da Rua Joaquim de Brito, bem perto de UH. Construíram ali um prédio bacana, o edifício Rei Cristiano, com uns apartamentos catitas. Tudo uma lindeza. Só vendo. Mas, à direita, o terreno é do tipo “não edificado, nem murado” como diz a PMR, nos seus editais de cobrança de impostos. Para a construção do “Rei Cristiano” e outros bichos, a confraria do pedreiro Valdemar tirou terra, escavou o chão e quando pegou o inverno, a Lagoa Rodrigo de Freitas tava com filial montada na Joaquim de Brito. E filial desgraçada pessoal! A muriçocaria ta pondo doida a turma. As janelas são fechadas bem cedo, as bombas de flit funcionam que só vendo, as aspirais queimam nos quartos a nas salas a noite todinha, e nada de coisa nenhuma. Morre muriçoca, vem mais muriçoca, se o cara não se agarra aos lençóis, os lençóis davam pelo mundo carregados pelas desgraçadas (...). (UH 19/06/1962, p. 7).

O ar cômico e debochado utilizado pelo jornalista ao produzir a matéria apresenta-nos não só a problemática da frágil organização urbanística da cidade, como também um Recife em franca expansão. Pela tipografia hidrográfica que o

²⁰ A coluna **Fala o Povo** aparece, em sua maioria, na primeira página do Jornal *Última Hora*, que inicia sua circulação no Estado de Pernambuco em junho de 1962. Diferentemente do Jornal do Commercio e do Diário de Pernambuco, esse jornal era considerado de oposição ao comando direitista da UDN e PSD, e nasceu sob o lema “Uma arma do Povo”.

Recife apresenta, as opções para o crescimento se restringiam às construções sobre alagados (mocambos à beira da maré ou dentro dela), aterramentos ou verticalização dos prédios existentes. Em qualquer dos casos a natureza reclamaria a avolumada e não planejada intervenção²¹.

Outro gritante problema social que assolava o chamado povo recifense era o alto índice de analfabetismo, fenômeno peculiar à boa parte da população de baixa renda no Brasil dos anos 1960, mas que trazia no Nordeste uma particular gravidade. Dados do período apontam para a existência de um exército de analfabetos de todas as idades; entre as crianças (em idade escolar) do Recife, por exemplo, a marca era de 100 mil sem escolas; entre os jovens e adultos a situação era ainda mais calamitosa. Os índices apontavam que as pessoas com mais de 18 anos que não sabiam ler nem escrever contabilizavam 50% da população da capital e no interior a marca chegava até aos 70%²².

A escassez de escolas, professores qualificados e de recursos didáticos básicos tais como cadeiras, quadros e material escolar era um reforço à não alfabetização. As dificuldades econômicas, comuns a muitas famílias, obrigavam muitos filhos a iniciarem a rotina do trabalho muito cedo, o que também comprometia a escolarização de meninos e meninas pobres. As ações políticas em torno da educação são frágeis nos anos 1960. Nesse período, não havia sequer uma escola municipal pública para as crianças da cidade, denotando que, apesar de compor os programas políticos dos candidatos a cargos públicos no período, a educação em termos práticos não era tida como uma prioridade.

Se a situação era calamitosa na capital, no interior ela consegue ser ainda pior. Segundo o Serviço Nacional de Recenseamento em 1962, apenas 16% da população no interior de Pernambuco era alfabetizada, e entre as 52 usinas existentes no Estado, até 1960, nenhuma delas dispunha de escolas para oferecer aos filhos de seus empregados²³.

²¹ Para mais detalhes sobre os aspectos urbanísticos e do crescimento do Recife sugerimos a tese de doutoramento da professora Virginia Pontual. Neste trabalho a autora reconstrói as fases de transformação da cidade que teria passado da forma tentacular à mancha urbana (PONTUAL, 2001).

²² Dados publicados no Diário de Pernambuco no dia 17 de março de 1960.

²³ Dados apresentados em relatório à Assembléia Legislativa do estado de Pernambuco, em junho de 1960 (Livro de Atas/Anais). O fato dessas questões não serem desconhecidas pelo poder público sinaliza para um verdadeiro descaso quanto à formação intelectual-cultural da população. Esses aspectos só começam a ganhar outra roupagem quando, em 1960, Miguel Arraes, ao assumir a prefeitura da cidade do Recife, cria a Secretaria Municipal da Educação, e com ela um programa de

Tal problemática foi debatida pela Assembléia Legislativa de Pernambuco, quando o deputado Luiz da França trouxe para o plenário informações de que:

Em Pernambuco [há] uma população aproximadamente de 4 milhões de almas. Dessa população 720 mil são crianças em idade escolar, se dividirmos 720 mil por 40 que o número de alunos que recebeu cada escola isolada, teremos uma media de 18 mil escolas em Pernambuco. Pois bem meus amigos, Srs. Deputados sabem qual o número de escolas primárias existentes em Pernambuco, mantidas pelo governo? Não atinge a cifra de 3 mil, admitindo mesmo que os municípios com suas deficiências gritantes mantenham quase outras 3 mil escolas, temos um déficit escolar de 12 mil escolas em Pernambuco, o que significa que não estamos alfabetizando quase nada, estamos deixando a população a míngua, sem ajuda. Se ressaltarmos que, no parque individual de Pernambuco, das usinas do estado, porque constitui uma parcela das mais ponderáveis de economia federal, com uma renda enorme, só no imposto de venda e consignações arrecadas, os 4 milhões, 150 mil cruzeiros, usinas onde residem mais de 100 mil almas e existem uma população industrial de mais de 18 mil crianças, não há nenhuma escola industrial e nas usinas de Pernambuco não há uma única escola estadual. Não sei como é possível admitir coisa dessa natureza²⁴.

Essas questões, embora não fossem invisíveis aos homens públicos, não resultaram até o início dos anos 1960 numa ação sistematizada e eficaz que garantisse o direito de todo cidadão de ter acesso à escola²⁵. O panorama educacional em Recife começaria a ganhar outros contornos com a criação das escolas do Movimento de Cultura Popular, uma organização civil, criada por intelectuais e apoiada pela prefeitura, que objetivava de forma mais ampla a *elevação cultural do povo recifense*²⁶.

No que tange aos aspectos artístico-culturais, o Recife é adjetivado de forma recorrente como “efervescente”, tanto nos discursos dos intelectuais, como pelos jornais do período. Tal caracterização se dá entre outros elementos pela aproximação entre a arte, a política e a educação como elementos capazes de proporcionar ao povo uma conscientização de sua situação social de exploração, e nesse processo os intelectuais seriam os agentes-chaves na materialização desse sujeito-cidadão que de forma organizada promoveria as transformações sociais desejadas.

alfabetização para todas as idades. No interior do Estado, as intervenções precisaram esperar um pouco mais.

²⁴ Anais da Assembléia Legislativa, junho de 1960.

²⁵ Artigo 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1960.

²⁶ Estatuto do MCP *In*: Memorial do Movimento de Cultura Popular. O MCP, assim como outros projetos de mesma natureza criados no Recife nesse período, será discutido em nosso terceiro capítulo.

2.2 As ondas ideológicas: o Romantismo e o Nacional-desenvolvimentismo

Embora não fosse uma questão nova no debate intelectual, a problemática em torno da identidade do povo brasileiro continuava presente nos anos 1960. Desde os anos 1930, uma geração de intelectuais teria se formado e tomado para si a missão de criar e difundir a condição do *ser brasileiro*, fato que colocava em evidência a categoria povo no país.

Tais discussões têm como lastro principal duas correntes ideológicas, mencionadas pela historiografia como inerentes a essa fase da história nacional: o *Nacionalismo-Desenvolvimentista* e o *Romantismo Revolucionário*. Ambas tiveram no Recife uma versão peculiar, caracterizando tanto as ações políticas partidárias, como também os empreendimentos dos intelectuais em nome do povo, na construção de um projeto de sociedade mais justa, protótipo ideal do mundo moderno.

Entre os autores que estudam o Romantismo Revolucionário e suas influências no Brasil, está o professor Marcelo Ridenti que, no livro *“Em busca do povo brasileiro”*, tece uma série de reflexões sobre a interpretação brasileira dessa corrente ideológica, especialmente no campo das artes²⁷. Entre as teses por ele construídas está a de que a onda romântica revolucionária (no Brasil) defendia uma aproximação dos intelectuais com o povo e, nesse esforço, este se constituiria em parte também ativa (e não apenas passiva) nas questões políticas e sociais. Tal postura, por representar uma mudança de natureza estrutural hierárquica no campo social, era tida como revolucionária.

A utopia revolucionária romântica valorizava, sobretudo, a vontade do povo traduzida como uma urgente transformação social, onde o acesso à educação fosse facilitado, o direito do voto estendido a toda a população e o desenvolvimento econômico alcançado nacionalmente, ou seja, de forma a que o Nordeste fosse contemplado pelos avanços tecnológicos, até então concentrados no centro-sul.

De forma implícita, o que toda essa problemática questiona é a afirmação brasileira de um Estado democrático. Como falar em democracia com o povo

²⁷ O Romantismo Revolucionário foi uma corrente ideológica que ganhou evidência no mundo pós-segunda guerra, por criticar o modo de vida da sociedade capitalista. Entre suas muitas versões e fases, Marcelo Ridenti, balizado por suas leituras sobre Michel Löwy, se debruça num modelo disseminado pelo Brasil, caracterizado por manifestações culturais e políticas da esquerda que valorizava acima de tudo “a vontade de transformação, a ação dos seres humanos para mudar a história num processo de construção do *homem novo*” (RIDENTI, 2000, p. 24. Grifos do autor).

ausente das questões políticas do país? Como defender um desenvolvimento econômico nacional sem uma séria estratégia que contemple o Norte e o Nordeste? Como se afirmar democrático quando a maioria da população nacional não sabe ler nem escrever e por isso não pode exercer seu papel nas eleições de forma cidadã?

O ideal democrático aqui presente é típico da visão moderna de democracia ocidental, onde a política está indubitavelmente atrelada às questões econômicas e em grande medida reduzida à prática do voto. A política nacional nos anos 1960, com base no modelo de democracia representativa, fez uma alta aposta no voto como ferramenta ideal (e talvez uma) para a aplicabilidade do projeto revolucionário de transformação social. Essa visão reducionista e fechada de democracia é criticada por Marilena Chauí, no livro *Cultura e Democracia*, por significar uma farsa bem sucedida, visto que

Os mecanismos por ela acionados destinam-se apenas a conservar a impossibilidade efetiva da democracia. Se, na tradição do pensamento democrático, democracia significa: a) igualdade, b) soberania popular, c) preenchimento das exigências constitucionais, d) reconhecimento da maioria e dos direitos da maioria, e) liberdade, torna-se óbvia a fragilidade democrática no capitalismo (CHAUÍ, 1981, p. 89).

Alguns grupos de intelectuais (artistas, escritores, jornalistas, filósofos...) nos anos 1960 eram solidários à idéia de uma revolução pelo voto e, mais do que isso, materializaram esse apoio expresso em suas esculturas, palestras e livros, trabalhos gerados sob a aclamação da segunda corrente ideológica mencionada, o nacionalismo-desenvolvimentista. A categoria de análise nacionalismo-desenvolvimentista, em sua concepção ontológica, é um fenômeno que no Brasil tem um recorte temporal de maior expressividade entre os anos de 1956 a 1964 (o que compreende aos governos de Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart), e pode ser definida como um projeto de desenvolvimento para o país, com base na defesa de uma unidade e identidade nacional²⁸. O maior símbolo dessa ideologia, no período, é, sem dúvida, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros, o ISEB que, segundo o estudo de Caio Navarro Toledo, apresentava como principais

²⁸ De acordo com o historiador Eric Hobsbawm, o nacionalismo é um fenômeno que teve sua formação com o advento do capitalismo ainda no século XVIII, e teria com o episódio da segunda guerra mundial se associado tanto às esquerdas políticas, quanto à direita, multiplicando-se quanto às suas formas e fases. No Brasil, em especial nos anos 1960, esse nacionalismo é incorporado ao discurso pró-desenvolvimentismo, numa tentativa de superação ao subdesenvolvimento que caracterizava o país. Para mais detalhes, ver Hobsbawm (2008).

preocupações de sua atuação a decodificação e a consolidação do caráter ideológico e filosófico do crescimento econômico e social do Brasil.

Segundo Simon Schwartzman, foi a partir de agosto de 1952 que um grupo de intelectuais começou a se reunir para discutir os grandes problemas da sua época, em especial os relativos às formas de o país superar o subdesenvolvimento. A partir de 1953, esse grupo se articulou para criar o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP) e editar os *Cadernos de Nosso Tempo*. Ainda segundo Simon Schartzman: “A importância do IBESP e dos Cadernos é que eles contêm, no nascedouro, toda a ideologia do nacionalismo, que ganharia força cada vez maior no país nos anos subseqüentes, e serviriam de ponto de partida para a constituição do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB)” (SCHWARTZMAN, 1979, p. 3).

Formado por um grupo de intelectuais que ganharia visibilidade e prestígio no âmbito nacional, o ISEB, segundo Toledo, teve sua oficialização em 1955, no governo do presidente João Café Filho, afirmando ter como principal objetivo a construção das bases de um pensamento brasileiro que, através de um projeto teórico-metodológico, construiria as pontes que ligariam o Brasil ao progresso²⁹. A idéia central dessa ideologia pregava um pleno desenvolvimento do país em seus aspectos econômicos, culturais e sociais na medida em que se salvaguarda a identidade nacional. Ora, essa concepção de identidade é pautada na crença de uma unidade orgânica do povo brasileiro, idéia muito discutida dentro desse contexto ideológico³⁰. Apesar do discurso de unidade, melhor dizendo, da busca e tentativa de afirmação dessa idéia, o retrato social brasileiro apresentava enormes discrepâncias que fragilizavam tais representações.

Considerando o Nordeste e mais especificamente a cidade do Recife em seus contrastes, o projeto de desenvolvimento nacional encontraria aqui um dos seus principais espaços de preocupação. Afinal, numa análise comparativa e qualitativa, a região apresentaria uma enorme desvantagem em relação ao centro-sul do país. O discurso nacionalista-desenvolvimentista esteve presente em muitos dos grandes

²⁹ Entre principais nomes dessa instituição destacamos: Alberto Guerreiro Ramos, Álvaro Vieira Pinto, Cândido Mendes, Hélio Jaguaribe, Nelson Werneck Sodré e Roland Corbisier.

³⁰ A aproximação entre as idéias de *povo e unidade* aqui apresentadas é discutida por Antonio Negri e Michel Hardt, no livro “Multidão: Guerra e democracia na era do império”. Nesse texto, os autores diferenciam a natureza dos termos povo, multidão e massa, aplicando-as nas ciências políticas. A abordagem, apesar de dar-se num outro tempo histórico (os anos 2000), nos permite considerar como as diferentes atribuições aos conceitos foram apropriadas ao longo do tempo (HARDT; NEGRI, 2005).

empreendimentos do país, dentre os quais destacamos dois de grande impacto na região Nordeste: a criação da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste, a SUDENE, em 1959³¹, e as Reformas de Base³² do presidente João Goulart (1962 a 1964). Esses projetos admitem a existência de “dois Brasis”, no dizer de Josef Page, dentro de um mesmo território nacional: um desenvolvido, exemplificado pelo centro-sul, em especial o estado de São Paulo, e o outro falido e faminto que contempla todo o Nordeste.

É também em 1959 que Paulo Freire, personagem importante nesse contexto pelos seus empreendimentos que se voltavam para a promoção de uma educação popular, escreve seu primeiro livro³³, e nele tece uma reflexão sobre a natureza do subdesenvolvimento da nação, de acordo com o nacionalismo-desenvolvimentista e as utopias românticas isebianas. O texto está disposto em três capítulos, onde o autor defende entre suas teses: 1) a inexistência de uma democracia plena no Brasil; 2) a defesa e a expansão da educação popular como uma questão de cidadania; 3) o desenvolvimento cultural de todos os brasileiros, como o caminho mais sólido para o desenvolvimento econômico; 4) a materialização de uma ação prática dos intelectuais, em seu papel social como produtores de ideologias; 5) uma maior participação do povo brasileiro nas questões políticas da nação, fato atrelado indubitavelmente ao direito ao voto (FREIRE, 2003, p. 25 - 57).

Partindo das questões suscitadas por Paulo Freire, não é difícil aproximá-lo do discurso desenvolvimentista e do próprio ISEB. A construção de suas teses está em plena sintonia com o momento histórico que as gerou, e se propunha a pensar

³¹ A SUDENE foi criada em 1959 e tinha como principal objetivo de suas ações minorar o subdesenvolvimento do Nordeste brasileiro, através de investimentos que visavam integrar a região ao ritmo de crescimento da economia nacional.

³² As Reformas de Base eram um conjunto de mudanças sociais e econômicas empreendidas pelo presidente João Goulart, que objetivavam pôr fim às desigualdades regionais do país. Essas medidas, de forma prioritária, contemplariam as seguintes áreas: a) reforma educacional: visava combater o analfabetismo, realizar uma reforma universitária e decretou que 15% da renda produzida no Brasil seriam direcionados à educação; b) reforma tributária: controle da remessa de lucros das empresas multinacionais para o exterior; o lucro deveria ser reinvestido no Brasil. O imposto de renda seria proporcional ao lucro pessoal; c) reforma eleitoral: extensão do direito de voto aos analfabetos e aos militares de baixa patente; d) reforma agrária: terras com mais de 600 hectares seriam desapropriadas e redistribuídas à população pelo governo. Neste momento, a população agrária era maior do que a urbana. c) Reforma urbana: foi estipulado que as pessoas que tivessem mais de uma casa poderiam ficar com apenas uma; as demais seriam doadas ao Estado ou vendidas a preço baixo, além do congelamento imediato dos preços dos aluguéis de imóveis.

³³ É com esse trabalho, intitulado “Educação e Atualidade Brasileira”, que Freire se submete ao concurso de livre docência da Escola de Belas Artes do Recife. Discutiremos com mais detalhes essa e outras produções de Freire e dos intelectuais que atuaram em Pernambuco no próximo capítulo do nosso trabalho.

questões práticas para as problemáticas do presente. A aproximação com os intelectuais isebianos fez de Paulo Freire, de acordo a socióloga Vanilda Paiva, um grande intérprete da realidade brasileira que buscava explicações e soluções práticas para que as contradições sociais fossem reduzidas, estando essas saídas atreladas à formação cultural do indivíduo, daí a proteção à educação. Assim como Freire, outros reconhecidos intelectuais pernambucanos também fizeram altas apostas na formação educacional do povo recifense, como mecanismo capaz de gerar as transformações sociais por tantos reivindicadas. Entre essa intelectualidade, a valorização do povo (característica marcante tanto no nacionalismo, como do romantismo revolucionário) se dá de forma muito acentuada, o que acaba por posicioná-los na atmosfera político-ideológica peculiar desse momento histórico.

Para Abelardo da Hora, por exemplo (artista plástico e um dos indivíduos idealizadores do Movimento de Cultura Popular ao lado de Paulo Freire, Germano Coelho, entre outros), essa valorização se deu de forma especial sob interferência da esquerda, uma vez que nesse período ele já militava no Partido Comunista e ativamente participava das campanhas de cunho nacionalista. Essas e outras ações tinham como mote a defesa dos interesses do povo brasileiro, papel que segundo o próprio Abelardo cabia principalmente aos intelectuais artistas. Tal aura deveria ser usada para o desenvolvimento de uma reflexão crítica do cotidiano, sendo a arte um forte instrumento de denúncia contra a exploração dos oprimidos, neste caso, o povo.

Com essa preocupação ele produziu, em 1962, um conjunto de vinte e dois desenhos, feitos a bico de pena, intitulado de *Meninos do Recife*. Esta coleção ganhou repercussão nacional e internacional pela crítica e realista reprodução do cotidiano de crianças pobres entre os mocambos da cidade do Recife.

A coleção original e completa compõe hoje o acervo do Museu de Arte Moderna Aloísio Magalhães (MAMAM) localizado na Rua da Aurora no centro do Recife, da qual selecionamos as duas abaixo:



Fig. 4 - Abelardo da Hora. Série Meninos do Recife Bico de Pena – 1962. Fonte: Acervo do Museu de Arte Moderna Aluísio Magalhães (MAMAM).



Fig. 5 - Abelardo da Hora. Série Meninos do Recife Bico de Pena – 1962. Fonte: Acervo do Museu de Arte Moderna Aluísio Magalhães (MAMAM).

Para Germano Coelho, figura de grande latência nessa época, principalmente no tocante às questões da educação, a ideologia romântica revolucionária teria sido

a responsável pelo impulso de muitos projetos de organização comunitária, dentre os quais a utópica construção de uma comunidade popular, projetada em Camaragibe, bairro pobre da região metropolitana. A iniciativa visava à criação de um espaço social onde valores humanitários, políticos e ecológicos fossem ensinados e multiplicados pelos intelectuais ao povo, e dessa forma a partir dessas vivências a tal comunidade se tornaria um exemplo de equilíbrio e desenvolvimento social. O sonho dourado desses intelectuais é construído sobre uma responsabilidade que eles acreditavam ter de se aproximar dos pobres e desvalidos, o povo, numa política de desenvolvimento social e, principalmente, de um despertar político.

2.3 As bandeiras partidárias no cenário político

Até o ano de 1955, os prefeitos da cidade do Recife não eram escolhidos pelo voto direto, como reza a cartilha de um regime democrático. Isso porque, desde o final do século XIX, estava em vigência um decreto-lei que dava o poder de indicação de todos os prefeitos de capitais brasileiras ao governador do Estado em exercício, que, por sua vez, recebia a orientação do governo federal³⁴. No Recife, o primeiro prefeito eleito por votação popular depois de sancionada a Lei de Autonomia foi o engenheiro Pelópidas da Silveira, candidato pela Frente do Recife, coligação política que, especificamente para essa disputa, era composta pelas legendas do PSB, PTB e PCB, este último funcionando na clandestinidade³⁵.

Pelópidas venceu as eleições com quase 50% de diferença sobre o segundo colocado, Antonio Alves Pereira (PRT-PL), que não chegou a somar 24 mil dos votos válidos³⁶. Sua campanha foi estrategicamente montada a partir de articulações

³⁴ A lei da autonomia foi assinada em janeiro de 1955 pelo presidente João Café Filho. A partir de então o cargo do executivo municipal passou a ser escolhido através do voto direto.

³⁵ Mesmo na ilegalidade e não podendo lançar candidatos próprios, o PCB participa do pleito indicando e apoiando candidatos. Para essas eleições como destacamos, a formação da Frente do Recife contou o seu apoio e com isso ganha contornos esquerdizantes, o que serviu de base para inúmeras críticas ao candidato eleito e sua equipe de governo. Vale lembrar também que o grupo de legendas que para esse pleito se amalgama na Frente do Recife não é estável. A depender dos candidatos e das eleições em questão, a formação da Frente muda fazendo alianças tanto com grupos de esquerda como, no referido caso, com da direita conservadora. Para ver essas muitas faces da Frente do Recife ver: SANTOS, Taciana Mendonça. **Alianças Políticas em Pernambuco: A frente do Recife (1955-1964)**. 2008. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, 2008.

³⁶ Vale lembrar que o Recife contava nesse ano com uma população de 236.535 eleitores. Para mais detalhes sobre os números dessas eleições, ver Soares (1982 - Tabela nº IV).

tecidas com as Associações de Bairro do Recife, núcleos urbanos que, com a sua posse, ganhavam legitimidade sendo vistas como autênticas organizações populares, com alto nível de representatividade junto à prefeitura.

Sob o discurso do nacional-desenvolvimentismo, Pelópidas assume a prefeitura, deixando clara em sua proposta de governo a preocupação com o desenvolvimento técnico e industrial da cidade, que deveria contemplar todas as esferas da sociedade. Em outras palavras, estaria empenhado numa elevação da qualidade de vida e trabalho para os mais pobres. Para tanto, Pelópidas Silveira criou um novo estilo de administração pública, trocou o gabinete pelas ruas, visitava as obras em andamento na cidade, ia às feiras livres fiscalizar os preços dos alimentos e a limpeza urbana, publicava nos jornais de grande circulação sua agenda de trabalho, abrindo seu gabinete ao atendimento à população, instituiu reuniões quinzenais, que aconteciam em sua maioria no teatro Santa Isabel, onde juntamente com seus assessores recebia a platéia cidadina, tomando nota dos queixumes e reivindicações da população recifense.

A aproximação do prefeito com o povo através das Associações de Bairro resultou numa reação da Câmara de Vereadores do Recife contra Pelópidas. Os vereadores passaram a censurá-lo por descartar “os legítimos representantes do povo”. O fato é que pairava sobre essas organizações civis de base a idéia de que esses seriam espaços para propagação de doutrinas comunistas, o que colocava em risco a segurança nacional e em suspeita o prefeito e seus assessores diretos.

O papel das associações, segundo os discursos de defesa de Pelópidas mediante tais acusações, estava no apoio à administração pública e não à discussão política, a proposta era para que tais organizações fossem viabilizadoras das questões de interesse do bairro, sendo um elo entre o prefeito e o povo.

O mandato de Pelópidas Silveira se estendia até 1959, quando pela segunda vez, desde a lei da Autonomia, a população pôde escolher o seu candidato a prefeito, agora para o mandato 1960 a 1964. Para essa disputa eleitoral, os principais candidatos foram: Miguel Arraes, Antonio Alves Pereira e Ernane Seve, e de acordo com as atas do Tribunal Regional Eleitoral³⁷, os resultados apontavam:

³⁷ Atas do TRE, citadas em Aguiar (1993, p. 106).

CANDIDATOS A PREFEITO	PARTIDO	Votos (nº Absoluto)
Miguel Arraes	Frente do Recife	82.812
Antonio Alves Pereira	PRT-PTB	57.331
Ernane Seve	PR	6.285
Votos Brancos	--	5.277
Votos Nulos	--	6.824

Tabela 1.

Como já havíamos antecipado, Arraes vence as eleições, embora não fosse um nome de tradição na vida pública³⁸. Segundo o advogado comunista Paulo Cavalcanti em seu livro de memórias, a escolha pelo nome de Arraes como candidato foi assaz discutida e só definida numa reunião entre o que ele chama de “liderança de esquerda do estado” mais o usineiro Cid Sampaio, recém eleito governador do Estado (CAVALCANTI, 1980, p. 298). Cid Sampaio, a princípio, se mostrou veementemente contra a indicação de Arraes, seu argumento estava na possível recusa do Vice-Presidente da República, João Goulart, que por ser “trabalhista” desejava uma candidatura tirada do seu partido, e pelo general Henrique Teixeira Lott, ex-ministro da guerra de Juscelino Kubitschek, por considerá-lo subversivo. Depois de ampla discussão, o nome de Arraes foi lançado e Cid apesar da relutância comunicou seu apoio à candidatura, o que não se manteve por muito tempo.

Ainda segundo o memorialista, o perfil de Arraes era de um homem sensível ao cotidiano e aberto às discussões dos problemas sociais, sendo

O ponto mais alto de sua administração [a criação] do Movimento de Cultura Popular. O MCP era basicamente uma idéia do próprio Arraes, posteriormente ampliada por seus assessores. A princípio, o MCP consistia na criação de escolas para o povo, aproveitando salas de associações de bairro, de entidades esportivas, de templos religiosos (CAVALCANTI, 1980, p. 302).

Embora Arraes tenha sido um importante nome na consolidação do MCP, consideramos a afirmação de Paulo Cavalcanti de que “O MCP era basicamente uma idéia do próprio Arraes” um exagero, pois a identidade do Movimento era

³⁸ Embora já tivesse a experiência de um mandato como deputado estadual, e a Secretaria da Fazenda dos governos de Barbosa Lima Sobrinho e Cid Sampaio, a candidatura de Arraes gerou muita celeuma entre o partido, por ele ser um nome de pouca repercussão pública nos idos de 1959.

multifacetada e nela caberiam: Germano e Norma Coelho, Abelardo da Hora, Paulo Freire, Josina Godoy, Anita Paes Barreto, Paulo Rosas, Maria Antonia Mac-Dowell, entre outros.

A apressada análise do autor despreza ainda uma série de empreendimentos possíveis à cidade do Recife com a constituição do MCP. Criado no dia 13 de maio de 1960, o Movimento de Cultura Popular definia os seus principais objetivos como sendo: 1) Promover e incentivar, com a ajuda de particulares e dos poderes públicos, a educação de crianças e adultos; 2) Atender ao objetivo fundamental da educação que é o de desenvolver plenamente todas as virtualidades do ser humano, através de educação integral de base comunitária, que assegure, também, de acordo com a constituição, o ensino religioso facultativo; 3) Proporcionar a elevação do nível cultural do povo preparando-o para a vida e para o trabalho; 4) Colaborar para a melhoria do nível material do povo através de educação especializada; 5) Formar quadros destinados a interpretar, sistematizar e transmitir os múltiplos aspectos da cultura popular³⁹.

Voltaremos a discutir essa questão no capítulo três do nosso trabalho, por ora o que precisamos considerar é a significância que a criação do MCP teve no contexto político-educacional não apenas pernambucano, mas brasileiro. Dividindo opiniões sobre suas reais intenções, as atividades do MCP (e conseqüentemente a postura política do prefeito Miguel Arraes) passaram a ser discutidas com muita frequência entre os vereadores e deputados estaduais. De acordo com os livros de atas da Assembléia Legislativa e da Câmara Municipal, Arraes era apontado tanto como “O MELHOR PREFEITO QUE TEVE O RECIFE, ATÉ HOJE⁴⁰” assim como um “agitador comunista”⁴¹. Tal dicotomia é entendida se considerarmos os primeiros anos da década de 1960, como um dos mais quentes no contexto da Guerra Fria⁴².

Ações do governo Arraes eram traduzidas, pelos mais conservadores, como uma tentativa de aproximar o Estado do comunismo, embora ele nunca tivesse assumido uma postura política junto ao PCB. Alfabetizar, dentro da metodologia

³⁹ Estatuto do MCP, in: Memorial MCP. Recife: Fundação de Cultura da cidade do Recife, 1986.

⁴⁰ Atas da Câmara Municipal do Recife, outubro de 1960. A fonte em destaque pertence ao original.

⁴¹ Atas da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, maio de 1962.

⁴² As disputas entre o capitalismo e o socialismo foram fortemente vividas na América Latina. Entre os jornais consultados pela nossa pesquisa, são freqüentes as disputas entre EUA e URSS, tanto no campo da ciência, como nos esportes e na política. A figura de John Kennedy, presidente dos Estados Unidos no período, é recorrente entre os principais noticiários do dia, seja anunciando uma nova política assistencialista ao Brasil, seja manifestando sua postura quanto aos candidatos em eleições municipais, estaduais e federais.

empregada pelos professores do MCP, era entendido pela direita conservadora como um ato subversivo, uma vez que o cotidiano dos alunos era politicamente discutido no processo de ensino e aprendizagem. Outro fato importante a se considerar é que alfabetizar, nos anos 1960, implicava diretamente em formar eleitores e, neste caso, eleitores inclinados à esquerda⁴³.

Em julho de 1962, ano de eleição para governo do Estado, o *Diário de Pernambuco* publica uma matéria com a chamada: **40 mil novos eleitores o Recife tem; Começou a propaganda eleitoral: Cartazes nas ruas**. Assim como Arraes, a oposição estava ciente da ação estratégica que implicava a alfabetização num contexto eleitoral onde só os alfabetizados podem votar. Isso resultou em inúmeras acusações ao prefeito, tanto vindas dos vereadores quanto dos deputados, de que ele estaria formando um curral eleitoral na cidade com seus programas de alfabetização.

O ano de 1962 é particularmente tenso no universo político. Na esfera nacional, os reflexos da renúncia do presidente Jânio Quadros, após sete meses de governo, e toda polêmica posse do seu vice João Goulart, sob a condição de um regime parlamentarista, dividiam opiniões e exaltavam os ânimos políticos e ideológicos de norte a sul do país. O jornalista Ayrton Maciel narra, em artigo do livro *Na Trilha do Golpe*, que na mensagem aos brasileiros, que foi ao ar, em rede de TV, na noite de 31 de dezembro de 1961, o Goulart anunciava: “As reformas de base são inadiáveis” (MACIEL, 2004, p. 46). Essa declaração deixou ainda mais incomodada a classe média brasileira, que não via com bons olhos a iniciativa do pacote de mudanças, interpretada como uma medida bolchevista. A inflação galopava, parecia acompanhar a tensão política, e, apesar dos esforços empreendidos pelo governo federal, não acalmava os ânimos dos investidores.

No Recife, o prefeito Miguel Arraes se afasta do cargo em agosto de 1962 para disputar as eleições para governador do Estado, assumindo o cargo o seu vice Artur Lima Cavalcanti (PST-PSB) de linha mais conservadora⁴⁴. Curiosamente, a historiografia que trata desse período apresenta múltiplas (e muitas vezes

⁴³ A questão em torno da educação não se dava simplesmente pelo ato de alfabetizar, mas sim, pela preocupação das elites dirigentes com a alfabetização com fins de conscientização. As camadas populares eram tidas como perigosas pelos setores conservadores em alguns aspectos políticos e sociais pela sua capacidade de promover “revoltas”. E nesse sentido alfabetizar significa fazer crescer o colégio eleitoral, ampliar as incertezas nas eleições que se aproximavam.

⁴⁴ Vale lembrar que neste período se votava separadamente para os cargos majoritários e os de vice. Sendo assim, era possível que os eleitos fossem políticos que divergissem quanto às ideologias e propostas políticas, como no caso de Arraes e Lima Cavalcanti.

antagônicas) abordagens sobre esse quadro das eleições de 1963. Destacamos duas clássicas narrativas em especial: uma do sociólogo José Arlindo Soares, a outra do também sociólogo Roberto Aguiar. Esse já consagrado conflito de percepções diverge basicamente quanto ao desempenho da Frente do Recife, coligação que nessa disputa apoiou o candidato Miguel Arraes. Para José Arlindo, as sucessivas vitórias da Frente de 1955 a 1963⁴⁵ podem ser traduzidas como uma tendência da população recifense e pernambucana (em sua maioria os menos abastados) de fechar com as esquerdas políticas.

Este argumento foi quebrado dez anos mais tarde por Roberto Aguiar, que analisa a decadente trajetória da coligação que, com o passar do tempo, enfrenta pleitos cada vez mais apertados. Com base nos mesmos dados trabalhados por José Arlindo, as atas do Tribunal Regional Eleitoral, Aguiar desmistifica essa “tendência” entre os pernambucanos, firmando seu argumento com o desfecho de 1964, ou seja, a não reação popular de resistência ao golpe. O último pleito em que a Frente saiu vitoriosa foi a eleição para governo do estado em 1962 que culminou com o seguinte quadro⁴⁶:

CANDIDATO	RECIFE /nº absolutos	INTERIOR/ nº absolutos	TOTAL / nº absolutos
Miguel Arraes	58,09%	43,46%	47,98%
João Cleofas	34,20%	50,40%	45,47%
Armando Monteiro	7,7%	6,14%	6,65%

Tabela 2.

A vitória de Arraes com menos de 2% de diferença nestas eleições é para Roberto Aguiar um claro reflexo da perda de forças da Frente com o passar do tempo, pois a Frente do Recife já havia experimentado maiores folgas. A disputa nesse episódio se deu voto a voto tanto na capital quanto no interior, exigindo dos candidatos um enorme fôlego até os últimos instantes de campanha. Os jornais do período exibem em suas páginas muito desse universo eleitoral de disputa, onde as tomadas de posição sinalizavam o apoio a cada candidato. *O Jornal do Commercio* e o *Diário de Pernambuco*, por exemplo, pertencentes a uma linha política mais

⁴⁵ As vitórias da Frente do Recife se restringiam aos cargos majoritários. Para os cargos do legislativo, os partidos mais tradicionais e conservadores como o PSB, PTB e a UDN, nesses anos ocuparam a maior quantidade de cadeiras tanto a nível estadual, como federal.

⁴⁶ Atas do TER (in: AGUIAR, 1993, p.111).

conservadora, fecharam com o candidato da UDN, João Cleofas. Embora apresentassem em suas páginas alguma propaganda política de outros candidatos, esses foram os principais palanques midiáticos utilizados pela direita, não apenas para exibição de seus projetos de campanha, como também para minar o campo dos seus opositores, entre eles o mais alvejado foi Arraes, por representar a maior ameaça aos seus objetivos políticos. Já o jornal *Última Hora* passou a ser o principal espaço para o candidato da Frente, conforme demonstram as imagens abaixo:



Fig. 6. Propaganda política de João Cleofas. Lendo-se na chamada: “E do comício de João Cleofas no Alto José do Pinho a foto acima”. Mas o quadro é semelhante em todos os bairros recifenses onde o candidato, juntamente com o governador Cid Sampaio, tem falado ao povo, que entende a sua linguagem de homem simples e lhe dará outra vez, vitória ampla também no Recife. Gente autêntica, gente boa como a do Alto José do Pinho, que não se ilude com demagogos nem se desvanecem com os aproveitadores, estará hoje à noite aclamando Cleofas nos comícios que se vão realizar na Vila da Imbiribeira (lado esquerdo da linha ferroviária) e no pátio da feira de Cavaleiro. **DP. 02/1963.** Fonte: APERJE



Fig. 7. Propaganda política de Miguel Arraes. Lendo-se no canto inferior esquerdo: “Você deseja e todos nós desejamos um governo dinâmico, trabalhador, um governo onde todos os departamentos trabalhem para um mesmo fim, um governo organizado para trabalhar por Pernambuco. Assim será o governo de Miguel Arraes, que, juntos vamos eleger a 7 de outubro! Você sabe e todos nós sabemos, que Arraes trabalha! Arraes realiza!” **Última Hora 08/1962.** Fonte: APERJE.

Na quinta-feira, dia 31 de janeiro de 1963, o candidato eleito fez seu primeiro discurso como governador, diante da Assembléia Legislativa do Estado. Esse pronunciamento trouxe bastante repercussão entre os opositores de Arraes, basicamente pelo teor populista empregado por ele. O discurso foi publicado na íntegra pelo jornal A HORA além de ter trechos publicados e largamente comentados por outras vias da imprensa pernambucana, o que serviu de base para as primeiras críticas sobre a administração eleita.

O termo povo é pronunciado quase cem vezes ao longo das quatorze páginas do discurso, menções que objetivavam a caracterização daquele evento como sendo de apropriação e representação do próprio povo pernambucano tomando posse do cargo. Num desses usos, Arraes afirma que “Esse fato novo – o aparecimento do povo como categoria histórica – é que explica que eu hoje me encontre, não em nome do povo, não em lugar do povo, mas eu – homem do povo, para assumir o governo do estado” (A HORA 01/02/1963).

Citando trechos da carta-testamento escrita por Getúlio Vargas horas antes de morrer, Arraes tece uma série de críticas às intervenções “assistencialistas” do governo dos Estados Unidos materializados pela Aliança para o Progresso, um programa de investimentos do governo Kennedy, que investia recursos no Nordeste, sob o argumento do combate à seca e ao subdesenvolvimento da região⁴⁷.

No dia 2 de fevereiro, entre os embates gerados pelo discurso de Arraes, o Jornal do Commercio publicou um editorial que circulou tanto em sua edição, quanto no Diário de Pernambuco, fato que nos chamou muito a atenção, sendo o único caso encontrado em nossa pesquisa. A chamada da matéria afirma: “ARRAES POSSUI CABEÇA QUENTE E MÃOS VAZIAS”, e abriu uma série de ferrenhas críticas ao governador eleito, chamando seu discurso de “pretensioso e vazio”. Entre as principais críticas, destacamos:

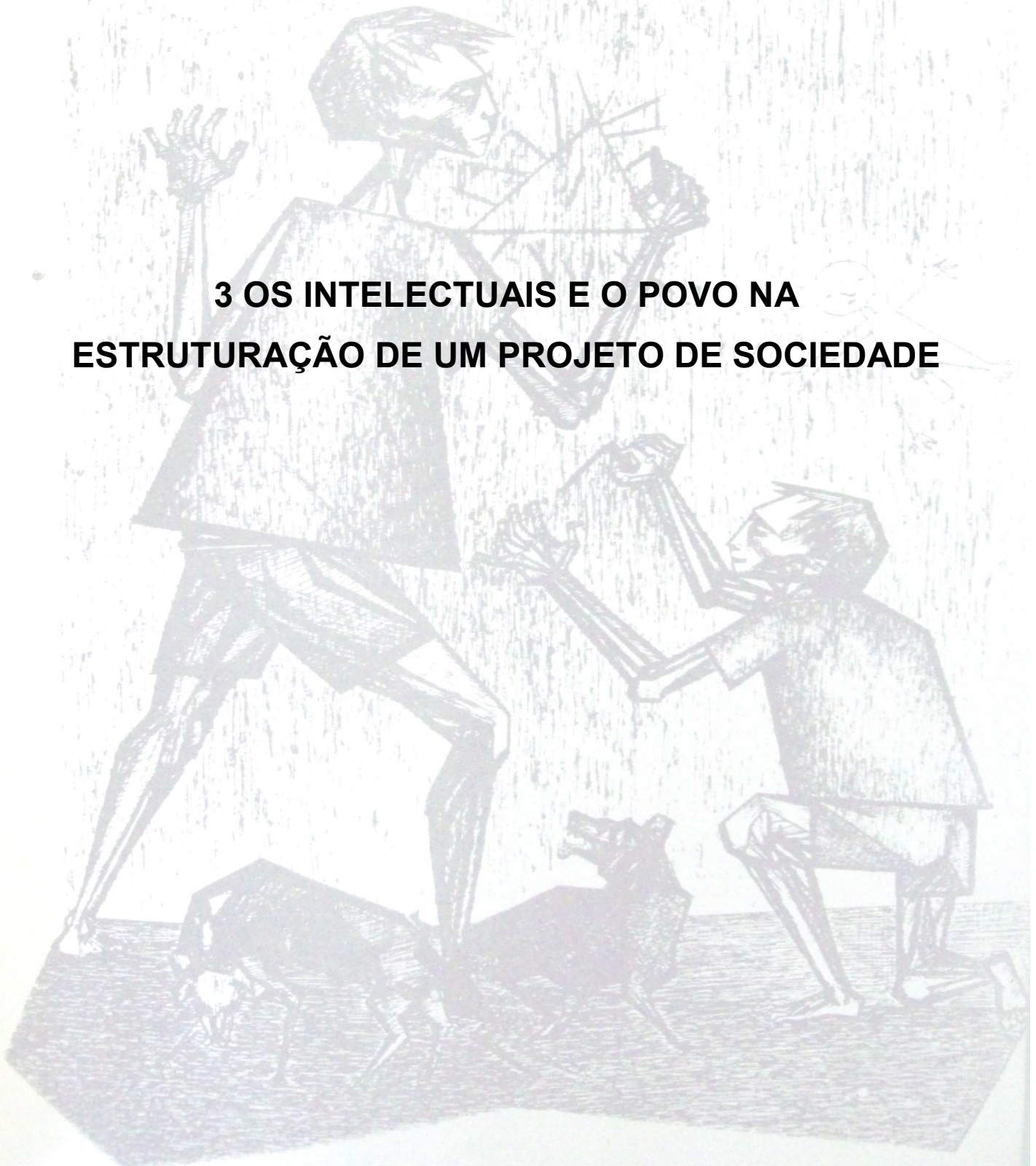
⁴⁷ A Aliança para o Progresso foi criada em outubro de 1960, como uma tentativa de conter a sedução do comunismo na América Latina. Em 1961, depois uma triagem pela região, um relatório foi produzido apontando as medidas emergenciais a serem tomadas pelo governo estadunidense, entre eles destacamos: a) os Estados Unidos deveriam liderar um processo de transformação social na América Latina, desvinculando-se das oligarquias reacionárias; b) era necessário reduzir as iniquidades sociais existentes na América Latina, as quais forneciam um poderoso argumento aos marxistas que atacavam os Estados Unidos; c) os Estados Unidos não deveriam apostar exclusivamente nos méritos da repressão, mas sim empenhar-se num projeto de mudanças que empolgassem os povos latino-americanos, afastando-os da tentação revolucionária.

Repetiu o novo governo os velhos chavões: “somos um povo que... já não aceita ser tutelado nem governado por estranhos”, é “historicamente falso... que a industrialização só poderá ocorrer com a ajuda do capital estrangeiro”, “nós não poderemos liquidar o subdesenvolvimento sem liquidar a exploração do capital estrangeiro no País”, e vai por aí o senhor Arraes. (...) O senhor Miguel Arraes revelou-se com seu discurso de posse, um homem de mãos vazias de programas e cabeça quente de “slogans”. Elaborou um transunto dos papéis do ISEB e despejou-o no auditório. Numa palavra, deu a entrever que sonha com a República Popular de Pernambuco. É apenas um revoltado êsse pernambucano do Cariri. (DP 02/02/1963).

Os ataques tinham um claro objetivo: desqualificar Arraes e dessa forma colocá-lo, apesar da vitória das urnas, como um indivíduo não competente e não confiável para assumir o cargo ao qual lhe era confiado. Sob pesadas acusações, tanto de corrupção, comunismo e incapacidade administrativa, Arraes contou com uma grande oposição desde a sua posse como governador de Pernambuco.

Mais do que críticas, as acusações eram construídas em cima de ameaças de que uma revolução armada sem precedentes estaria sendo articulada entre o governo do estado e o partido comunista brasileiro, cubano e até mesmo soviético. Assim seria até o dia 1º de abril de 1964, quando ele é deposto com o golpe, acusado de tais crimes. Críticas a parte, o comitê da campanha organizou uma grande festa popular para comemorar a posse do governador, com direito a ônibus de graça do subúrbio para o centro da cidade, onde clubes e blocos de carnaval fizeram a festa juntamente com seus eleitores (DP 31/01/1963).

**3 OS INTELLECTUAIS E O POVO NA
ESTRUTURAÇÃO DE UM PROJETO DE SOCIEDADE**



3.1 A intelligentsia brasileira nos anos 1960

Uma reflexão sobre os intelectuais e seus projetos de cidadania no Brasil só pode acontecer precedida de uma compreensão ao menos geral do papel historicamente construído por esses sujeitos e suas relações com o espaço público. Acreditamos ter assinalado esse caminho no primeiro capítulo do trabalho, para agora podermos avançar um pouco mais nas discussões sobre os intelectuais brasileiros enquanto manuseadores de ideologias, bem como agentes que se constituem principalmente no universo público. Por isso, traçaremos mais detalhadamente alguns perfis dos personagens intelectuais ativos no Movimento de Cultura Popular que tão largamente se envolvem nesses projetos culturais/educacionais no Recife dos anos 1960.

Uma das primeiras questões que se impõe neste sentido são as condições desse envolvimento, o modo como ocorrem essas intervenções propostas para a vida da população, bem como a seu caráter. Por isso, precisamos considerar dentro da experiência de criação e desenvolvimento do MCP, além do espaço social, a formação cultural e ideológica dos seus principais mentores, assim como seus esforços empreendidos na produção de uma imagem pública de engajamento nas questões sociais da cidade.

Enquanto intelectuais, os idealizadores do MCP (Germano Coelho, Paulo Freire, Norma Coelho, Abelardo da Hora, Paulo Rosas, Josina Godoy dentre outros), formados culturalmente entre os anos 1920 e 1950, herdaram boa parte da crise oligárquica do Nordeste, ou seja, fase em que ocorre uma considerável reordenação econômica da sociedade pernambucana. O Sudeste passa a desempenhar o papel central na vida administrativa e cultural do país.

Embora a intelligentsia nacional já fosse nessa época algo consolidado enquanto categoria social, ela se mostrava pouco capaz de pensar uma nova sociedade para além das tradicionais relações já falidas, delegando à geração de 1950/60 o papel de construir as estratégias ideológicas e práticas que levariam o Nordeste e, conseqüentemente, o Brasil como um todo a uma diferente configuração. Essa “nova” consciência é lentamente elaborada a partir de uma crítica ao “subdesenvolvimento” e à sua “lógica nociva”: um país de analfabetos e semi-analfabetos, e produtor de um saber e uma arte ainda ornamental e pouco

sintonizada com as questões contemporâneas, ou seja, descolada das problemáticas políticas, sociais e ideológicas que permeiam os anos 1950/1960⁴⁸.

A maioria desses intelectuais criadores do MCP não era conhecida, nem reconhecida, de forma latente na sociedade, principalmente dentre os setores mais pobres. Eles alcançariam, nesse início de década, uma visibilidade exponencial justamente a partir das atividades e intervenções empreendidas no tecido social, passando então a se constituírem como pessoas públicas na medida em que eram citados pelos jornais, promoviam eventos culturais e eram apresentados à cidade. Abelardo da Hora pode ser considerado uma exceção: antes mesmo de 1960 ele já era conhecido da mídia e dos pernambucanos de modo geral, pois seu trabalho como artista plástico lhe rendia, entre uma exposição e outra, uma visibilidade dentro e fora do Recife. Em 1948, o artista consegue mais destaque social ao organizar sua primeira exposição individual, evento importante por ter conseguido reunir um público de peso composto por políticos, escritores, jornalistas e muitos outros artistas da época. Esse encontro impulsionou seu desejo por uma coordenação dos artistas pernambucanos, enquanto uma categoria organizada, através da fundação da *Sociedade de Arte Moderna do Recife (SAMR)*⁴⁹.

Esses eventos (a exposição de 1948 e a criação da SAMR) proporcionaram uma estruturação da classe artística na cidade do Recife e acirraram as discussões sobre a arte brasileira. Contra uma estética vigente, acadêmica e bem-comportada, a marca característica passa a ser, a partir de então, uma forte crítica social. O grupo que se forma, sob a liderança de Abelardo, propunha com suas obras uma reflexão sobre os aspectos sociais no universo citadino, denotando seu engajamento com as questões políticas e sociais.

Podemos apontar como principais objetivos da Sociedade de Arte Moderna do Recife, ao criar um corpo funcional, a legitimação da profissão de artista e a

⁴⁸ Não queremos com tal afirmativa diminuir, por exemplo, o impacto social que a Semana de Arte Moderna de 1922 causou na sociedade de sua época e nas gerações seguintes, a partir da produção de uma arte que problematiza o nacional. É com esse evento e com o escândalo por ele causado que a certidão de nascimento da intelligentsia brasileira é produzida, segundo Martins (1987). Entretanto, essa nova função da arte (política, engajada, denunciadora dos dramas coletivos) ainda encontra muitos entraves e levaria mais algum tempo para se multiplicar em outras regiões do país.

⁴⁹ Nessa exposição dez obras do artista foram apresentadas ao público. São elas: A fome, O brado, Água para o morro, Desamparados, Crianças abandonadas, Meninos de mocambos, O beijo bacante, Cabeças de Luciano e Cecy, A Graça Feminina e Desespero. Desse evento nomes como Hélio Feijó, Augusto Reinaldo, Lula Cardoso Aires, Francisco Brennand, Reinaldo Fonseca, Darel Valença Lins, Maria de Jesus Costa, Ladjane Bandeira, Delson Lima e Alexandre Berzin se uniram a Abelardo da Hora e fundaram a Sociedade de Arte Moderna do Recife (LEAL, 2005, p. 67).

busca do seu reconhecimento na sociedade pernambucana, além de agregar e incentivar novos interessados em desenvolver uma arte que servisse de crítica social e discutisse a condição do povo nordestino. O fato é que a SAMR pouco agiu dentro daquilo que se propunha. Segundo a historiografia, suas ações ficavam restritas à promoção de alguns eventos como exposições e amostras de artes e fotografias. Entretanto, foi dessa aparente esterilidade que surgiu, em 1952, o Atelier Coletivo, idéia projetada por alguns dos membros da Sociedade que, sob a liderança de Abelardo da Hora, inauguram um espaço para o experimento, uso e estudo da arte coletiva. Segundo Abelardo, o Atelier objetivava de acordo com seus princípios de ação

Não só [criar] uma entidade de Arte aos artistas como elemento jurídico que os fizessem representar junto aos poderes públicos, como democratizar o ensino da arte e realizar, como fiz, um amplo movimento de integração de artistas, intelectuais, governo e povo de valorização e pesquisa da cultura popular, no intuito de fixar uma característica eminentemente brasileira em todos os setores das artes (HORA, 1982, p. 36).

O organismo criado com a junção desses artistas estendia-se para além de uma preocupação técnica e estética da arte. Ao definir nesses parâmetros o objetivo do Atelier, Abelardo admite existir um distanciamento entre intelectuais, povo e governo e assume a responsabilidade de aproximá-los, usando para isso sua arte, por isso, um esforço do grupo em dedicar seus “trabalhos ao povo”.

Durante seus seis anos de existência (1952 a 1958), o Atelier Coletivo teve quatro endereços; a instabilidade financeira foi um dos fatores que provocou o nomadismo. Nessa primeira fase, o Atelier era composto por Gilvan Samico, Wilton de Souza, Wellington Virgulino, Ionaldo, Ivan Carneiro, Marius Lauritzen. Sob a regência de Abelardo, visitavam as festas de rua, os terreiros de candomblé e os autos populares a fim de perceber a “essência da cultura popular”, elemento de inspiração para as produções artísticas desses indivíduos. Dessa forma, Abelardo buscava criar uma geração de jovens artistas capazes de “consertar os erros do Movimento Modernista” que tinha ficado, segundo ele, restrito à elite brasileira (HORA, 1982, p. 32)

Nascia, dentro e fora das paredes do Atelier Coletivo, uma preocupação com a popularização e a politização da arte. Arte esta que devia ser encarada como um patrimônio da própria cultura popular. Essa questão é ampliada em 1960 quando

Abelardo compõe a equipe de criação do MCP e, com isso, faz migrar as idéias desses jovens artistas para as estruturas políticas da gestão de Miguel Arraes. Esse engajamento não era, entretanto, uma exclusividade dos artistas ligados ao Atelier Coletivo.

No campo das letras, as teses de doutoramento e livre docência dos bacharéis em direito Germano Coelho e Paulo Freire, e da pedagoga Norma Coelho (todos do MCP) concluídas no final dos anos 1950, além de problematizarem o binômio desenvolvimento econômico e social apontam, de certa maneira, soluções práticas para o combate ao desequilíbrio que caracterizava a organização social no Brasil e os prejuízos desses descompassos. Os trabalhos de Norma e Germano Coelho foram defendidos na França, onde moraram por três anos, em virtude dos seus vínculos com a *Sorbonne*. Essa experiência colocou o jovem casal em contato com alguns projetos coletivistas no plano mundial que serviriam de inspiração, criação e consolidação do Movimento de Cultura Popular em 1960, ano em que voltam para o Brasil e se integram ao governo Arraes.

A França dos anos 1950 é descrita por Germano como “efervescente e renovadora”, seja pelos movimentos empreendidos pela Universidade de Paris, como a defesa de uma nova filosofia para o mundo, seja pela idéia do existencialismo propagada por Jean Paul Sartre. Acoplado a outros eventos de importância, repercussão e impacto global, como a criação do Estado de Israel e os movimentos de caráter coletivista vividos por países como Iugoslávia, Itália, França entre outros países, inclusive latino-americanos, ele afirma que “o mundo vislumbrava novos horizontes” (COELHO, 2009) e, com isso, a iminência de uma consolidação das mudanças desejadas.

No Brasil, esses horizontes foram alargados com as inquietações e ações de Paulo Freire, o intelectual de maior reconhecimento internacional dentre os citados e, sem dúvida, o que mais colecionou prêmios dentro e fora do Brasil. Freire recebeu mais de trinta prêmios de “*Doutor Honoris Causa*” de universidades européias e americanas, além da indicação ao prêmio Nobel da Paz, em 1995. Pela sua formação, engajamento e reconhecimento, ele está entre as personalidades brasileiras mais conhecidas no mundo. Boa parte desse reconhecimento é fruto do seu trabalho com a alfabetização de jovens e adultos, trabalho este iniciado no

Recife, nos anos 1960, dentro do MCP⁵⁰.

Entretanto, gostaríamos de frisar que o Paulo Freire objeto de nossa reflexão não é o intelectual consagrado e de reconhecimento internacional, e sim o intelectual em formação que, sintonizado com as ondas ideológicas dos anos 1950/1960, se alinha com a tônica desenvolvimentista dos discursos produzidos no Instituto Superior de Estudos Brasileiros, o ISEB.

A socióloga Vanilda Pereira Paiva, em seu trabalho publicado originalmente nos anos 1980, analisa Paulo Freire, nesse primeiro momento de sua vida intelectual (a partir de suas obras publicadas entre os anos 1960/70), como um intelectual adepto das ideologias nacional-desenvolvimentistas. A autora estabelece uma relação entre a ação pedagógica e a produção teórica de Paulo Freire, até 1965, e a ideologia nacionalista e desenvolvimentista, de caráter populista, desenvolvida e divulgada a partir de um núcleo de intelectuais agrupados institucionalmente no ISEB. Essa ideologia é tida pela autora como a tradução política e intelectual para a realidade brasileira dos anos 1950 e 1960.

O trabalho de Vanilda Paiva se constitui, no nosso entendimento, como uma importante análise interpretativa para o estudo do pensamento freiriano, principalmente entre os anos 1960, por admitir: 1) o caráter nacionalista de Freire ao defender a mudança da sociedade brasileira arcaica para uma moderna, marcada por uma democratização política; 2) o conceito de conscientização de Freire como um tipo de consciência que permitisse a percepção da situação global do país de modo a gerar ações que promovessem o desenvolvimento nacional e consolidassem a democracia; 3) a proteção de Freire ao caráter elitista do ISEB no combate ao tradicional autoritarismo da sociedade brasileira; 4) a materialização das ideologias isebianas nas práticas pedagógicas de Freire.

Em contraponto ao prisma de Vanilda Paiva, onde Paulo Freire é apontado como intelectual-institucionalizado a serviço do nacional-desenvolvimentismo, o pedagogo Carlos Alberto Torres afirma que a autora ao analisar o trabalho de Freire o fez “de forma limitada, isto é, parte de uma perspectiva ortodoxa marxista da noção de populismo russo e a relaciona ao descontentamento com as raízes da filosofia e antropologia cristã de Freire” (TORRES, 1996, p. 118), resistência comum

⁵⁰ No trabalho de Moacir Gadotti (1996) é possível conferir cuidadosamente a lista de todos os principais prêmios conquistados por Paulo Freire dentro e fora do Brasil (GADOTTI, 1996, p. 48 a 58).

entre aqueles que, de forma romântica e despolitizada, enxergam as idéias e a prática de Paulo Freire, deslocando-as do seu posicionamento institucional e ignorando a atmosfera populista que se associava de certa maneira (e de forma intensa no caso brasileiro) ao nacional-desenvolvimentismo.

No entanto, assim como o intelectual Paulo Freire aqui é datado (1960), a análise de Paiva também (1980). Ela é feita vinte anos depois das primeiras ações pró-alfabetização desenvolvidas por Freire e sua equipe, considerados em sua época como revolucionários por estabelecer novas formas de promoção da educação, na medida em que lhe agregavam novos valores e conceitos. A crítica feita a Paulo Freire no trabalho de Paiva se faz ainda mais polêmica por ter sido produzida na época em que o Brasil, através do processo de anistia, recebia seus primeiros exilados políticos após o golpe de 1964, e dentre eles o próprio Freire que votava ao país depois de 17 anos de exílio político.

Ainda na década de 60, a tese de Freire, *Educação e Atualidade Brasileira*, editada em 1959 não o conduz à Academia, mas possibilita ao autor, com a ajuda de um grupo de católicos da cidade do Recife, pôr na pauta das discussões da época a sistematização das ações do MCP. Freire permanece no Movimento até 1962, quando questões metodológicas em torno do uso ou não uso de uma cartilha de alfabetização, que servia de material didático para os jovens e adultos, fosse criada e dividisse opiniões. A cartilha era da autoria das professoras Josina Godoy e Norma Coelho e era construída com base no cotidiano da população assistida pelo MCP. Assim sendo, temas como voto, pão, mocambo e fome permeavam as páginas da cartilha, conforme destaque das imagens:

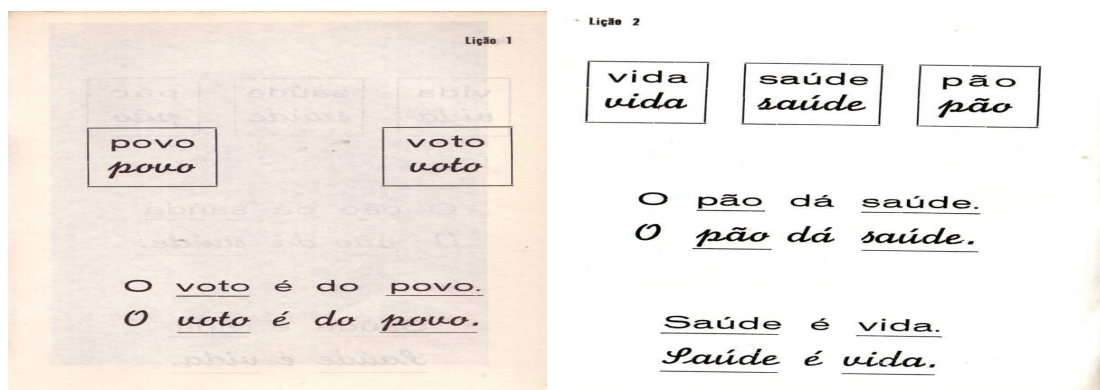


Fig.8: Cartilha para a alfabetização de adultos do Movimento de Cultura Popular. Fonte: Memorial do MCP.



Fig.9: Cartilha para a alfabetização de adultos do Movimento de Cultura Popular. Fonte: Memorial do MCP.

A cartilha era composta por 77 lições, todas com imagens relativas ao tema proposto, o que facilitava segundo as autoras a sistematização do conhecimento através das associações. Na nota de apresentação, assinada pelo seu presidente, Germano Coelho, é possível ler:

O Movimento de Cultura Popular representa, assim, uma resposta. A resposta do prefeito Miguel Arraes, dos vereadores, dos intelectuais, dos estudantes e do povo do Recife ao desafio da miséria. Resposta que se dinamiza, sob a forma de um Movimento (...). Este livro de Leituras para Adultos, que hoje o MCP edita, é parte desta resposta. Centrado nos interesses do adulto, exprimindo os anseios populares, ressaltando os valores regionais, ministrando ao mesmo tempo o ensino da língua e da gramática, ele constituirá, sem dúvida, mais um instrumento da cultura para a emancipação do povo (COELHO, 1962).

A declaração de Germano chama atenção aos efeitos práticos que o MCP encampa, afinal ele se apresenta como uma *resposta* ao Recife diante do que se procurava pôr a termo: o Recife da pobreza, o Recife do analfabetismo... E, na execução da estratégia magna (a educação), a produção dessa cartilha é recebida por parte dos intelectuais emecepistas como mais uma fecunda ferramenta. No entanto, ela não foi bem acolhida por todos. Segundo Paulo Freire, apesar da proposta da cartilha se mostrar compatível com o público assistido, sua elaboração não havia se dado com o povo e a partir dele. Freire advogava que o material ideal a ser utilizado nas aulas de alfabetização eram as fichas de cultura produzidas dentro e durante cada lição vista. As duas visões distintas, no que diz respeito às

estratégias metodológicas, dividem opiniões no grupo e acabam com a saída de Freire da direção do Movimento, o que possibilitou a implantação de suas idéias e métodos de ensino em outras cidades brasileiras, como Natal, Rio de Janeiro, Brasília dentre outros.

Através dos nossos estudos sobre o Recife da década de 1960, constatamos que, uma vez inseridos e gerenciando questões de ordem pública, os intelectuais pernambucanos e com destaque os aqui pontuados, dedicam-se aos debates e às práticas que permeiam o universo cultural do Brasil. Nas falas e ações desses sujeitos, no período estudado, a chamada “cultura popular” faz-se elemento presente, ainda que, no exercício de apropriação dos elementos culturais do povo, ao adjetivo popular se agreguem muitos sentidos e significados, por vezes, diferentes. Entretanto, apesar dessa diferença, creio podermos dizer que essas discussões dos intelectuais sobre a cultura popular brasileira, nos anos 1960, estão à sombra da aura romântica que permeia o período: a idéia romântica de um grupo social que agrega, em sua essência pura, valores transcendentais de uma cultura nacional, vertente adotada pela liderança do Movimento de Cultura Popular que vê nessa onda ideológica as bases para a legitimação dos projetos culturais e educacionais que empreendiam dando um cunho “conscientizador” por excelência.

Em sua forma mais pura, autêntica e por isso polêmica, a tendência romântica foi o viés interpretativo mais adotado pelos “intelectuais orgânicos” emecepistas que criam conceitos, definem os usos, aplicações e agregam principalmente entre os anos 1950 e 1960 um teor político à problemática da cultura popular, dando-lhe contornos revolucionários. Sobre essa questão, Maria Thereza de Moraes afirma que

No esteio da concepção romântica, setores do MCP compreendiam a cultura popular como guardiã das tradições brasileiras. (...) O MCP procura no “popular” os suportes simbólicos para a construção de uma cultura nacional. Nessa direção, alguns participantes do MCP pensavam em um intercâmbio, através do qual os intelectuais participariam com a doação da ciência e da técnica e o povo participaria com a doação do sentido autêntico do sentimento e das raízes brasileiras, para a formação de uma cultura nacional (MORAES, 2000, p. 92).

A construção discursiva em torno do que é popular, nesse processo de interatividade entre o povo (ingênuo e pobre) com os intelectuais (provenientes da classe média e erudita), produz a “arte popular” latente no MCP, ou seja, aquela com

fins conscientizadores, onde o povo alcançaria um elevado estágio de libertação das questões sociais que o afligiam.

No folheto do II Festival de Cinema do Recife, realizado pelo MCP, essa preocupação com a arte-política faz-se presente na publicação de uma nota escrita por Germano Coelho que define a região Nordeste a partir da “beleza de suas paisagens, a autenticidade brasileira de seu povo, o drama da região, a densidade de sua literatura e de sua história, a diversidade de seu folclore, a riqueza de sua música”. Ou seja, ele delinea a imagem da região que se cristaliza na dualidade de sua riqueza cultural e pobreza econômica. Ao discutir a identidade e o papel da cultura popular sobre tais auspícios, esses intelectuais acabam abrindo precedentes para uma discussão mais ampla sobre a realidade brasileira, afinal a base dessa linha cultural carregaria as credenciais da estrutura social e econômica do país e suas características mais autênticas.

O livro “Movimento de Cultura Popular: impactos na sociedade pernambucana”, da educadora Letícia Barbosa, que se propõe a estudar o processo histórico de estruturação do Movimento de Cultura Popular, dedica algumas páginas à concepção do termo “cultura popular” nos anos 1960, especialmente nos discursos dos membros do Movimento. Segundo tal estudo, a expressão cultura popular “era novidade no Brasil [neste período], enquanto que em outros países da Europa como França, e em países socialistas, como China e até Cuba, já se utilizava tal expressão havia bastante tempo (BARBOSA, 2009, p. 47-48).

Essa afirmativa vai de encontro a alguns estudos realizados no fim dos anos 1980, que apontam para uma presença considerável do conceito de cultura popular e sua aplicação desde o final do século XIX, no Brasil. A expressão cultura popular esteve presente numa vertente do pensamento intelectual formada por folcloristas, antropólogos, sociólogos, educadores e artistas desde então que se mostravam preocupados principalmente com a construção de uma determinada identidade cultural brasileira. Segundo a historiadora Martha Abreu, na virada do século XIX para o século XX

muitos artistas, políticos, literatos, intelectuais tentaram responder a estas questões relacionando cultura popular com variados atributos por vezes contraditórios: ora com a não-modernidade, o atraso, o interior, o local, o retrógrado, o entrave à evolução; ora com o futuro positivo, diferente, especial e brilhante para o país, valorizando as singularidades culturais e a vitalidade de uma suposta cultura, responsável pelo nascimento de uma

nova consciência, uma nova civilização, sempre mestiça (ABREU, 2003, p. 84-85).

Os interesses e eixos discursivos do fim do XIX em torno da cultura popular eram indubitavelmente diferentes dos anos 1960, no entanto não estavam ausentes do debate intelectual e serviram em grande medida ao processo de amadurecimento, reflexão e engajamento produzido pelas gerações posteriores.

A partir das décadas de 1940-1950, a cultura popular veio de forma crescente assumindo nos discursos uma perspectiva política associada aos modelos populistas latino-americanos. Os políticos nacional-desenvolvimentistas, dessa forma, procuravam associar as imagens reconhecidamente populares às identidades nacionais e à legitimidade de seus governos. O conceito também foi incorporado pela esquerda, principalmente na década de 1960, tendo assumido um sentido de resistência da classe, ou, inversamente, de referências a uma suposta necessidade dos oprimidos a uma consciência mais crítica que, entretanto, precisava ser despertada. É precisamente com esse viés ideológico que os intelectuais se aproximam do povo e de seus peculiares traços de organização, produção de arte e práticas sociais. Essas representações apontam para uma instabilidade peculiar ao uso da expressão, que assinala para um conceito sempre em trânsito, chegando nos anos 1960 a implicar conscientização, pureza e autenticidade. Sobre essa questão, Stuart Hall nos alerta que

Não existe uma "cultura popular" íntegra, autêntica e autônoma, situada fora do campo de força das relações de poder e de dominação culturais. (...) O estudo da cultura popular fica se deslocando entre esses dois pólos inaceitáveis: da "autonomia" pura ou do total encapsulamento". (...) O essencial em uma definição de cultura popular são as relações que colocam a "cultura popular" em uma tensão contínua (de relacionamento, influência e antagonismo) com a cultura dominante. Trata-se de uma concepção de cultura que se polariza em torno dessa dialética cultural. Considera o domínio das formas e atividade culturais como um campo sempre variável. Em seguida, atenta para as relações que continuamente estruturam esse campo em formações dominantes e subordinadas (HALL, 2003, p. 241).

De forma compatível ao pensamento de Hall, outros historiadores, antropólogos e sociólogos dedicaram parte de suas obras a pensar a identidade social dos indivíduos entre as frágeis fronteiras do erudito e do popular. Esses sujeitos e suas obras resultam em uma grande contribuição historiográfica ao nos

proporcionarem a existência de uma grande tensão que envolve a expressão muito ressignificada no Recife dos anos 1960. No estatuto de fundação do MCP, a cultura popular é cuidadosamente pensada e lotada num departamento que lhe foi criado sob medida: Departamento de Formação da Cultura, cujo objetivo segundo o texto era: “1- interpretar, desenvolver e sistematizar a cultura popular; 2- criar e difundir novos métodos e técnicas de educação popular; 3- Formar pessoal habilitado a transmitir a cultura ao povo” (Estatuto MCP, p. 2). Ainda colocava como dever e responsabilidade dos seus sócios dirigentes (intelectuais, artistas, cientistas e técnicos) a “interpretação e sistematização da cultura popular” (Estatuto MCP, p. 3). Esses princípios de ação coletiva do MCP traduzem em grande medida as percepções dos intelectuais acerca do lugar do povo e da cultura popular na organização da sociedade, o que caracterizaria sobre maneira a visão de educação empreendida por eles.

3.2 Os empreendimentos sociais – pedagógicos

Numa observação do plano mundial, podemos afirmar, com base na historiografia, que a educação popular ganhou significativa visibilidade a partir dos anos 1940. Duas frentes ideológicas em especial são apontadas como principais desencadeadoras da iniciativa: a esquerda cristã católica e parte da burguesia capitalista. Ambas mobilizam organizações locais, nacionais e internacionais que concentram uma série de esforços na promoção e organização de projetos educacionais. Dentre eles, destaque para a UNESCO que, vinculada à ONU, compõe o conjunto de estratégias para a reconstrução do mundo no pós-guerra em termos culturais⁵¹.

Desde sua criação, em novembro de 1945, a UNESCO estimulou a criação de programas nacionais de *Educação Básica* para jovens e adultos, especialmente nos países pobres, onde os índices de analfabetismo, para pessoas com mais de 15

⁵¹ A UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) é um organismo especializado do sistema das Nações Unidas, que tem como objetivo contribuir para a paz e segurança no mundo mediante a educação, a ciência, a cultura e as comunicações. Com sede em Paris, na França, a UNESCO hoje atua em diversos países do mundo num esforço conjunto com os governos locais pelo desenvolvimento humano. Embora só tenha se estabelecido no Brasil oficialmente em junho de 1964, a UNESCO já despertava a atenção dos governadores do país no tocante ao financiamento de projetos sociais desde o fim dos anos 1950, principalmente os atrelados à erradicação do analfabetismo. Mais detalhes sobre a história da Organização no Brasil e no mundo ver: www.brasilia.unesco.org.

anos, eram considerados alarmantes. Essas iniciativas estão atreladas à aposta e ao apelo mundial à educação, vistas como parte integrante e de grande relevância no processo de socialização e desenvolvimento humano.

Segundo Fávero (2002), entendia-se que nesses países “atrasados” tanto as dificuldades de organização familiar quanto as deficiências dos serviços comunitários em geral (quando existentes) dificultavam ou mesmo impediam que as populações pobres adquirissem o mínimo de conhecimentos, de hábitos e de atitudes que lhes permitissem caminhar na direção de um desenvolvimento pleno. É nesse sentido que a aclamação pela educação básica⁵² nos anos de 1960 é ressaltada como requisito mínimo para atender às necessidades individuais e aos problemas coletivos de uma sociedade. O mesmo autor ainda reforça que

De acordo com a UNESCO, todo programa de educação de base teria como ideal o ensino fundamental universal, gratuito e obrigatório para as crianças. Sublinhava-se o estreito relacionamento entre educação de crianças e educação dos adultos, assim como se recomendava que, onde existissem “verdadeiras escolas” (ou seja, escolas tradicionais para crianças), o programa de educação de base poderia dirigir-se inicialmente aos adultos, sob forma simples e prática (FÁVERO, 2002, p. 137).

A preocupação com o nível de escolaridade dos adultos, lembrado de maneira especial nos programas da UNESCO, chama-nos a atenção para a aproximação estabelecida entre educação e desenvolvimento, especialmente nesse momento da história. Os termos da organização no período referem-se principalmente ao desenvolvimento como um fator decorrente da evolução normal da sociedade, desde que a melhoria contínua do nível de vida da população estivesse em estrita dependência com o esforço de superação dos problemas locais, a partir de uma tomada de consciência desses problemas e de ações concretas no sentido de

a) evitar as enfermidades endêmicas, através de campanhas de higiene coletiva, na qual a educação sanitária seria correlata ao atendimento médico e ao saneamento básico; b) ajudar a erradicar o desperdício dos recursos naturais gerados pela prática de técnicas agrícolas depredatórias; c) adquirir hábitos de leitura, escrita e cálculo; d) utilizar melhor as oportunidades de lazer (Idem).

⁵² Até o ano de 1996 no Brasil, a educação básica era constituída pelo ensino fundamental (subdividido em dois ciclos: 1ª a 4ª e de 5ª a 8ª série). Com a reforma da Lei de Diretrizes e Bases, deste ano, foi acrescentado a esse nível educacional o chamado ensino médio, ampliando dessa forma com mais três anos a educação básica, direito de todos os cidadãos.

É com esteio nessa aplicabilidade que a educação no Brasil ganha espaço nas discussões da época, assumindo certo teor político. A formação cultural das classes populares torna-se uma preocupação entre as organizações públicas, vista como elemento capaz de consolidar a vulnerável e ainda não sólida democracia nacional, além de colocar o país na esteira do crescimento econômico mundial.

Isso nos ajuda a entender, em certa medida, porque tantos projetos sociais voltados à educação foram implantados no Brasil e principalmente no Nordeste (região que congregava os piores índices do país), assim como as motivações dessas investidas, das quais destacamos os pioneiros: CEAA (Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos) criada em 1947, com o objetivo de promover a educação de base e a organização comunitária atingindo principalmente os maiores de 15 anos, com o ensino supletivo; CNER (Campanha Nacional de Educação Rural) criada em 1952 visando à promoção da educação no campo para Jovens e Adultos; SIRENA (Sistema Rádio Educativo Nacional) criado pelo Ministério da Educação, em 1958.

Sobre este recurso para a alfabetização, é importante frisar que, desde os anos 1930, o rádio, meio de comunicação mais popular do período, é utilizado para a promoção da educação nacional, principalmente em regiões mais distantes das grandes capitais. Esse mecanismo gerou, em 1934, um das primeiras escolas radiofônicas municipais localizada no Rio de Janeiro, implantada e dirigida por Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e Roquete Pinto.

Embora todos esses programas carreguem suas especificidades, podemos afirmar que havia uma preocupação principal entre eles, e esta girava em torno do desenvolvimento comunitário e da criação de uma mentalidade de cooperação e participação na solução dos problemas locais. Essa lógica de participação coletiva atrelada ao envolvimento no processo de desenvolvimento da nação é uma tecla fortemente batida pelos nacionalistas brasileiros, nos anos 1960.

A palavra chave utilizada por esses ideólogos era “conscientização”. Para eles, era preciso fazer com que o povo tomasse consciência da sua condição como explorado, o que geraria uma reação em busca de sua própria melhoria de vida e, conseqüentemente, de forma encadeada, a promoção das reformas sociais que levassem a sociedade a um desenvolvimento pleno e igualitário. Esse trabalho deveria ser desempenhado essencialmente pelos intelectuais, pois eles dispunham

da capacidade necessária para fazer a leitura do cotidiano da sociedade e oferecer, a partir dessa leitura, uma possibilidade de ação.

Assim sendo, os intelectuais promoviam a educação para o Povo com fins de conscientização. Segundo Silke Weber, essa distribuição dos papéis sociais estava bem clara e definida na sociedade recifense dos anos 1960, pois,

Se o povo era o outro, esse outro o pobre, esse outro o desvalido, esse outro oprimido, então, nós os intelectuais éramos os conscientizadores do povo e de suas potencialidades. E essa ação conscientizadora acontecia na alfabetização, no teatro e na música, partindo do pressuposto da tomada de consciência. Mas, a ação conscientizadora não teve seqüência. Hoje, olhando para trás, admitimos que disso poderia ter surgido uma ação, sei lá... transformadora, revolucionária – como queiram chamar, de forma espontânea ou não tão espontânea assim, porque afinal de contas ela foi provocada, que gerasse as mudanças que sonhávamos (WEBER, 2009).

A camada intelectualizada, responsável por essa “ação conscientizadora”, atuava de acordo com a perspectiva gramsciana de intelectuais orgânicos. Intelectuais que, nos anos 1960, entre eles Paulo Freire, apostam na educação como a ferramenta-chave para essa conscientização e, conseqüentemente, para a liberdade das camadas mais pobres.

Essa perspectiva de transformação social, em sua maioria, não se pautava numa proposta de mudança radical do sistema político (uma revolução comunista, por exemplo), mas, sim, numa expectativa de “democratização da democracia”, pois facilitaria o processo de mutação e modernização desejado pela sociedade capitalista moderna, dentro dos limites vigentes, projeto em certa medida desfeito com o golpe de 1964.

Essa visão educacional foi, pouco a pouco, assimilada pelos programas dos governos populistas que estavam no poder desde Vargas até Goulart. Nos anos 1930, pela primeira vez na história do Brasil, a educação é apontada como um quesito de responsabilidade da União, o que justificou a criação de organizações como o Ministério da Educação e Saúde Pública (1930) e o Conselho Nacional de Educação (1931). Esses mecanismos faziam parte do plano de “reconstrução nacional” implantado pelos golpistas que entendiam a educação como elemento importante dentro da explosão demográfica nos centros urbanos do Brasil com a onda de industrialização. Apesar dos aparentes avanços, é preciso considerar que a postura do Estado ainda é muito tímida frente à realidade educacional brasileira.

Paulo Ghiraldelli (2003) afirma que o texto aprovado pela constituinte de 1934 fixou, no capítulo “Da educação e da cultura” da Carta Magna, a garantia da “gratuidade e obrigatoriedade do ensino primário integral”, mas não dispôs recursos suficientes para a demanda de mais de 65% da população analfabeta no país⁵³.

Em 1937, com a ditadura varguista, as tendências democratizantes da Carta de 1934 são invertidas e o Estado praticamente abre mão de sua responsabilidade para com a educação pública através de sua legislação máxima, assumindo um papel subsidiário em relação ao ensino, ao determinar no artigo 125 que: “A educação integral da prole é o *primeiro dever e direito natural dos pais*. O estado não será estranho a esse dever, colaborando, de maneira principal ou subsidiária, para facilitar a sua execução de suprir as deficiências e lacunas da educação particular” (BRASIL, 1937)⁵⁴.

Com o fim do Estado Novo e o processo de redemocratização, a educação sofre, mais uma vez, modificações e chega aos anos 1950 privilegiando o ensino técnico profissionalizante. Essa modalidade buscava atender aos projetos de desenvolvimento que eram o mote das campanhas políticas desse período. Com a administração de Juscelino Kubitschek (1956-1960), a educação nacional assume esse perfil embora, no seu Plano de Metas, Juscelino abra espaço para uma revisão das prioridades, estruturas e métodos do sistema de ensino; mas essa discussão voltava-se, sobretudo, às exigências do processo de desenvolvimento.

Propondo a criação de uma ideologia para o desenvolvimento, os intelectuais do ISEB logo perceberam a importância do papel que deveria ser desempenhado pela educação na difusão dessa ideologia, sendo, no nosso entendimento, Paulo Freire um dos principais nomes que contribuiu para uma aplicação da educação nesses termos. É no início dos anos 1960, no apogeu do populismo brasileiro, no dizer de Osmar Fávero, que nasceram alguns dos movimentos mais expressivos de educação e cultura popular do Brasil, pontuados brevemente na cronologia abaixo:

⁵³ Esses dados são referentes ao censo de 1920 e compreendem a população brasileira de 15 anos de idade e mais. Um novo censo é realizado em 1940 e, segundo a mesma fonte de pesquisa, apontava 56,1% de analfabetos no país. Fonte: IBGE, disponíveis na Revista Brasileira de Estatística Pedagógica, Brasília, v. 81, n. 199, p. 511-524, set./dez. 2000.

⁵⁴ Grifos nossos.

- a) Maio de 1960 – Movimento de Cultura Popular, criado no Recife e depois expandido para outras cidades do interior de Pernambuco, quando Miguel Arraes tornou-se prefeito da capital e, na seqüência, governador do Estado;
- b) Fevereiro de 1961 – Campanha “De pé no chão também se aprende a ler”, criada na cidade de Natal pelo prefeito Djalma Maranhão;
- c) Março de 1961 – Movimento de Educação de Base (MEB), criado pela Conferência Nacional dos Bispos no Brasil, apoiado por Jânio Quadros quando presidente da República;
- d) Março de 1961 – Centro Popular de Cultura (CPC), criado por Carlos Estevam Martins, Oduvaldo Viana Filho e Leon Hizman, na UNE, e difundido por várias cidades do Brasil pelas UNEs-Volantes;
- e) Junho de 1961 – Fundação da Promoção Social (FPS), organização ligada ao Serviço Social Contra o Mocambo e a outros órgãos do governo estadual, atuante na região do Grande Recife;
- f) Janeiro de 1962 – Campanha de Educação Popular da Paraíba (CEPLAR), criada por profissionais recém-formados e oriundos da JUC (Juventude Universitária Católica) e por estudantes universitários;
- g) Campanha de Alfabetização da UNE, com base nos métodos de alfabetização de Paulo Freire; propagava o ensino popular na cidade do Rio de Janeiro;
- h) Dezembro de 1963 – Instituto de Cultura Popular (ICP) atuante no estado do Rio Grande do Sul;
- i) Janeiro de 1964 – Programa Nacional Alfabetização (PNA), que aplicaria o sistema Paulo Freire em todo o Brasil. Era a institucionalização do método.

Todos esses projetos, nascidos no início dos anos 1960, estavam empenhados na promoção cultural dos jovens e adultos que compunham as camadas populares. Entretanto, é preciso ressaltar que, embora fizessem leituras aproximadas sobre o processo de conscientização promovido através da educação do povo, divergiam quanto à sua perspectiva da educação e de sua função social. Isso diferencia e caracteriza tais ações como educativas, mas também políticas. Eles representam um salto quantitativo nos indicadores de escolarizados no Brasil, resultado bem mais significativo do que os esforços empreendidos nos anos 1950.

Dentre a lista construída, o nosso destaque é para o Movimento de Cultura Popular por ser o primeiro projeto a propor um conjunto sistematizado de reflexões e

ações para erradicação do analfabetismo na cidade do Recife, congregando para tal o governo municipal, uma parte da intelectualidade e a população civil. O Movimento nasce num curioso momento da vida política do país em termos ideológicos e sociais, onde haveria uma aparente transição entre o modelo clássico de política para o modelo popular/populista: “o populismo como cooptação e o popular como participação” (FÁVERO, 2002, p. 185). Assim, teríamos ao mesmo tempo um grupo de intelectuais, artistas e professores “desejosos de uma participação ativa no processo de mudança que então se iniciava” e a disposição de Miguel Arraes em realizar um governo de tendência popular - não populista - aberto a todas as forças atuantes na comunidade, organizadas ou não. E esse encontro punha em discussão a estruturação do MCP, em 13 de março de 1960 (WEBER, 1984, p. 243).

Proveniente desse contexto, o MCP é oficialmente inaugurado e definido pelos seus criadores como uma organização social e política portadora de uma filosofia própria que, através da educação, animação cultural e da arte-educação (via teatro, música, cinema, alfabetização e recreação), agrega pessoas livres autônomas e conscientes. Entre os principais nomes que compuseram o Movimento nessa fase inicial, destacam-se: Germano Coelho, Abelardo da Hora, Anita Paes Barreto, Josina Godoy, Aluisio Falcão, Norma Porto Carreiro, Geraldo Afonso Vieira, Ariano Suassuna, Paulo Rosas, Maria Antonia Amazonas MacDowell, Francisco Brennand, Hermilo Borba Filho, dentre outros⁵⁵. Eles definiram os objetivos do MCP como sendo:

- 1) Promover e incentivar, com a ajuda de particulares e dos poderes públicos, a educação de crianças e adultos;
- 2) Atender ao objetivo fundamental da educação que é o de desenvolver plenamente todas as virtualidades do ser humano, através de educação integral de base comunitária, que assegure, também, de acordo com a constituição, o ensino religioso facultativo;
- 3) Proporcionar a elevação do nível cultural do povo preparando-o para a vida e para o trabalho;
- 4) Colaborar para a melhoria do nível material do povo através de educação especializada;
- 5) Formar quadros destinados a interpretar, sistematizar e transmitir os múltiplos aspectos da cultura popular (MEMORIAL DO MCP, 1986, p. 23-24).

⁵⁵ No cartório Emílio Tavares Rodrigues dos Anjos foi realizado o registro do MCP, bem como do seu estatuto, contendo o nome de 112 sócios fundadores. Nessa vasta lista estão presentes inúmeras personalidades da vida intelectual do Recife e de Pernambuco na época. Para a lista completa, ver: Memorial do MCP (1986, p. 57 a 69).

Embora o povo tenha encontrado um espaço maior de visibilidade com as atividades empreendidas como as Praças de Cultura e os Meios Informais de educação, dentro e fora do Sítio da Trindade (sede do MCP), a intelectualidade pernambucana se posiciona de forma superior e deste lugar estabelece as diretrizes do Movimento. Ao se dispor a “proporcionar a elevação do nível cultural da população”, os intelectuais emecepistas não conseguem se desvencilhar de suas concepções elitistas, revestindo suas intenções e atuações com a “autoridade” que o conhecimento científico lhes garantia.

Como advoga o professor José Batista Neto, “na avaliação da intelectualidade que compõe o Movimento de Cultura Popular, está presente um certo conceito de cultura-modelo e de cultura-referente” (BATISTA NETO, 1996). Entretanto, a aproximação desses pólos culturais permite outro olhar para a cultura popular: o que era exótico nos anos 1920 torna-se político a partir dos anos 1950 e transforma-se em arma nos anos 1960. Através dos eventos produzidos nos bairros do Recife, o povo em cena expõe seu cotidiano de pobreza e exploração, utiliza as peças teatrais, os cordéis e as cantigas para reivindicar seus direitos como cidadão. Esta era, segundo os intelectuais emecepistas, a revolução democrática tão temida pelos conservadores, ganhando formas e cores na periferia da cidade, como afirma a professora Silke Weber:

O povo via sua realidade retratada a partir das peças encenadas nas praças e ruas do Recife. Eu me lembro de muitas peças do Bertoldo Brecht que estavam no circuito do MCP, não que a motivação maior do público que lotava os espaços fosse ir assistir a sua realidade representada, eles iam pela festa, mas ao chegar lá a identificação acontecia com os enredos, era a realidade do trabalhador, do desempregado, dos mocambos e dos analfabetos virando arte (WEBER, 2006).

A proposta, vinda a partir de intelectuais do MCP para o povo, é de que, através da educação formal, ou seja, da apropriação dos conhecimentos do mundo letrado, era possível uma organização social e política, capaz de colocar o Nordeste em sintonia com o desenvolvimento experimentado pelo Sul e Sudeste do país. A organização política que agitou os anos 1960 em Pernambuco teve, então, como ingredientes principais a educação e a cultura popular.

O MCP, dessa forma, atende às aspirações da intelectualidade e promove uma atmosfera cultural com ar de novidade, capaz de criar ressonância em outros estados do Brasil. Mas, entendendo a definição de um programa ou de um

movimento como uma representação, como uma construção a partir da visão de realidade daqueles que a formularam, o que nos revelam os objetivos iniciais no MCP? Entre as respostas possíveis está a concepção de que o povo portava a originalidade e riqueza cultural constitutivo do ser brasileiro, mas carente do lapidar dos letrados que uma vez dispostos a promover essa ação, ajudariam na projeção do povo no espaço político-social.

A cidade do Recife embora assuma um ar romanceado por alguns dos intelectuais que viveram essa época não esconde as problemáticas sociais que tanto a caracterizavam conforme narramos no capítulo dois. Um desses personagens foi Wilton de Souza (pintor, desenhista e jornalista) que compõe o cenário artístico pernambucano da época, ao lado de Abelardo da Hora, Wellington Virgulino, Ladjane Bandeira dentre outros. Segundo as memórias de Wilton de Souza, nas tardes de sábado, por exemplo, o destino de boa parte da intelectualidade recifense era o 9º andar do edifício dos bancários na Avenida Guararapes, centro do Recife, onde funcionava uma sala do Departamento de Documentação e Cultura (DDC) da prefeitura, que exibia, num pequeno auditório, concertos de Mozart, Tchaikovsky, Beethoven, entre outros compositores *eruditos* de sua discoteca. Entre os jornais de circulação na cidade, era comum encontrar os anúncios de tais eventos conclamando o público a participar da audição dos concertos. Nesses espaços de sociabilidade, Wilton de Souza conheceu muitos nomes públicos, artistas já consagrados, contatos importantes para ele enquanto um artista ainda em formação e sem muito reconhecimento. Após os concertos, o rumo de muitos desses sujeitos era o *Bar Savoy*, o café *A Sertã*, o restaurante *A Cabana* ou qualquer outro ponto do centro da cidade, onde bebidas, política, arte e futebol pudessem ser degustados. Em entrevista, ele saudosamente desabafa:

Viver no Recife dessa época foi muito bom porque existia os clubes sociais onde acontecia todo fim semana festas, orquestras tocavam... tinha o clube português o do esporte o do náutico. Tinham os teatros, cinemas, que só entrávamos de paletó e gravata, as roupas não eram vendidas em lojas, era encomendadas aos alfaiates, e as pessoas andavam muito mais elegantes que hoje em dia. Havia uma maneira diferente de se vestir, de se falar de cortejar, eu me lembro de uma ocasião em que minha irmã Ladjane arrumou o namorado e ele foi lá em casa de camiseta, e ai papai minha irmã e disse: olha esse cabra aqui não eu não quero aqui” aqui só se entra de paletó e gravata, esse negocio de camiseta é para cabra safado. E o cara era formado, andava alinhado , mas nesse dia ele inventou de ir de camiseta... (risos) (SOUZA, 2009).

Para além do Recife cultural e boêmio, havia também o cenário caótico da cidade, universo largamente descrito pelos jornais consultados no decorrer da nossa pesquisa. Este Recife, por sua vez, era menos belo e erudito. Era o Recife dos contrastes sociais, das enchentes e alagamentos, do trânsito desordenado e das ruas esburacadas, do lixo a céu aberto, de pedintes e mendigos, dos mocambos e biscateiros que compõem a real imagem da terceira maior capital brasileira, já pontuada no capítulo dois. De acordo com Germano Coelho, logo após a posse de Arraes como prefeito em 1960, uma reunião foi realizada na sede da prefeitura e a grande questão discutida foi alguns desses graves problemas da cidade, em especial o educacional. Estava presente nessa reunião um grupo seletivo de intelectuais escolhidos pelo prefeito e seus assessores que receberiam a tarefa de construir um plano de educação cultural para a cidade do Recife.

Abelardo da Hora, um dos intelectuais presentes, ao lembrar esse episódio afirmou em entrevista que a idéia de Arraes era aproveitar a experiência artístico-cultural iniciada com o Atelier Coletivo, agregando à proposta as idéias de um grupo de católicos progressistas, para trabalhar com a alfabetização, no decorrer de seu governo. Apesar da diversidade cultural que o universo popular do Recife portava, a leitura feita pelos intelectuais é que essa riqueza cultural precisava ser lapidada, cuidada e preservada com a sua ajuda para que não apenas a produção, mas o agente produtor dessa cultura, o povo, fosse socialmente valorizado.

A idéia foi batizada de Movimento de Cultura Popular por Miguel Arraes que, após ouvir a experiência do casal Germano e Norma Coelho sobre a dinâmica cultura da França, decidiu criar uma versão brasileira do *“Peuple et Culture”*. A partir da estruturação em departamentos (alfabetização, esportes, recreação, música, teatro etc.), o primeiro passo dado pelo MCP para uma adesão das massas populares foi o deslocamento das atividades para as periferias, os interessados em aprender a ler e escrever não precisavam sair de suas comunidades para fazê-lo.

As escolinhas de alfabetização, assim como as oficinas de artesanato promovidas, funcionavam nos salões de festas das comunidades, paróquias, associações de bairro ou qualquer outro espaço que pudesse receber algumas cadeiras, um quadro, professores e alunos. As primeiras reuniões chamadas de “Círculos Populares” começavam sempre em torno das Fichas de Cultura, material didático desenvolvido pela equipe de educação que utilizava as situações existenciais como contextualização para a construção do conhecimento. Pesquisas

feitas nas comunidades a serem atendidas diagnosticavam os vocábulos mais utilizados pela população, esses eram chamados de “palavras geradoras”, e a partir delas o material didático era desenvolvido. O sucesso desse método está em aproximar a alfabetização do cotidiano do povo, o que facilitava a assimilação dos conteúdos didáticos propostos.

Com um pouco mais de um ano de funcionamento, o MCP elaborou um plano de transformação dos principais parques e praças da cidade, o que resultou nas famosas Praças de Cultura, espaços destinados ao lazer e à cultura da população da cidade. Alarga-se, dessa forma, a concepção de escola. Os parques e as praças, dotados de equipamentos necessários - bibliotecas, discoteca, teleclubes, auditórios para conferências e debates, concertos, teatro, aulas, projeção de filmes etc. - e do pessoal técnico indispensável, convertem-se em lugar para promoção de uma educação informal. O Diário de Pernambuco, noticiando essas ações, informa que

O parque de cultura do arraial do Bom Jesus ora em fase de instalação contará com todos esses elementos servindo assim como centro de irradiação cultural para uma das regiões de maior densidade populacional da cidade do Recife. Educadores, psicólogos, arquitetos, jornalistas, bibliotecários, estudantes universitários e secundaristas constituem o grupo de trabalhos que prepara as primeiras praças de cultura, cujo projeto já se acha em fase final de elaboração. Além do parque de cultura do arraial do Bom Jesus, serão instalados nos próximos meses as praças de cultura do Engenho do Meio e do Morro da Conceição (DP 16/09/1961).

Até o ano de 1962, o MCP dispunha de 200 escolas com cerca de 20 mil alunos - dentre os quais mais de nove mil crianças, sete grupos escolares “modelo” em vários bairros e sessenta escolas radiofônicas, numa extensa rede de atuação beneficiando centenas de pessoas⁵⁶. Com essa expansão, aos poucos, a popularidade do MCP foi crescendo e o projeto se consolidando. Suas ações passaram a ser pauta na Câmara Municipal do Recife que, constantemente, solicitava a constituição de novas unidades de ensino em áreas estratégicas da cidade:

Requerimento de número 757, da autoria do vereador Moacir Lacerda, indicando ao senhor prefeito a necessidade de mandar instalar, através do

⁵⁶ Dados apresentados no Memorial do Movimento de Cultura Popular ratificado por Silke Weber, disponíveis em: MEMORIAL DO MCP. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife (1986, p. 39). WEBER, Silke. Política e Educação: o Movimento de Cultura Popular no Recife. Rio de Janeiro. **Dados – Revista de Ciências Sociais**. Vol. 27 nº. 2/1984.

Movimento de Cultura Popular, uma escola primária, no local denominado Torrões, no Cordeiro;

Requerimento de número 1244, da autoria do vereador Antonio Alves Barbosa, mostrando ao senhor prefeito a necessidade de estudar a possibilidade de instalar uma escola primária do Movimento de Cultura Popular, no sítio do Souza, na Boa Idéia, no Cordeiro;

Requerimento 1138, de autoria do vereador Miguel Batista, solicitando ao senhor prefeito a construção, pelo Movimento de Cultura Popular, de uma escola no Córrego da Areia, em Nova Descoberta;

Requerimento de número 686, do vereador Eduardo Martins de Lima, formulando um apelo ao presidente do Movimento de Cultura Popular, no sentido de instalar uma unidade escolar na sede da Associação de Assistência social dos barraqueiros e feireros, sito à Rua Luiz Sales, 129, em Areais.⁵⁷

Foi delegada ao MCP, a partir de então, a responsabilidade de reverter o quadro de analfabetismo no Recife e a estruturação de uma rede municipal de ensino, fatores que acabaram caracterizando a gestão de Miguel Arraes como popular, em detrimento de uma opinião da direita, que via o seu exercício do poder público como uma ameaça comunista. Dentro da assembléia legislativa de Pernambuco, as opiniões se dividiam quanto às ações de Miguel Arraes principalmente com relação ao MCP, como observamos no documento abaixo:

Requeremos a mesa, após cumpridas as formalidades regimentais seja inserto na ata dos trabalhos de hoje, um voto de congratulações com o prefeito do Recife Dr. Miguel Arraes, pela feliz iniciativa da instalação dos trabalhos da meritória campanha pela extinção do analfabetismo, com a criação de numerosas escolas primárias nos diversos bairros dessa capital, a fim de diminuir o terrível déficit escolar existente no município do Recife superior a 100.00 crianças em idade escolar.⁵⁸

A oposição reagia e, em discursos inflamados, vereadores como Wandenkolk Wanderley, Otávio Correia, Inaldo Lima, Antonio Correia, dentre outros, criticavam abertamente a administração de Arraes e, em especial, o Movimento de Cultura Popular e a cartilha para alfabetização de jovens e adultos, criada em 1962, para servir de material didático nas aulas. Segundo eles, a cartilha era utilizada como um instrumento para doutrinação comunista, desvirtuando o propósito pelo qual o MCP foi criado, conforme declaração abaixo:

⁵⁷ As referências citadas estão disponíveis na CMR respectivamente: 16/08/1960; 04/10/1960; 19/10/1960; 09/09/1963.

⁵⁸ Declaração do deputado Luiz de França da Costa Lima. Arquivo da Assembléia Legislativa de Pernambuco. Anais: 05/1960.

Concedida a palavra ao vereador Wandenkolk Wanderley (...) êste passou a criticar o Movimento de Cultura Popular, dizendo que êsse Movimento estava desvirtuando de sua finalidade, citando, a propósito, fatos que vêm se passando naquele Movimento. Depois de várias considerações sôbre o assunto, o orador justificou um requerimento de sua autoria, para o qual – solicitou urgência e preferência (CMR 27/08/1962).

A solicitação do vereador refere-se ao requerimento nº 1063, de 27 de agosto de 1962, onde é pedida uma “comissão especial” para verificar o emprego de uma quantia de 80 milhões de cruzeiros, referente à subvenção do Município ao MCP. Essa solicitação demonstra o nível de embate ideológico que se vive nesse período. Sob os olhos atentos daqueles que lhe faziam oposição, o MCP pluralizava suas atividades chegando à implantação de cursos como o de corte e costura, artesanato, pintura e a prática de alguns esportes. Ainda em agosto de 1962, quando o prefeito Arraes se afasta do cargo para a disputa das eleições para governador do estado, o MCP com boa base de estruturação passa a ser referência no país dialogando com outros programas de promoção social como o CPC da UNE (presente em estados como Rio de Janeiro, Alagoas, Sergipe e Minas Gerais), o programa de alfabetização “De pés descalços também se aprende a ler” de Natal, a Campanha e Alfabetização e o Departamento de Arte Popular (DAP) no Pará, a Campanha de Educação Popular (CEPLAR) na Paraíba, entre outros⁵⁹.

Com o afastamento de Arraes, o Presidente da Câmara de Vereadores Antonio Moury Fernandes assume a prefeitura da cidade e passa a dificultar a existência do MCP. Sob a acusação de mau uso de dinheiro público, corrupção e má administração, ele propõe à câmara municipal a extinção do MCP. A proposta do novo prefeito encontra apoio entre aqueles que se opunham ao Movimento. Entretanto, a iniciativa é recebida com grande revolta por diversos setores da sociedade como as associações de bairro, entidades religiosas, beneficentes, estudantes secundaristas e universitários, que articuladamente elaboram uma campanha em defesa do MCP.

O parecer dado pela comissão de finanças da Câmara Municipal, manifestando-se favoravelmente ao MCP, ratifica sua idoneidade. Nos jornais utilizados em nossa pesquisa é possível encontrar todo o embate público que se dá

⁵⁹ Até o ano de 1964, vinte e um dos Estados brasileiros dispunham de trabalhos de cunho social voltados à alfabetização e à promoção da cultura popular. Para mais detalhes sobre a identidade e a localização desses projetos, ver Leite (1965).

em torno do MCP. Esse foi um importante espaço para a formação de uma opinião pública tanto contra como em defesa do Movimento. No Jornal do Commercio do dia 28 de outubro de 1962 é possível ler em letras garrafais: **“Das ‘escolas’ do ex-prefeito só se vê fumaça”**. A matéria acusa a prefeitura de Arraes de manipular o anúncio de implantação de escolas bem como de falsear dados referentes ao declínio do índice de analfabetismo, o que confirmaria o suposto desvio de verba pública. Toda essa rede de intrigas compõe as tramas políticas que antecedem o pleito de 1962 para o governo do estado do qual Arraes sai vencedor.

A vitória do MCP fortaleceu indubitavelmente a campanha eleitoral de Arraes que venceu o pleito com uma minúscula vantagem de votos sob o segundo colocado, o usineiro João Cleofas. Uma vez eleito, Arraes inicia a campanha de expansão da rede de atuação do MCP para o interior de Pernambuco, fato que encontrou ainda mais resistência por parte daqueles que temiam a alfabetização do campo. Antes mesmo da posse de Arraes e das ações do MCP se espriarem pelo interior, já havia solicitações para a implantação de escolas nas zonas rurais, exemplo disso é o requerimento nº. 1746 do deputado Orlando Parahym, de 24 de maio de 1960, onde lemos:

Requeremos da mesa que ouvido o plenário e satisfeitas as exigências do regimento interno da assembléia, formule um apelo ao exmo.sr. Secretário de educação e cultura no sentido de serem instaladas escolas na área do engenho Galiléia, recentemente desapropriado pelo estado. Justificação: o prazo fundamental para a valorização das populações rurais e a instrução elementar da mesma. Não se compreende plano de organização ou reforma agrária sem alfabetização das massas camponesas. Não há nenhuma escola primária nas terras do engenho Galiléia. Indispensável localizar nelas as primeiras escolas.⁶⁰

O Engenho Galiléia tornou-se um símbolo da luta e resistência do trabalhador rural contra a exploração dos grandes latifundiários, além de proporcionar uma intensa discussão em torno da urgente reforma agrária no Brasil, e a melhoria das condições de vida no campo, fatores tangenciais ao ensino básico de qualidade. No tocante à alfabetização, o Movimento de Educação de Base (MEB) se constitui como uma das principais ações, ao lado do MCP, no que diz respeito à formação cultural do homem do campo.

⁶⁰ Arquivo da Assembléia Legislativa de Pernambuco, Sessão Anais. 24/05/1960.

Ainda em 1962, por ocasião da inauguração da coleção Cultura Popular produzida pela Prefeitura, cujo primeiro trabalho publicado foi a coleção de desenhos Meninos do Recife de Abelardo da Hora, Germano Coelho escreveu “[O Movimento de Cultura Popular] é rigorosamente *apolítico*. Unindo intelectuais, estudantes e populares. Órgão amplo, pluralista, segundo o modelo da UNESCO, porquanto não discrimina filosofia, credo ou convicção ideológica” (Memorial MCP, p. 72). Mas, como considerar o trabalho do MCP como apolítico, se ele baseava-se num projeto de alfabetização, recreação e cultura voltadas para conscientização da população mais pobre da cidade do Recife?

A política era parte constitutiva do MCP, e não apenas porque ela era ligada ao governo estadual de Pernambuco, mas porque ao alfabetizar e ao permitir dentro de sua legenda pessoas de postura política tão diversa e tão clara, o Movimento abria seu flanco ao debate e embate político entre a esquerda e a direita partidária. Ideologicamente, o MCP era também dividido: de um lado estavam aqueles que defendiam uma ação puramente da conscientização para a libertação e, do outro, havia aqueles que lutavam pela “neutralidade” das ações, deixando essa conscientização como algo que ocorreria “naturalmente”.

3.3 A Revolução “Verde-Amarela”

No dia 23 de dezembro de 1961, o Diário de Pernambuco noticia em capa: “MCP e Prefeitura promovem Festejos, Amanhã, No Centro E no Sítio Trindade”. Tratava-se de mais uma festa pública criada pelo governo Arraes, em parceria com o Movimento, que alcançaria seis dias de grandes comemorações. No Sítio da Trindade estão presentes os mais diversos segmentos sociais, políticos e ideológicos da cidade, tanto na estruturação e elaboração do evento quanto na execução das etapas. Os bastidores dessa produção não estavam livres das tensões que envolviam, por exemplo, a participação dos comunistas na promoção de uma festa tipicamente cristã, que contava com os atentos olhos do IV Exército e da ala mais conservadora da sociedade católica.

Ao ser entrevistado para essa pesquisa, Germano Coelho, um dos maiores responsáveis pelo evento, lembra emocionadamente esse acontecimento. Ele declara que esses seis dias foram fruto de um intenso trabalho de todos os emecepistas, inclusive os assumidamente comunistas. Por diversas vezes, ele

afirmou ter recebido, até altas horas da madrugada em sua casa, Abelardo da Hora e Aluísio Falcão (indivíduos que nessa época ocupavam cargos de liderança no Partido Comunista Brasileiro) para juntos montarem a tal festa de Natal.

Os comunistas, especialmente aqueles ligados ao MCP, participaram desde a criação da idéia até a execução de todo o ritual que envolvia a *Procissão dos Paramentos* que percorreu as ruas do centro do Recife, da Avenida Guararapes até a Dantas Barreto. Ao final da procissão, ocorreu a celebração da missa de Natal precedida pela apresentação de Corais de igrejas católicas e protestantes e a representação de um auto de Natal realizado pelo grupo de teatro do MCP. Entretanto, havia uma tensão que envolvia essa “parceria”, como podemos perceber através de um episódio narrado por Germano Coelho. Segundo ele, havia certo lamento por parte de Abelardo da Hora, dentre outros, pois acreditava que apesar de todo aquele esforço da juventude comunista na elaboração da festa, eles seriam atacados publicamente, durante a missa, pela ala católica.

A preocupação do grupo tinha lá seus fundamentos, afinal era muito clara a postura da igreja católica em relação ao comunismo e suas ideologias, assim como o PCB era crítico no que diz respeito aos dogmas religiosos. Diante da celeuma, Germano reúne a liderança católica do MCP - Paulo Freire, Anita Paes Barreto, Padre Jaime Diniz, Geraldo Vieira, Paulo Rosas, Silvio Loreto, entre outros, e procura o arcebispo de Olinda e Recife, na época Dom Carlos Coelho, membro da família de Germano. Ele pede que Dom Carlos coloque-se sobre a co-participação dos comunistas e cristãos nas esferas emecepistas e, em especial, na festa de Natal. Depois de refletir, Dom Carlos se pronuncia ao grupo: “Pensei, meditei e rezei muito. Vocês podem cooperar com os comunistas”. Anita Paes Barreto responde: “*Podem* é muito pouco, Dom Carlos, para a responsabilidade que estamos assumindo”. Ao que o arcebispo devolve: “Podem e devem” (COELHO, 2002, p. 74).

A missa de Natal foi realizada pelo próprio Dom Carlos que, ciente do clima tenso, prega sobre “o evangelho e a justiça”, não fazendo crítica nenhuma aos comunistas que colaboraram carregando a cruz e as tochas feitas de bambu que iluminaram a cidade. Simultaneamente, como anuncia o Diário, no Sítio da Trindade o MCP e a Prefeitura, com o patrocínio dos Clubes de Diretores Lojistas da cidade, realizaram grandes festejos populares que, de acordo com o programa do evento distribuído em forma de folhetos à população, garantiam entre as atrações: “folclore natalino, reisados, mamulengos, bumba-meu-boi, presépios, pastoril, chegada e

retreta” (DP, 23/12/1961). O programa dos festejos espalhado por toda a cidade trazia a seguinte mensagem do prefeito Miguel Arraes:

Em cada mil crianças que nascem no Recife, uma centena já nasce morta, e mais das duzentas que sobrevivem morrem com menos de um ano. A ignorância, o desemprego, a doença e a fome que degradam o Recife, são responsáveis imediatos pelo crime, mas a sua causa mais profunda finca suas raízes na organização econômica e social injusta em que vivemos. O menino cujo nascimento em Belém, já quase 2 mil anos o Recife todo festeja, não teve casa para nascer, nem mesmo mocambo. Nasceu numa cocheira, entre animais, pobre entre os mais pobres. O seu grito de justiça ainda hoje ecoa, no Recife e em torno da sua mensagem todos os homens de boa vontade se unem para a renovação da face da terra (DP, 23/12/1961).

O ideal de justiça presente no discurso de Arraes aparece como uma questão a ser construída mediante o combate ao desemprego, à doença e à fome “que degradam o Recife”, preocupação aparentemente constante em sua gestão. Através da aproximação entre o significado emblemático da festa de Natal, materializado no personagem de Jesus Cristo, com o Recife ou, mais especificamente, com os pobres do Recife, Arraes faz a convocação para que todos se unam para promover a renovação... a transformação ou, para utilizar uma expressão muito peculiar ao seu discurso, a revolução.

O termo revolução é muito utilizado ao longo dos anos 1960 a 1964 e está presente em discursos tanto da direita quanto da esquerda política, tomado basicamente para designar um apelo a melhorias na qualidade de vida da sociedade e afirmação do progresso industrial do país. Essa revolução, entretanto, a depender do setor que a pronuncie, assume significados e sentidos os mais diversos, ora uma questão possível e necessária ao Brasil - por alavancar o crescimento econômico e a qualidade de vida da população - ora como um ato perigoso e perturbador da ordem e segurança nacional diante do qual a violência deveria ser fortemente utilizada.

No livro “Da Revolução”, publicado originalmente em 1963, Hannah Arendt assume a delicada tarefa de pensar as diferentes utilizações desse termo, ao longo da história, e afirma que as revoluções (assim como as guerras) determinaram a fisionomia do século XX. Ou seja, a revolução é um fenômeno peculiar à modernidade e, de forma especial, ela marca presença no século XX, tendo como objetivo maior a promoção da *liberdade*, que, assim como a igualdade, é

apresentada não com algo inerente à natureza humana, e sim produto de seus esforços. Esse ideal de liberdade é apresentado como um direito constitutivo do homem pela sua simples condição de homem, não podendo ser negociado sob qualquer outro princípio.

Originalmente, o termo revolução pertence ao universo vocabular da astronomia que, até meados do século XIX, o empregava para descrever o movimento giratório, cíclico, dos astros no céu executado independentemente de qualquer influência do poder humano (ARENDRT, 1990, p. 38). Depois da convencionalmente chamada de Revolução Francesa ou, mais especificamente, com a tomada da Bastilha, em 14 de julho de 1789, a libertação de alguns presos e a defecção das tropas reais frente a um levante popular, o sentido do conceito foi deslocado. Ainda segundo Arendt, “o movimento continua sendo visto através da imagem dos movimentos das estrelas, mas o que é enfatizado agora é que está além do poder humano detê-lo, e, como tal, é uma lei em si mesma” (Idem, *ibidem*).

É com base nesse deslocamento de sentidos que o significado do termo revolução chega ao século XX implicando transformações de ordem social e reordenações nas esferas do poder, consolidando ao longo de seus processos o ideal de liberdade. Particularmente no caso brasileiro, várias plataformas políticas, no contexto populista dos anos 1960, tomam como ponto de partida uma suposta revolução. De forma recorrente, encontramos entre os jornais e discursos políticos desse período diversas menções a uma “Revolução Brasileira”, fenômeno que estaria em curso propondo uma reformulação política e, com isso, uma transformação social para o país. Dessa forma, discutia-se uma aproximação equilibrada entre o desenvolvimento econômico e social do país. Mas, o que seria essa revolução brasileira tomando como parâmetro analítico a idéia de transformação agregada ao conceito entre os séculos XIX e XX?

As primeiras referências a uma chamada Revolução Brasileira estão presentes nas interpretações dadas ao programa das Reformas de Base do presidente João Goulart. O coeficiente das mudanças no setor econômico, agrário e cultural do país, mudanças estas a serem promovidas pelas Reformas de Base, pode ser entendido como parte do curso da “Revolução”, que seria, então, fruto de uma crescente organização e conscientização popular, que contava ativamente com a intervenção dos intelectuais na produção de estratégias que resultassem na libertação do povo da opressão, e na superação das condições desiguais de

desenvolvimento econômico brasileiro. Nesse sentido, os contornos assumidos pela Revolução Brasileira são apontados por Souza (2004) como

Um projeto de construção nacional que implica a realização das reformas de base, como um de seus primeiros passos, na luta pela conquista das liberdades democráticas que permitam a organização da resistência e da unidade do povo para que se liquide com o imperialismo, o latifúndio e as relações de produção exploradora / opressora (SOUZA, 2004, p. 229).

Com base em tais ações é possível perceber que, de maneira geral, o nordeste brasileiro se configurava de forma especial como um dos principais espaços para a ação “revolucionária”, haja vista o cenário de contradições sociais e o subdesenvolvimento econômico e humano. Desta forma, podemos afirmar com base nos jornais que, numa esfera local, a Revolução Brasileira se consubstancia na cidade do Recife em pelo menos dois sentidos: um positivo, revestido de um caráter de justiça e liberdade; e outro nocivo e perigoso, por ser capaz de suscitar a insatisfação do povo, materializada numa possível insurreição armada que provocaria um caos social, violência e ameaçaria a segurança pública.

Os intelectuais, através dos jornais, exploram e ampliam a discussão, num esforço de traduzir para a população aquilo que estava na pauta da política e que implicava diretamente na dinâmica social. Sobre esse tema, o jornal Última Hora declara:

O Brasil não está às portas de revolução nenhuma. Estamos em pleno processo revolucionário. Quem duvidar que consulte as estatísticas do progresso nacional, ou a memória na evocação de uma realidade passada que nos dias de hoje continuam a alterar. (...) Não há o que temer. A subversão só tem sentido e eficiência se fôr comandada pelo ódio ou pelo desespero. O povo brasileiro não tem ódio no coração, e o desespero será contido na proporção em que as classes dirigentes e os homens da produção contiverem o egoísmo e a afrontosa insensibilidade (Última Hora, 19/07/62).

Esse trecho compõe a coluna de Economia e Finanças de autoria de João Pinheiro Neto, onde é feita uma série de críticas à carga tributária brasileira, ao capitalismo como modelo econômico e ao desenvolvimento descompassado da nação, e serve-nos de exemplo para pensarmos como o discurso da Revolução Brasileira permeia amplos setores da sociedade e do poder. Certamente, nem todos faziam tal uso da expressão, e aos reacionários cabia o papel de criticar a

administração de Arraes, apontado pelos anti-governistas como o principal responsável pelo clima de insegurança e medo que pairava sobre o Recife.

Depois da posse como governador do Estado de Pernambuco, em 1963, Miguel Arraes em todos os seus principais discursos públicos⁶¹ menciona a questão da Revolução Brasileira, destacando nela o papel do Nordeste e de “seu povo nesse processo histórico”. Neles, Arraes parecia responder às provações que recebia de todos os lados da sociedade, segundo ele porque

Sabem que agora quem está no Governo de Pernambuco é o povo, tudo fazem para criar um falso clima de insegurança e de intranquilidade, tentando apontar o governo como subversivo, e mostrar que o Nordeste, sob a liderança de um Pernambuco incendiado pela miséria e pela fome, constitui a mais imediata e mais seria ameaça à pacífica prosperidade de outras regiões brasileiras (ARRAES, 1963).

De fato, com a chegada de Arraes ao governo, o clima entre seus inimigos políticos fica cada vez mais acirrado, quase que diariamente os jornais, assim como a Câmara de Vereadores e a Assembléia Legislativa, são palco para discursos críticos, duros e acusadores contra o governador. E, entre os principais pontos de tensão, estava o Movimento de Cultura Popular, que segundo essas acusações seria um espaço para proliferação de doutrinas comunistas.

Inegavelmente, as ações empreendidas pela gestão de Arraes na prefeitura e no governo do Estado (seja no tocante ao investimento na formação cultural, saúde e lazer da população através do MCP, ou às questões políticas como a proliferação dos sindicatos, agremiações, associações de moradores na cidade do Recife e iniciativas no campo com as ligas camponesas) implicavam numa série de manifestações novas que dão a Pernambuco e em destaque ao Recife uma possibilidade de transformação social, através dessas novas reordenações do poder político.

Se, assim como Hannah Arendt, concebermos revolução como sendo um processo de transformação social sob a bandeira da liberdade, não só podemos afirmar que o Recife foi um dos grandes espaços onde a Revolução Brasileira se

⁶¹ Entre a posse como governador do Estado (31 de janeiro de 1963) até o pronunciamento por ocasião do primeiro (e único) aniversário de governo (31 de janeiro de 1964), contabilizamos quatro grandes discursos proferidos por Arraes realizados dentro e fora de Pernambuco. Em todos eles há ao menos uma menção à Revolução Brasileira. Para análise dos textos ver: Memória do MCP (1986) e Debert (1979).

materializou, como também podemos caracterizar o Movimento de Cultura Popular com uma das instâncias responsáveis por essas mudanças. Assim sendo, tanto o povo quanto o grupo de intelectuais envolvidos em atividades como o teatro do oprimido, os usuários das cartilhas para a alfabetização de adultos, os espectadores dos filmes e debates sobre a condição de exploração imperialista brasileira e aqueles que freqüentavam as praças de cultura são peças fundamentais na engrenagem cujo produto ideal seria uma nova sociedade.

Esse é um momento da história em que se passa a exigir, dos diversos setores da sociedade, uma tomada de posição frente aos rumos dos acontecimentos. Nesse processo, muitos grupos se fragmentam como, por exemplo, as igrejas católica e protestante. Tradicionalmente, a igreja estaria ao lado da direita, contra, portanto, os segmentos esquerdizantes; entretanto, ela envolveu-se em diversos projetos sociais como o MCP, o MEB e outros projetos que defendiam uma teologia da libertação. É nessa linha de pensamento que muitos católicos e protestantes aderem ao MCP por exemplo.

Dentro desse subgrupo, houve muitos que viram na radicalização do processo a melhor estratégia política para a construção de um novo desenho social. Embora soubéssemos que esse grupo era significativamente atuante na sociedade, nos surpreendemos com o discurso de alguns líderes de igrejas protestantes proferidos na I Conferência dos Evangélicos Brasileiros, realizada no Recife em julho de 1962. Temas como o salário mínimo, a Reforma Agrária, a miséria e mortalidade infantil no país compuseram os fóruns, além dos encaminhamentos da SUDENE para o desenvolvimento do Nordeste. Um dos palestrantes, o professor Gerson Maciel Neto, catedrático da Faculdade de Direito de Caruaru e assistente da Faculdade do Direito do Recife, declarou em uma das suas falas sobre a Revolução Brasileira e suas faces:

Antes uma revolução, um derramamento de sangue, mas que estanquemos a miséria. Estranho o fato de muitas pessoas se alarmarem com a idéia de morrerem alguns milhares de pessoas numa revolução armada, sem ao menos se lembrar de que diariamente, por motivos diversos, milhares de pessoas morrem sem assistência médica e alimentação. Somente em um bairro do Recife (Casa Amarela) morrem 500 de cada 1000 crianças que nascem. No estado do Maranhão 78% da população não tem assistência médica de nenhuma forma, havendo 1 médico para cada 75 mil pessoas (UH 23/07/1962).

Questionado sobre o papel desempenhado pela SUDENE e seus resultados práticos, o professor afirmou acreditar nas boas intenções dos técnicos, porém “não acho que o programa seja definitivo. Certas mudanças só podem ser feitas com uma modificação do regime. E no caso brasileiro só acredito no sucesso de uma revolução se ela for socialista”. Tal declaração abre um grande campo de possibilidades quanto às interpretações e às finalidades assumidas diante das várias perspectivas acerca da revolução brasileira, assim como o papel que a população cidadina deveria assumir nessa revolução.

No final do mês de março e início de abril de 2004 (exatos quarenta anos depois do golpe civil-militar), a Fundação Joaquim Nabuco, em Recife, realizou um seminário nacional tendo como principal objetivo discutir os episódios que envolveram 1964 sob seus diversos aspectos e suas implicações sociais, políticas e econômicas. Para tal, intelectuais que vivenciaram esse momento histórico e pesquisadores sobre o período foram convidados a compor um ciclo de debates, dentre os quais destacamos as professoras e educadoras Silke Weber e Heloísa Buarque de Hollanda, o então vice-prefeito do Recife, Luciano Siqueira, o senador da República, Cristovam Buarque, o Ministro da Cultura, Gilberto Gil, os ex-governadores Miguel Arraes (PE), Seixas Dória (AL), Waldir Pires (BA), os professores Flávio Weinstein e José Arlindo Soares, a economista e também professora Tânia Bacelar, dentre outros personagens que vivenciaram o desfecho de 1964 sob prismas diferentes.

É importante ressaltar que a análise desses indivíduos é um discurso produzido quarenta anos depois de 1964, ou seja, está marcado pelas condições e possibilidades de um presente muito destoante do cenáculo dos anos 1960. Nesse exercício de análise do passado, seja narrando um Brasil de forma geral, seja detalhando experiências pessoais, o que se constrói é uma memória selecionada, pensada, refletida e ressignificada pelo presente. Diferenças à parte, o grupo consensualmente chegou à conclusão que o golpe de 1º de abril de 1964 não era um fato inevitável, pré-determinado ou mesmo única alternativa para contenção das massas populares que, sob a legitimação da ambigüidade aberta pelo sistema populista, assumem um papel de considerável destaque na política nacional. A aparente convulsão nacional provocada (segundo a direita política) pelos grupos radicais poderia ter outro desfecho que não um golpe de Estado.

Para boa parte dos intelectuais que vivenciaram esse período, houve uma espécie de “permissão” da sociedade na medida em que esta não foi capaz de considerar a possibilidade de um golpe⁶². E, mais ainda, não ter havido uma reação popular que servisse de resposta à altura foi um aspecto determinante não apenas no ato do golpe (com a tomada das sedes administrativas do poder estadual e federal), como no seu sucesso. Sobre isso, lembra Silke Weber:

A ação conscientizadora não teve seqüência... Hoje, olhando para trás, admitíamos que disso poderia ter surgido uma ação... Sei lá transformadora, revolucionária como queiram chamar, de forma espontânea ou não tão espontânea assim porque afinal de contas ela foi provocada. As lideranças até acreditavam, mas quando o golpe aconteceu ficou a pergunta... Cadê? Cadê a organização que poderia dar sustentação a uma resistência? Olhando para trás, isso não me surpreende! Você não pode fazer uma ação dessas num espaço de três anos... E isso a gente aprendeu a duras penas. Eu [já morando na França] tomei um susto quando abri o Le Monde e vi o golpe sendo amplamente divulgado não só o golpe, mas antes mesmo, o Brasil já era notícia. Desde a revolta dos marinheiros, o grande comício, as ações de João Goulart, tudo isso era matéria da primeira página nos jornais, praticamente todos os dias e com as interpretações de todos que Goulart continuaria no governo... Eu conversei com muita gente e ninguém esperava que o golpe durasse um ano, quando na verdade durou 20 anos. A gente sonhou... A gente pensou que todas as pessoas estavam engajadas quando, na realidade (havia os engajados), estavam aproveitando a oportunidade de enriquecer culturalmente, oportunidade de trabalho, oportunidade de ter acesso a educação... Enfim, oportunidade até de ganhar visibilidade e depois ser eleito de alguma forma, também teve isso... Mas... Faz parte do jogo político (WEBER, 2009).

O processo de “radicalização” no qual o Nordeste, e em especial Pernambuco, engrenava (a partir das Ligas Camponesas no campo, dos ativos sindicatos e associações de moradores da cidade, com a democratização da educação através da ampliação do acesso e permanência de crianças, jovens e adultos nas escolas de alfabetização, resultando no aumento do número de eleitores

⁶² Sobre a questão dessa não previsibilidade do Golpe de 1964 por artistas e demais intelectuais da cidade do Recife, Lúcia Barbosa (2005) coloca: “O Brasil encaminhava-se **pacificamente**, através da Revolução pelo voto, para o socialismo; seja através de governos cada vez mais à esquerda, ou através de projetos políticos e culturais que envolviam a educação popular. Como não crer nessa revolução? O Recife era considerado um centro cultural; os partidos de esquerda estavam chegando ao poder. Os ares respirados na cidade eram democráticos. Os discursos de Francisco Julião empolgavam a juventude urbana e ecoavam entre favelas e intelectualidade do Rio de Janeiro e irritavam jornais em São Paulo. O plano piloto da SUDENE estava sendo encaminhado. O movimento cultural estava vivo, na cidade, e fazia sucesso no sul, através de obras como a de Ariano Suassuna. A prática da Frente do Recife era inclusiva: através de projetos de praças de cultura, de alfabetização, de organização de associações de bairro... **Como não crer nessa revolução, numa socialização democrática e pacífica?**” (BARBOSA, 2005, p. 324). *Grifos nossos*.

no Recife, na forma funcional e política que setores artísticos da cidade desenvolviam suas atividades culturais) foi discutido de forma intensa na tentativa de fornecer subsídios para a tese de constituição de um espaço público e político no Brasil, que teve como base a atmosfera populista e desenvolvimentista.

No entanto, a aposta feita pela intelectualidade (não só pernambucana, mas brasileira) no processo de conscientização do povo não gerou os efeitos esperados: uma reação organizada contra o governo golpista. Certamente, não queremos desconsiderar as frentes de resistência, armadas ou não, que lutaram pela volta da democracia ao longo das duas décadas que se seguiram. No então, esses movimentos não se mostraram suficientemente firmes e estruturados para resistir ao golpe. Ao contrário do que a mídia expunha, esses intelectuais não possuíam um arsenal de armas escondido para a batalha que se aproximava. O trabalho que desempenhavam era no combate ao analfabetismo, à desinformação, ao imperialismo cultural e econômico.

De fato, se tomarmos o ano de 1960 e a administração de Arraes na prefeitura do Recife como um marco para a democratização das discussões políticas, havia ainda muito para ser consolidado em termos culturais e ideológicos. Se considerarmos que os fenômenos sociais são lentos em seus processos, o espaço de apenas quatro anos de fato foi importante para modificação da participação política na esfera pública, porém não suficiente para uma resposta aos golpistas e o restabelecimento da democracia.

O Movimento de Cultura Popular, por exemplo, foi completamente desarticulado. No dia 1º de abril, dois tanques do IV Exército invadiram o gramado e fecharam a sede do MCP no Sítio da Trindade, impedindo qualquer movimentação de professores e alunos. Figurinos, livros, cartilhas de alfabetização, vitrolas e alguns discos foram apreendidos sendo destruída boa parte desse material. Os prédios em que funcionavam as escolinhas de alfabetização, cedidos à Prefeitura, organizações privadas entre outras, foram um a um tomados e incorporados à nova gestão golpista. Até o final de 1964, continua o trabalho de reaver todos os bens do MCP conforme a lei nº 9297 promulgada em 16 de novembro de 1964 pela Câmara Municipal do Recife, na pessoa do seu presidente Wandenkolk Wanderley:

Art. 1º - Fica denunciado e rescindido o contrato de administração de bens e execução de serviços, celebrado entre a Municipalidade do Recife e o Movimento de Cultura Popular (MCP), em 19 de julho de 1962, em virtude

de não ter sido ouvido o Poder Legislativo e assim, deixar de ser atendido o previsto nos arts. 46, n. VII e 67, n. XIX, da lei nº 445, de 4 de janeiro de 1949 (Lei de Organização Municipal) e, ainda, por ser público e notoriamente comunista a orientação e direção anteriores do mesmo Movimento. Art. 2º - Em consequência da rescisão aqui decretada, reverterão ao patrimônio do Município todos os bens cedidos ao referido Movimento (CMR. IL-30 – B) 16/11/1964.

Os trâmites legais, ao que parece, foram mais lentos do que as ações empreendidas após o golpe. Segundo nossos entrevistados, com a tomada do Sítio da Trindade, as atividades do MCP nos outros pontos da cidade também foram freadas. O governo militar, ironicamente, busca respaldo num dispositivo “legal e constitucional” para a absorção dos bens adquiridos nos quase quatro anos em que o MCP funcionou. Sob acusação de comunismo, pautada em falsas denúncias, documentos e testemunhas, os militares provocam a inteira desarticulação desse e de outros movimentos dentro e fora de Pernambuco. Entre essas “provas” forjadas estão as imagens abaixo:

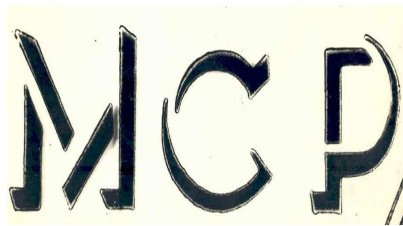


Fig. 10: Sigla do Movimento de Cultura Popular, 1960. Fonte: FUNDAJ.

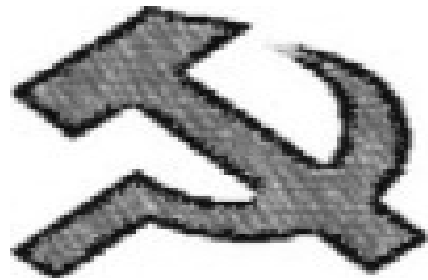


Fig. 11: Símbolo do Partido Comunista. Fonte: site do PCB disponível em: www.pcbdob.org.br

A sigla do Movimento de Cultura Popular aparece montada com traços que lembram as ferramentas símbolo do Partido Comunista Brasileiro. Essas imagens circularam pela cidade do Recife de forma freqüente após o 1º de abril na tentativa de “desmascarar” a real face do Movimento que, segundo eles, estava relacionada estreitamente com a doutrina comunista. Essa foi uma das principais estratégias adotadas pelos militares, principalmente até início dos anos 1970: aproximar qualquer indivíduo ou entidade das características comunistas (demonizado na época), pois isso se constituía em razões mais do que legítimas para uma ação de intervenção.

A grande maioria dos intelectuais engajados nesse processo de Revolução Brasileira, seja no MCP ou em outros espaços de atuação, teve o mesmo destino: a acusação de envolvimento com o comunismo, prisão, exílio e, para muitos, a morte. Cerceados de sua liberdade de expressão e atuação, eles viram rapidamente seus projetos e ideologias serem extirpados do espaço público cidadão dando lugar à nova ordem constituída.

O processo de “radicalização” no qual o Nordeste, e em especial Pernambuco, engrenava (a partir das Ligas Camponesas no campo, dos ativos sindicatos e associações de moradores da cidade, com a democratização da educação através da ampliação do acesso e da permanência de crianças, jovens e adultos nas escolas de alfabetização, resultando no aumento do número de eleitores no Recife, na forma funcional e política que setores artísticos da cidade desenvolviam suas atividades culturais) foi discutido de forma intensa na tentativa de fornecer subsídios para a tese de constituição de um espaço público e político no Brasil, que teve como base a atmosfera populista e desenvolvimentista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das (ainda) muitas lacunas que caracterizam os percursos historiográficos sobre os aspectos culturais e sociais da primeira metade dos anos 1960 no Brasil, esse trabalho se constitui num esforço de diminuir tal hiato, oferecendo uma análise das categorias intelectuais e povo num Recife peculiar. A expectativa é de que essa dissertação possa trazer algumas respostas, mas principalmente fazer aflorar outras questões que certamente constituem essas relações e tramas que por um motivo ou outro não foram pinçados.

A escolha por pensar o Recife sob a ótica de uma intelectualidade que, imbuída de um “espírito iluminista”, faz uma alta aposta na formação cultural da sua principal criação, O POVO, descortina elementos do cotidiano citadino onde a coexistência de tais categorias é marcada pela expectativa no outro. A Revolução Brasileira poderia ser um bom exemplo para visualizarmos esses quadros: os intelectuais investem no capital cultural da massa analfabeta brasileira que, uma vez portadora de tal conhecimento, estaria ideologicamente pronta para mover as hélices do moinho das transformações sociais e políticas reclamadas por muitos.

Seria esse pensamento de Germano Coelho, Silke Weber, Josina Godoy, Paulo Freire e tantos outros que construíram o MCP? Esse seria o papel da alfabetização e da profissionalização de tantos mocambeiros que favelizavam o Recife? Uma coisa nesse conjunto de incertezas é afirmável: o ambiente cultural, político e social da cidade e do Nordeste proporcionou as condições materiais e ideológicas para a institucionalização de vários projetos educacionais que colocaram em xeque os conceitos de democracia que permeavam o Brasil.

Senão oficialmente, ao menos de forma secundária, esse foi um papel desempenhado pelo MCP que, através dos eventos produzidos nos bairros do Recife, pôs o povo em cena e expôs seu cotidiano de pobreza e exploração, através da utilização das peças teatrais, dos cordéis e das cantigas, para que o povo, através da sua cultura, *a cultura popular*, pudesse reivindicar seus direitos como povo cidadão. Esta era a revolução democrática tão temida pelos conservadores, ganhando formas e cores na periferia da cidade...

A proposta, vinda dos intelectuais do MCP para o povo, é de que através da educação formal, ou seja, da apropriação dos conhecimentos do mundo letrado, era possível uma organização social e política capaz de colocar o Nordeste em sintonia

com o desenvolvimento experimentado pelo sul e sudeste do país. A organização política que agitou os anos 1960 em Pernambuco teve, então, como ingredientes principais a educação e a cultura popular. O MCP dessa forma atende às aspirações da intelectualidade e promove uma efervescente atmosfera cultural, capaz de criar ressonância em outros estados do Brasil.

A metodologia aplicada no exercício da alfabetização gera uma reflexão sobre as temáticas propostas. Esta por sua vez provocaria uma reação pela comunidade num movimento de transformação de sua condição de vida a partir da tomada de consciência do sistema no qual estava envolvida. Os intelectuais do MCP concebiam a prática como libertadora e vislumbravam a possibilidade de popularização das escolas alfabetizadoras. Na zona rural, por exemplo, onde o analfabetismo era ainda mais acentuado que na capital, despertavam para a iniciativa e reivindicaram a implantação de escolas nas propriedades rurais, feito recebido por muitos como perigoso. O fato é que apavorava a perspectiva de ver 200 mil camponeses alfabetizados.

Os anos 1960, em Pernambuco, devem muito dos seus tensos momentos políticos e sociais às atividades do MCP que, ao proporcionar uma organização e conscientização das massas, abala os interesses de uma elite nacional burguesa e direitista adversa a essas posturas. Os resultados dessas incompatibilidades resultaram no golpe militar de 1º de Abril de 1964, que encerrou não só experiências plurívocas como as do MCP como a castração de inúmeros órgãos de representação popular.

FONTES

1. Jornais

- Diário de Pernambuco. Recife: Diários Associados, jan.1960 a dez. 1964
- Jornal do Commercio. Recife: Empresa Jornal do Commercio, jan.1960 a dez. 1964
- A Hora: Recife: jan.1963 a dez. 1964
- Última Hora. Recife: Editôra Última Hora S.A., jan.1962 a dez. 1964

2. Documentos Oficiais

- Câmara Municipal do Recife:
 - Atas das sessões, jan.1960 a dez. 1964
 - Ofícios expedidos, jan.1960 a dez. 1964
 - Ofícios recebidos, jan.1960 a dez. 1964
 - Leis, jan.1960 a dez. 1964
- Assembléia Legislativa do Recife:
 - Anais, jan.1960 a dez. 1964
 - Atas das sessões administrativas, jan. a dez. 1964
 - Requerimentos, jan. a dez. 1964

REFERÊNCIAS

- ABREU, Martha (org.). **Ensino de História**. Rio de Janeiro: Ed. Casa da Palavra, 2003.
- AGUIAR, Roberto Oliveira de. **Recife, da Frente ao Golpe**: ideologias políticas em Pernambuco. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1993.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **História das usinas de açúcar de Pernambuco**. Recife: FJN. Ed. Massangana, 1989.
- ARENDT, Hannah. **Da Revolução**. 2. ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1990.
- ARRAES, Miguel. **Memorial do MCP**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1986. (Coleção Recife – Vol. XLIX).
- BARBOSA, Letícia Rameh. **Movimento de Cultura Popular**: impactos na sociedade pernambucana. Recife: Ed. Bagaço, 2009.
- BARBOSA, Lúcia Falcão. **O castelo de Alecrim**: Intelectuais no Recife, em 21 de abril de 1960. 2005. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.
- BARRETO, Anita Paes. **Memorial do MCP**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1986. (Coleção Recife – Vol. XLIX).
- BARRETO, Túlio Velho (org.). **Na trilha do golpe - 1964 revisitado**. Recife: Massangana, 2004.
- BASTOS, Elide Rugai (org.). **Intelectuais**: sociedade e política. São Paulo: Cortez, 2003.
- BATISTA NETO, José. MCP: O Povo como Categoria Histórica. Coleção Tempos e espaços, Volume I. In: RESENDE, Antonio Paulo (org.). **Recife**: que história é essa? Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1987.
- BERNARDES, Denis. **Recife**: O caranguejo e o viaduto. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1996.
- BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o Poder**. São Paulo: UNESP, 1997.
- BOLLÈME, Geneviève. **O povo por escrito**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1988.
- BOTELHO, André. Anatomia do Medalhão. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. vol. 17 nº. 50, São Paulo, 10/2002.

BRASIL. **Constituição da República Federativa**, 1937.

BRASIL. MEC. **Lei de Diretrizes e bases da Educação**. Nº. 4.024/1961.

BRASIL. MEC. **Lei de Diretrizes e bases da Educação**. Nº. 9.394/1996. Brasília, 2009.

CANCLINI, Nestor García. **Culturas Híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2000.

CAVALCANTI, Paulo. **O Caso eu Conto Como o Caso Foi**: da coluna Prestes à queda de Arraes. 3. ed. Recife: Guararapes, 1980.

CERTEAU, Michel. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

_____. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre as práticas e as representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1985.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e Democracia**: o discurso competente e outras falas. São Paulo: Moderna, 1981.

_____. **Conformismo e resistência**: aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. **O silêncio dos intelectuais**. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

COELHO, Germano. Pelo Resgate da memória do MCP. **Memorial do MCP**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1986. (Coleção Recife – Vol. XLIX).

_____. Paulo Freire e o Movimento de Cultura Popular. In: ROSAS, Paulo (org.). **Paulo Freire**: Educação e Transformação Social. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2002.

_____. Entrevista concedida à pesquisadora. 2009.

COHN, Amélia. **Crise regional e planejamento**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

DEBERT, Guita Grin. **Ideologia e Populismo**: A. Barros, M. Arraes, C. Lacerda, L. Brizola. São Paulo: A.T. Queiroz, 1979.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Sociedade civil e Democracia**: Um debate necessário. São Paulo: Cortez, 2007.

FÁVERO, Osmar. MEB – Movimento de Educação de Base. Primeiros tempos: 1961 – 1966. In: ROSAS, Paulo (org.). **Paulo Freire**: Educação e Transformação Social. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2002.

FREIRE, Paulo. **Educação e Atualidade brasileira**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

FURTADO, Celso. **A Fantasia Desfeita**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

_____. **A Operação Nordeste**. Rio de Janeiro: Ministério de Educação e Cultura, 1959.

GADOTTI, Moacir (org.). **Paulo Freire uma biobibliografia**. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire; Brasília, DF; UNESCO, 1996.

GHIRALDELLI JR., Paulo. **Filosofia e história da educação brasileira**. São Paulo: Manole, 2003.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos Movimentos Sociais**. Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997.

GOMES, Ângela de Castro. O populismo e as Ciências sociais no Brasil. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, Vol. 1, Nº 2, 1996.

GOMINHO, Zélia. **Veneza Americana x Mucambópolis**: o Estado Novo na Cidade do Recife (décadas de 1930 – 1940). J. dos Guararapes, PE: Edição do Autor, 2007.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção Dialética da História**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

_____. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

_____. **Maquiavel, a política e o Estado Moderno**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

GRUZINSKI, Serge. **O pensamento mestiço**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GUSMÃO, Jaime de A. Filho. **Pelópidas, o homem e a obra**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2005.

HALL, Stuart. **Da diáspora**. Belo Horizonte: Ed. Universitária de Minas Gerais, 2003.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Multidão: Guerra e democracia na era do império**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

HOBSBAWN, ERIC J. **Nações e Nacionalismo desde 1780**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

HORA, Abelardo da. Depoimentos sobre o Atelier Coletivo por Abelardo da Hora. In: SILVA, José Cláudio da. **Memória do Atelier Coletivo**. Recife 1952-1987. Recife: Artespaço: 1982.

HORA, Abelardo da. Entrevista concedida à pesquisadora. 2009.

JACCOUB, Luciana de Barros. **Movimentos Sociais e Crise Política em Pernambuco (1955-1968)**. Recife: Massangana, 1990.

LACLAU, Ernesto. O retorno do Povo: Razão populista, antagonismo e identidade coletiva. **Dados – Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro. Nº. 23/2005.

LAVALLE, Adrian Gurza. **Vida Pública e Identidade Nacional: leituras brasileiras**. São Paulo: Globo, 2004.

LE GOFF, J. Prefácio. In: BOLLÈME, Geneviève. **O povo por escrito**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1988.

LEAL, Weydson Barros. **Ensaio com Abelardo da Hora**. Recife: Instituto Abelardo da Hora, 2005.

LEITE, Sebastião Uchoa. Cultura Popular: esboço de uma resenha crítica. **Revista Civilização Brasileira**. Ano I n° 4. Rio de Janeiro, 1965.

LOSURDO, Domenico. Os intelectuais e o conflito: responsabilidade e consciência histórica. In: BASTOS, Elide Rugai. **Intelectuais e Política: a moralidade do compromisso**. São Paulo: Olho D'água, 1999.

LOWY, Michel. **A evolução política de Lukács (1909-1929)**. São Paulo: Cortez, 1998.

MACIEL, A. Agitação nas ruas é 1962. In: BARRETO, Túlio Velho (org.). **Na trilha do golpe - 1964 revisitado**. Recife: Massangana, 2004.

MANNHEIM, Karl. **Sociologia da Cultura**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

MARTINS, Luciano. A Gênese de uma Intelligentsia: os intelectuais e a política no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, nº. 4, São Paulo, ANPOCS, 1987.

MELO, Mário Lacerda de. **Metropolização e Subdesenvolvimento: o caso do Recife**. Recife: Ed. UFPE, 1978.

MICELI, Sergio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MIRANDA, M. do Carmo Tavares de. **Pedagogia do Tempo e da história**. Recife: UFPE, Imprensa Universitária, 1965.

MORAES, Maria Thereza Didier de. **Emblemas da sagração armorial**. Ariano Suassuna e o Movimento Armorial (1970-76). Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2000.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

PAGE, Josef. **A revolução que nunca houve**. O Nordeste do Brasil – 1955/1964. Rio de Janeiro: Record, 1980.

PAIVA, Vanilda. **Paulo Freire e o nacionalismo desenvolvimentista**. São Paulo: Graal, 2000.

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil: Entre o povo e a nação**. São Paulo: Ática, 1989.

PONTUAL, Virgínia. **Uma Cidade e Dois Prefeitos: Narrativa do Recife nas Décadas de 1930 a 1950**. Recife: UFPE, 2001.

RÉMOND, René (org.). **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RIBEIRO, Isa Paula Zacarias. **As Praças de Cultura no Governo Djalma Maranhão**. 2008. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.

RIBEIRO, Renato Janine. **A República**. Coleção Folha Explica. São Paulo: Ed. Publifolha, 2001.

RIDENTI, Marcelo. **Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. **O Fantasma da Revolução Brasileira**. São Paulo: UNESP, 1993.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.

ROSAS, Paulo (org.). **Paulo Freire: Educação e Transformação social**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2002.

_____. **Memorial do MCP**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1986. (Coleção Recife – Vol. XLIX).

ROUSSEAU, J. J. **Do contrato social**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SANTOS, Taciana Mendonça. **Alianças Políticas em Pernambuco: A(s) frente(s) do Recife (1955-1964)**. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, 2008.

SCHWARZ, Roberto. **Que horas são? Ensaio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SCHWARTAMAN, Simon. **Formação da comunidade científica brasileira**. São Paulo: Editora Nacional – FINEP, 1979.

SILVA, José Cláudio da. **Memória do Atelier Coletivo**. Recife 1952-1987. Recife: Artespaço, 1982.

_____. **Tratos da arte de Pernambuco**. Recife, Governo do Estado, secretaria de Turismo, Cultura e Esporte, 1984.

SOARES, José Arlindo. **A Frente do Recife e o Governo do Arraes: nacionalismo em crise: 1955-1964**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Quem é Povo no Brasil?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

SOUZA, João Francisco de. **Pedagogia da Revolução: subsídios**. Recife: Bagaço, 2004.

SOUZA, Wilton de Andrade. Entrevista concedida à pesquisadora. 2009.

TABAK, Fanny (org.). **Ideologias – Populismo**. Rio de Janeiro: Eldorado Tijuca LTDA, 1973.

TEIXEIRA, Flávio Weinstein. **O movimento e a linha: presença do teatro do estudante e do gráfico amador no Recife (1946-1964)**. Recife: UFPE, 2007.

TOLEDO, Caio Navarro de. **ISEB: fábrica de ideologias**. Campinas, SP: Unicamp, 1997.

TORRES, Carlos Alberto. In: GADOTTI, Moacir (org.). **Paulo Freire uma biobibliografia**. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire; Brasília, DF; UNESCO, 1996

WEBER, Silke. Política e Educação: o Movimento de Cultura Popular no Recife. **Dados – Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro. Vol. 27 nº. 2/1984.

WEBER, Silke. Entrevista concedida à pesquisadora. 2009.

WEFFORT, Francisco Corrêa. **O populismo na política brasileira**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

WINOCK, Michel. **O século dos intelectuais**. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2000.

WORSLEY, Peter. O Conceito de populismo. In: TABAK, Fanny (org.). **Ideologias – Populismo**. Rio de Janeiro: Eldorado Tijuca LTDA, 1973.